





CÂMARA MUNICIPAL

PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DA MAIA
António Domingos da Silva Tiago

VEREADOR
José Francisco Ferrelira da Silva Vieira de Carvalho

VEREADORA
Emília de Fátima Moreira dos Santos

VEREADORA
Sandra Raquel de Vasconcelos Lameiras

VEREADORA
Ana Miguel Ferreira da Silva Vieira de Carvalho

VEREADOR
José António Andrade Ferreira

VEREADOR
Mário Nuno Alves de Sousa Neves

VEREADOR
Jaime Manuel da Silva Pinho

VEREADOR
Paulo Fernando Sousa Ramalho

VEREADORA
Paula Cristina Romão Pereira

VEREADORA
Marta Moreira de Sá Peneda

maia

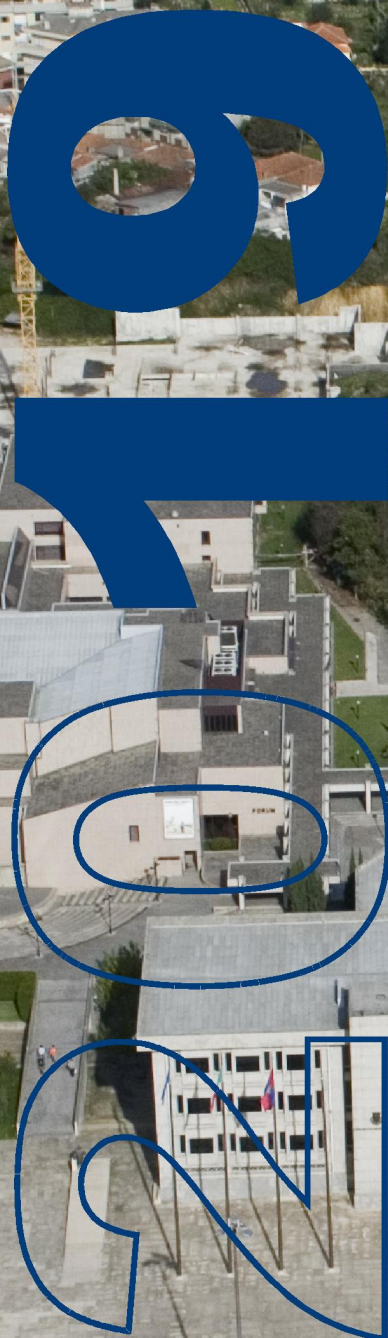
CÂMARA MUNICIPAL

RELAÇÃO NOMINAL DOS RESPONSÁVEIS



ÍNDICE

INTRODUÇÃO.....	7
ANÁLISE ORÇAMENTAL.....	11
ANÁLISE ORÇAMENTAL	13
ORÇAMENTO INICIAL VERSUS FINAL.....	13
MODIFICAÇÕES ORÇAMENTAIS	15
ALTERAÇÕES E REVISÕES.....	15
EXECUÇÃO ORÇAMENTAL	19
EXECUÇÃO DA RECEITA.....	19
EXECUÇÃO DA DESPESA	24
Aquisição de Bens e Serviços	28
FLUXOS DE CAIXA E CONTAS DE ORDEM.....	31
ANÁLISE DA DÍVIDA DO MUNICÍPIO.....	35
ENQUADRAMENTO.....	37
ENDIVIDAMENTO STRICTO SENSU	38
DÍVIDA TOTAL.....	38
DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZO	40
SERVIÇO DE DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZO	45
COMPOSIÇÃO DA DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZO NO FIM DA GERÊNCIA.....	48
DÍVIDA DE CURTO PRAZO	51
ENDIVIDAMENTO – LATO SENSU.....	54
LIMITE DA DÍVIDA TOTAL DO GRUPO MUNICIPAL.....	56
APURAMENTO DA DÍVIDA TOTAL DE OPERAÇÕES ORÇAMENTAIS DO GRUPO MUNICIPAL	61
ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA	69
BALANÇO	73
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	91
ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	101
RELATÓRIO SÍNTESE DA SROC.....	107



INTRODUÇÃO

Em observância ao disposto na alínea d) do n.º 1 do artigo 77.º do regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, aprovado pela Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua redação atual, compete ao auditor externo que procede à revisão legal das contas remeter semestralmente ao Órgão Deliberativo do Município informação sobre a respetiva situação económico-financeira.

O presente relatório de gestão semestral encerra, no essencial, e sem que contenha a profundidade e extensão da informação financeira prestada no final de cada exercício económico, uma apreciação síntese da execução orçamental e da situação económica e financeira do Município à data de 30 de junho de 2019.

A necessária sistematização dos diferentes dados inerentes ao universo financeiro e contabilístico, justifica que este documento apresente a seguinte estrutura:

- No primeiro capítulo, inclui-se uma análise de natureza orçamental, centrada na execução global do orçamento, suas alterações e revisões, assim como nos fluxos de caixa e contas de ordem, seguida de uma breve abordagem à Receita e Despesa Municipais;
- No segundo capítulo, desenvolve-se uma apreciação detalhada ao endividamento autárquico, questão de fundamental importância no contexto global da administração pública e da organização;
- Por fim, insere-se uma análise económico-financeira, traduzida pelas considerações de cariz patrimonial ao Balanço e à Demonstração dos Resultados.

Ultima-se a apreciação das contas com o Relatório Síntese de Conclusões Individual à Situação Económico Financeira emitido pelo auditor externo que procede à revisão legal das contas.



ANÁLISE ORÇAMENTAL

Com vista a avaliar a capacidade financeira do município em executar o orçamento proposto desenvolve-se de seguida uma breve comparação entre orçamento inicial, final e o executado, registando-se que a análise comparativa dos níveis de execução durante este primeiro semestre de 2019 é realizada com base nos dados produzidos em período similar, reportando-se a taxa de execução da receita à cobrança efetiva e a taxa de execução da despesa às obrigações efetivamente pagas bem como à despesa realizada.

Pelo facto da inexistência de um orçamento semestral durante o período em análise não é possível alcançar, na quase totalidade das rubricas, taxas de execução de 100%, podendo no limite ser desejável atingir índices de 50% na maioria das rubricas que estão associadas a atividades municipais que apresentam um comportamento regular e sistemático ao longo do exercício económico, sendo disso exemplo a maior parte da atividade operacional do município que apresenta grande periodicidade.

ORÇAMENTO INICIAL VERSUS FINAL

Quadro 1

ORÇAMENTO DO ANO DE 2019						
1º. SEMESTRE DE 2019						
	Previsão			Execução		
	Inicial	Final	Desvio	Valor	Desvio	Taxa de Execução %
Receitas Correntes	66 544 548	66 193 656	-350 892	30 916 170	-35 277 486	46,71%
Receitas de Capital	21 537 590	10 174 582	-11 363 008	10 12 443	-9 162 139	9,95%
Outras Receitas	282	282	0	2 746	2 464	973,90%
Saldo da gerência anterior	0	20 601 236	20 601 236	20 601 236	0	100,00%
Total	88 082 420	96 969 756	8 887 336	52 532 595	-44 437 161	54,17%
Despesas Correntes	51 807 261	54 892 251	3 084 990	21 337 996	-33 554 255	38,87%
Despesas de Capital	36 275 159	42 077 505	5 802 346	10 789 923	-31 287 582	25,64%
Total	88 082 420	96 969 756	8 887 336	32 127 919	-64 841 837	33,13%

Un: Euros

O orçamento inicial do município para o exercício de 2019 foi aprovado pelo valor de 88.082.420 €, tendo-se estimado para as receitas correntes 66.544.548 € e para as despesas correntes a dotação inicial de 51.807.261 €.

Para as rubricas de capital, o orçamento inicial das despesas foi fixado em 36.275.159 € e o da receita em 21.537.590€, o que de igual modo determina que se estimou que parte das despesas de investimento fosse financiada por receitas de carácter corrente, previsão de financiamento que se tem efetivamente verificado, como atestam os documentos de prestações de contas das anteriores gerências.

Aprovado o orçamento inicial nestes termos, na sequência das dezasseis modificações realizadas ao orçamento, consolidadas em catorze Alterações e duas Revisões, que no seu conjunto determinaram um

acréscimo de (+) 8.887.336 € no orçamento inicial, no fecho do primeiro semestre de 2019 a dotação final do Orçamento Municipal posicionou-se em 96.969.756 €.

Subjacente a este aumento da dotação global do Orçamento Municipal em (+) 8.887.336 €, por contrapartida da integração de parte do saldo da gerência anterior, está sobretudo a reafectação de “dotação não definida” para “dotação definida” de vários projetos financiados no âmbito do PEDU, os quais estavam pendentes da aprovação das candidaturas, bem como reforço de projetos cujo processo de contratação pública tem impacto financeiro no corrente ano de 2019.

No que respeita ao cumprimento da regra do equilíbrio orçamental consagrada no Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais, Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, refira-se, desde logo, por um lado, que, independentemente da terminologia adotada nas normas citadas, o cumprimento da mencionada regra de equilíbrio orçamental deve ser garantido, relativamente a cada ano económico, no momento, da elaboração do orçamento, das respetivas modificações e em termos de execução orçamental.

Por outro lado, que o controlo e a demonstração do cumprimento da referida regra não decorrem, atendendo aos seus pressupostos, diretamente dos documentos consagrados no do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais ao nível da contabilidade orçamental, como acontecia outrora.

Importa, por fim, realçar que esta norma revoga, ainda que tacitamente, o princípio do equilíbrio orçamental consagrado no ponto 3.1.1., al. e), do POCAL.

Assim, atendendo às fases subjacentes a cada ciclo orçamental, para efeitos de demonstração do cumprimento desta regra apresenta-se o quadro infra.

Quadro 2

PRINCÍPIO DO EQUILÍBRIO ORÇAMENTAL				
1.º Semestre de 2019				
		Dotação inicial	Dotação final	Execução orçamental
(1)	Receita Corrente	66.544.548	66.193.656	30.916.170
(2)	Despesa Corrente	51.807.261	54.892.251	21.337.996
(3)=(1)-(2)	Poupança corrente	14.737.287	11.301.405	9.578.174
(4)	Amortizações empréstimos de MLP	10.937.130	8.134.986	8.134.986
		(a)	(a)	
(5)=(3)-(4)		3.800.157	3.166.419	1.443.188

Un:Euros

a) No final do exercício de 2018 foram integralmente amortizados dois empréstimos [BTA - nº 3012/00 (6.000.000-29.927.873,82 € e BPI (2002-20.000.000,00 €)] razão pela qual se verifica a diferença assinalada no valor das amortizações médias identificadas nas colunas na dotação inicial e final.

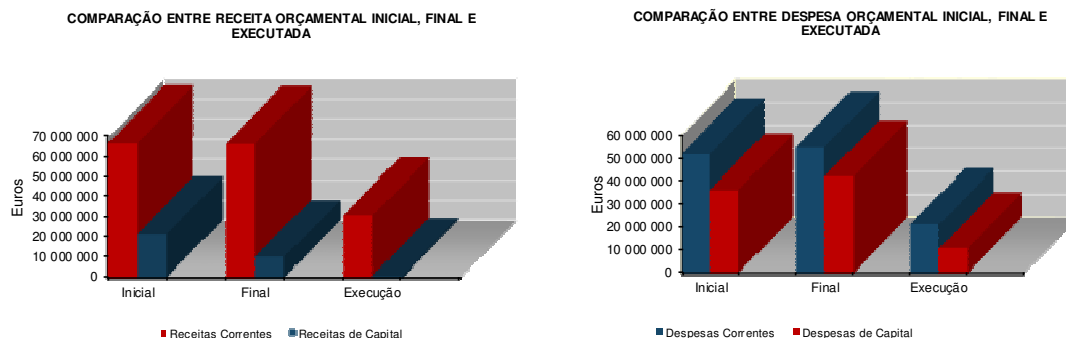
(*) Receita cobrada bruta e despesa paga

A observação do Quadro 2 permite concluir que nas três fases do ciclo orçamental o município cumpriu integralmente o princípio do equilíbrio orçamental, verificando-se uma cobertura das amortizações médias

de empréstimos de médio e longo prazo pela poupança corrente, culminando, em matéria de execução orçamental, com a libertação de 1.443.188 € para financiamento de investimento.

Por conta da dotação final orçada, o total da despesa executada ascende a 21.337.996 € e o total da receita cobrada a 30.916.170 €, o que reflete taxas de execução na ordem dos 39% e 47%, respetivamente.

Gráfico 1



MODIFICAÇÕES ORÇAMENTAIS

ALTERAÇÕES E REVISÕES

No decurso da execução orçamental muitas das vezes é necessário reforçar e ou anular a dotação das rubricas tendo em vista ajustar os valores previstos às efetivas realidades do período de gestão, durante o ciclo em apreço foi necessário proceder a dezasseis modificações orçamentais, das quais 14 alterações e duas revisões, nos termos a seguir identificados.

Quadro 3

NATUREZA DAS MODIFICAÇÕES		
1.º SEMESTRE DO ANO 2019		
	Alterações	Revisões
Orçamento da Despesa	14	2
Plano Plurianual de Investimentos	14	2
Plano de Atividades Mais Relevantes	14	2
Orçamento da Receita	1	1

Un: Número

Concentrando a análise na forma como evoluíram as dotações orçamentais, face aos sucessivos ajustamentos efetuados nos diferentes capítulos económicos da Despesa e da Receita, estruturados nos quadros seguintes que agregam as inscrições/reforços e as diminuições/anulações efetuadas ao valor inicial do orçamento, é possível retirar as conclusões a seguir enunciadas.

Quadro 4

MODIFICAÇÕES ORÇAMENTAIS À DESPESA								
1º. SEMESTRE DE 2019								
Capítulos	Dotação Inicial		Alterações e Revisões		Dotação Final		Variação	
	Valor	%	Inscrições/ Reforços	Diminuições/ Anulações	Valor	%	Valor	%
Despesas Correntes	51 807 261	58,82%	7 738 678	4 653 688	54 892 251	56,61%	3 084 990	5,95%
01 Despesas com o pessoal	21 579 750	24,50%	522 751	522 751	21 579 750	22,25%	0	0,00%
02 Aquisição de Bens e Serviços	20 024 321	22,73%	4 825 878	3 292 672	21 557 527	22,23%	1 533 206	7,66%
03 Juros e Outros Encargos	13 1824	0,15%	0	500	13 1324	0,14%	-500	-0,38%
04 Transferências Correntes	4 536 386	5,15%	637 959	446 165	4 728 180	4,88%	191 794	4,23%
05 Subsídios	5 084 280	5,77%	0	130 000	4 954 280	5,11%	-130 000	-2,56%
06 Outras Despesas Correntes	450 700	0,51%	1752 090	261 600	1941 190	2,00%	1 490 490	330,71%
Despesas Capital	36 275 159	41,18%	9 149 098	3 346 752	42 077 505	43,39%	5 802 346	16,00%
07 Aquisição de Bens de Investimento	24 933 443	28,31%	8 544 164	3 084 345	30 393 262	31,34%	5 459 819	21,90%
08 Transferências de capital	2 006 500	2,28%	602 708	262 407	2 346 801	2,42%	340 301	16,96%
09 Ativos Financeiros	2 568 600	2,92%	2 226	0	2 570 826	2,65%	2 226	0,09%
10 Passivos Financeiros	6 766 616	7,68%	0	0	6 766 616	6,98%	0	0,00%
TOTAL	88 082 420	100,00%	16 887 776	8 000 440	96 969 756	100,00%	8 887 336	10,09%

Em consequência das catorze alterações e duas revisões realizadas ao orçamento da despesa registaram-se reforços no valor global de 16.887.776 €, traduzidos da seguinte forma:

- 8.887.336 € originaram um aumento na dotação global do orçamento da despesa, que teve como contrapartida o aumento da dotação global do orçamento da receita em resultado da integração de parte do saldo da gerência anterior, oportunamente aprovado pelo órgão deliberativo;
- 8.000.440 € tiveram como única contrapartida a diminuição de dotações em diversas rubricas que se encontravam excessivamente dotadas, não dando origem a qualquer alteração na dotação global do orçamento.

Do balanceamento entre reforços e diminuições verifica-se que a modificação positiva de maior importância foi no grupo das “Despesas de Capital” na área de “Aquisições de Bens de Investimento”, com um aumento de (+) 5.459.819 €, justificado sobretudo pelo reforço de projetos com dotação iniciados ou a iniciar, incluindo os inscritos com dotação não definida a transitar para definida, com impacto financeiro no exercício de 2019.

Logo a seguir posiciona-se o reforço nas Despesas Correntes, sobretudo na componente das “Aquisição de Bens e Serviços”, com um aumento de (+) 1.533.206 € direcionado para:

- O reforço do projeto 2012/A/33 – “Consumo de Energia Elétrica nas redes de Iluminação Pública”, por via de alteração do valor de (351.000 €) e por via de revisão o valor de (400.000 €), para efeitos de lançamento de procedimento em mercado liberalizado (instalações municipais + iluminação pública), tendo em conta as tarifas máximas aprovadas no Acordo-Quadro da Central de Compras da Lipor.
- O reforço de vários projetos iniciados ou a iniciar, incluindo os inscritos com dotação não definida, com impacto financeiro no exercício de 2019.
- O ajustamento orçamental indexado a projetos cofinanciados, por força da necessidade de recalendarização da respetiva despesa.

Também é de sinalizar a variação positiva ocorrida nas “Outras despesas Correntes”, no montante de (+) 1.490.490 €, praticamente toda indexado às restituições de impostos e taxas, necessidade decorrente de

imposições legais levadas ao nosso conhecimento no decurso do ano, impossíveis de prever aquando da elaboração do Orçamento inicial.

Apesar da sua menor materialidade, registam-se ainda as variações positivas na rubrica das transferências:

- No total de (+) 340.301 € nas “*Transferências de Capital*” que foi determinada pela necessidade de reforçar a classificação económica 08.05.01.02 – “Freguesias”, a fim de permitir a atribuição de subsídios no âmbito da realização de investimentos.
- No valor de (+) 191.794 € nas “*Transferências de Correntes*”, a fim de permitir a atribuição de subsídios a diversas entidades no âmbito do desenvolvimento de atividades de natureza corrente onde se inclui a criação do projeto 2019/A/68 – “Programa de Apoio à Redução do Tarifário dos Transportes Públicos (PART)”, no montante de 30.000 €.

Sem qualquer expressividade no orçamento global apresenta-se a variação de (+) 2.226 € na rubrica “*Ativos Financeiros*”.

Apreciação similar em matéria de modificação negativa, remete para as variações ocorridas nas rubricas de Subsídios” com (-) 130.000 € e “*Juros e Outros Encargos*” com (-) 500 €.

Por último, sinaliza-se que todos os reforços contribuíram de forma direta para o aumento da dotação global do orçamento de (+) 8.887.336 €.

Quanto às despesas de capital, para além das possíveis implicações que as diferentes inscrições/ reforços e as diminuições/anulações contêm no orçamento da despesa, têm de ter obrigatoriamente reflexos no Plano Plurianual de Investimentos e ou Plano de Atividades Mais Relevantes, determinando por isso alterações ou até mesmo revisões naqueles documentos.

Regista-se ainda que, quer na alçada do Plano Plurianual de Investimentos, quer na alçada do Plano das Atividades Mais Relevantes concretizaram-se catorze alterações e duas revisões, as quais provocaram um impacto nas dotações globais, no montante de (+) 8.887.336 €, em consequência das razões anteriormente expostas.

Quadro 5

MODIFICAÇÕES ORÇAMENTAIS À RECEITA								
1.º SEMESTRE DE 2019								
Capítulos	Dotação Inicial		Alterações e Revisões		Dotação Final		Variação	
	Valor	%	Inscrições/ Reforços	Diminuições/ Anulações	Valor	%	Valor	%
Receitas Correntes	66 544 548	75,55%	0	350 892	66 193 656	68,26%	-350 892	-0,53%
01 Impostos Diretos	40 354 800	45,81%	0	0	40 354 800	41,62%	0	0,00%
02 Impostos Indiretos	1966 800	2,23%	0	0	1966 800	2,03%	0	0,00%
04 Taxas, Multas e outras Penalidades	1263 100	1,43%	0	0	1263 100	1,30%	0	0,00%
05 Rendimentos de Propriedade	2 798 300	3,18%	0	0	2 798 300	2,89%	0	0,00%
06 Transferências Correntes	16 651 948	18,90%	0	350 892	16 301 056	16,81%	-350 892	-2,11%
07 Venda de Bens e Prestações de Serviços	3 308 400	3,76%	0	0	3 308 400	3,41%	0	0,00%
08 Outras Receitas Correntes	201 200	0,23%	0	0	201 200	0,21%	0	0,00%
Receitas Capital	21 537 590	24,45%	350 892	11 713 900	10 174 582	10,49%	-11 363 008	-52,76%
09 Venda de Bens de Investimento	12 195 400	13,85%	0	11 713 900	481 500	0,50%	-11 713 900	-96,05%
10 Transferência de Capital	9 036 190	10,26%	350 892	0	9 387 082	9,68%	350 892	3,88%
11 Ativos Financeiros	60 900	0,07%	0	0	60 900	0,06%	0	0,00%
12 Passivos Financeiros	0	0,00%	0	0	0	0,00%	0	-
13 Outras Receitas de Capital	245 100	0,28%	0	0	245 100	0,25%	0	0,00%
Outras Receitas	282	0,00%	20 601 236	0	20 601 518	21,25%	20 601 236	7305,402,80%
15 Reposições não abatidas nos Pagamentos	282	0,00%	0	0	282	0,00%	0	0,00%
16 Saldo da Gerência Anterior	0	0,00%	20 601 236	0	20 601 236	21,25%	20 601 236	-
TOTAL	88 082 420	100,00%	20 952 128	12 064 792	96 969 756	100,00%	8 887 336	10,09%

Un: Euros

Em matéria de Orçamento da Receita foram executadas uma alteração e uma revisão, que implicou um aumento da dotação global do orçamento de (+) 8.887.336 €, fundamentadas nos seguintes termos:

- A alteração teve como finalidade a inscrição da classificação económica **10.03.01.05** – Transferências de Capital – Administração Central – Estado - Art.º 35.º, n.º 3 da Lei 73/2013, com o montante de 350.892 €, a fim de permitir a arrecadação das transferências do OE/2019 - Estado - Art.º 35.º, n.º 3 da Lei 73/2013.

Para o efeito, a referida inscrição teve como contrapartida a diminuição na rubrica 06.03.01.99 – Estado – Outros, não originando por isso um aumento da dotação global do orçamento da receita.

- A revisão teve como objetivo a integração do saldo da gerência anterior no montante de 20.601.236 €, com a seguinte aplicação:
 - 11.713.900 €, com contrapartida na diminuição da rubrica “09 - Venda de Bens de Investimento”, que se encontrava excessivamente dotada.
 - 8.887.336 €, para aumento global do Orçamento da Receita, como contrapartida para o aumento global do Orçamento da Despesa, em igual montante.

EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

Quadro 6

RESUMO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL								
	1.º SEMESTRE 2018				1.º SEMESTRE 2019			
	Previsão Final	Execução	Desvio	Taxa Execução %	Previsão Final	Execução	Desvio	Taxa Execução %
Receitas Correntes	63.840.258	27.847.204	-35.993.054	43,6%	66.193.656	30.916.170	-35.277.486	46,7%
Receitas de Capital	6.462.767	936.093	-5.526.674	14,5%	10.174.582	1.012.443	-9.162.139	10,0%
Outras Receitas	100	29.498	29.398	29497,5%	282	2.746	2.464	973,9%
Saldo da gerência anterior	15.495.844	15.495.844	0	100,0%	20.601.236	20.601.236	0	100,0%
Total	85.798.969	44.308.638	-41.490.331	51,6%	96.969.756	52.532.595	-44.437.161	54,2%
Despesas Correntes	51.712.234	19.372.258	-32.339.976	37,5%	54.892.251	21.337.996	-33.554.255	38,9%
Despesas de Capital	34.086.735	6.187.053	-27.899.682	18,2%	42.077.505	10.789.923	-31.287.582	25,6%
Total	85.798.969	25.559.311	-60.239.658	29,8%	96.969.756	32.127.919	-64.841.837	33,1%

Un: Euros

Numa apreciação sumária daquele que foi o comportamento observado na execução orçamental imputável ao primeiro semestre de 2019, que procura resumir-se no precedente Quadro 6, constata-se que comparativamente com o primeiro semestre do exercício anterior, aumentam os valores da execução orçamental da receita e da despesa globalmente, mais sendo possível observar que esta variação se verifica quer a nível corrente, quer de capital, reforçando-se ainda com idêntico comportamento registado ao nível do saldo da gerência anterior incorporado.

Em resumo, receita e despesa aumentam comparativamente com os valores observados no primeiro semestre de 2018 (respetivamente 19% e 26%), cifrando-se a proporção dos valores previstos em orçamento para a totalidade do exercício executada apenas no primeiro semestre em 54%, no caso da receita, e 33% no da despesa.

EXECUÇÃO DA RECEITA

Tendo em vista uma apresentação mais sistematizada do sucedido no decurso do semestre em apreço, em particular no seio da receita, exhibe-se o Quadro 2 com a Estrutura Geral da Receita decomposta detalhadamente nas diversas partes em que esta se subdivide, estabelecendo-se um paralelo com a execução reportada no relatório de gestão semestral de 2018.

Quadro 7

Estrutura Geral da Receita						
Descrição	1.º Semestre 2018	1.º Semestre 2019		Variação da Cobrança 2018/2019		
	Execução (a)	Dotação Final (b)	Execução (c)	Taxa de Execução (c)/(b)	Valor (c)-(a)	Variação [(c)-(a)]/a
Receitas Correntes:	27.847.204	66.193.656	30.916.170	46,7%	3.068.966	11,0%
Impostos Diretos	16.622.537	40.354.800	17.758.263	44,0%	1.135.726	6,8%
Imposto Municipal sobre Imóveis	9.665.223	21.622.900	9.674.554	44,7%	9.331	0,1%
Imposto Único de Circulação	1.821.816	3.435.800	1.929.168	56,1%	107.352	5,9%
Imposto municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis	4.665.183	8.129.100	5.725.887	70,4%	1.060.704	22,7%
Derrama	452.436	7.099.400	428.474	6,0%	-23.962	-5,3%
Impostos Abolidos	17.879	56.200	179	0,3%	-17.700	-99,0%
Impostos diretos diversos	0	11.400	0	0,0%	0	
Impostos Indirectos, Taxas, Multas e Outras Penalidades	1.079.186	3.229.900	998.521	30,9%	-80.664	-7,5%
Mercados e Feiras	7.574	16.300	5.150	31,6%	-2.424	-32,0%
Loteamentos e Obras	663.641	1.306.600	494.214	37,8%	-169.427	-25,5%
Ocupação da Via Pública	186.160	839.300	226.254	27,0%	40.094	21,5%
Publicidade	8.989	73.700	63.998	86,8%	55.010	612,0%
Caça, uso e porte de arma	0	100	0	0,0%	0	
Multas e Outras Penalidades	129.277	800.500	112.576	14,1%	-16.701	-12,9%
Outros	83.545	193.400	96.329	49,8%	12.784	15,3%
Rendimentos de Propriedade	1.372.611	2.798.300	1.335.003	47,7%	-37.608	-2,7%
Transferências Correntes	6.950.024	16.301.056	8.121.869	49,8%	1.171.845	16,9%
Venda de Bens e Prestação de Serviços	1.756.704	3.308.400	1.823.442	55,1%	66.738	3,8%
Outras Receitas Correntes	66.142	201.200	879.072	436,9%	812.930	1229,1%
Receitas de Capital:	936.093	10.174.582	1.012.443	10,0%	76.350	8,2%
Venda de Bens de Investimento	7.038	481.500	39.370	8,2%	32.332	
Transferências de Capital	927.390	9.387.082	920.726	9,8%	-6.664	-0,7%
Activos Financeiros	1.665	60.900	0	0,0%	-1.665	-100,0%
Passivos Financeiros	0	0	0		0	
Outras Receitas de Capital	0	245.100	52.347	21,4%	52.347	
Outras Receitas (Rep. não abatidas nos pag.)	29.498	282	2.746	973,9%	-26.751	-90,7%
Total das Receitas	28.812.794	76.368.520	31.931.359	41,8%	3.118.565	10,8%
Saldo da Gerência Anterior	15.495.844	20.601.236	20.601.236			
Total da Receita com saldo da Gerência Anterior	44.308.638	96.969.756	52.532.595	54,2%	8.223.956	18,6%

Un: Euros

Analisando o quadro anterior é possível concluir que no final do primeiro semestre de 2019 não só aumentou o total da receita cobrada bruta, como ficou este aumento a dever-se em especial à evolução dos Impostos (particularmente os Diretos), das Transferências Correntes e das Outras Receitas Correntes cujo aumento se cifra em montantes materialmente relevantes no contexto global da receita arrecadada no período.

Excluindo-se o saldo da gerência anterior, a receita cobrada bruta alcançou no semestre o montante de 31.931.359 €, mais (+) 11% do que o arrecadado no período homólogo, a que correspondem (+) 3.118.565 € entrados nos cofres municipais.

Para esta evolução contribui principalmente o crescimento das Receitas Correntes, cuja variação de (+) 3.068.966 € explica 98% do aumento observado ao nível das Receitas Totais, excluído o saldo da gerência anterior - (+) 3.118.565 €. Por seu turno, as Receitas de Capital registam também uma variação positiva, porém de menor impacto no cômputo global: (+) 76.350 € do que o valor apurado a 30 de junho de 2018, cifrando-se em 1.012.443 €, (+) 8%.

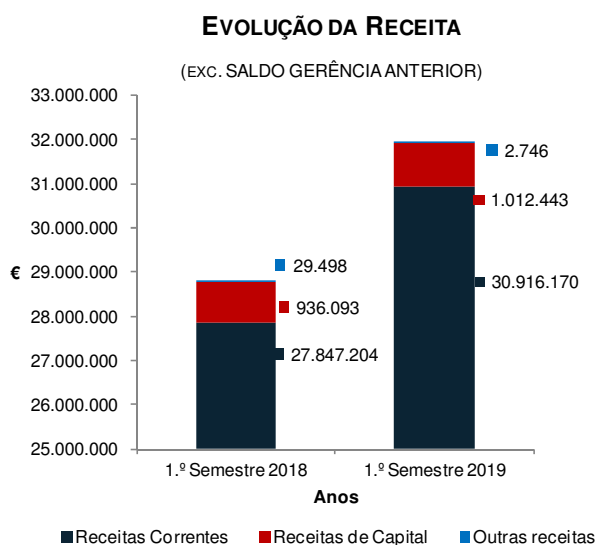
As Receitas de Capital, pese embora aumentando o seu valor, representam na totalidade das receitas arrecadas no semestre não mais do que 3%, assinalando-se, dentre estas, as Transferências de Capital, cuja representatividade neste coletivo alcança os 91%.

À semelhança do que tem vindo a ser divulgado sucessivamente em relatos anteriores, as Receitas Correntes permanecem preponderantes na execução orçamental, ao responderem por uma proporção próxima dos 97% do total de receitas arrecadado, correspondendo esta a uma taxa de execução de 47% da Dotação Final prevista em Orçamento para a totalidade do exercício.

As Outras Receitas alcançam, como se pretende de uma rubrica residual, montantes materialmente irrelevantes no contexto global da receita arrecadada total no semestre (2.746 €), correspondendo exclusivamente a reposições não abatidas nos pagamentos.

O Gráfico 2 procura ilustrar, numa leitura mais intuitiva, a evolução da execução orçamental da receita comparativamente com o período homólogo.

Gráfico 2



Verificando-se, como já foi referido, a importância que detêm as Receitas Correntes na condução do comportamento global da receita, importa destacar que para este resultado em muito contribuem os Impostos arrecadados, em particular os Impostos Diretos que representam, de *per si*, mais metade da receita total executada no semestre (excluído o saldo da gerência anterior) e aproximadamente 95% dos Impostos totais cobrados.

A 30 de junho de 2019, os Impostos Diretos ascendem a 17.758.263 €, correspondentes a 56% da receita total, 57% da receita corrente do período e a um acréscimo de (+) 1.135.726 € face ao que se verificou no período homólogo.

Na rubrica de Impostos Diretos permanecem destacados os contributos do Imposto Municipal sobre Imóveis (prossequindo como a maior fonte geradora de receita própria do município) e do Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas de Imóveis, respetivamente com 9.674.554 € e 5.725.887 € e respondendo conjuntamente por 48% da receita arrecadada no semestre. No caso em particular deste último, de notar ainda que regista, face ao período homólogo em comparação, uma variação positiva (+) 1.060.704 € traduzindo uma taxa de crescimento de (+) 23%, no que parece ser consequência direta de uma maior dinâmica que tem sido perceptível no mercado imobiliário.

Para uma perceção mais pormenorizada da composição da receita executada e, em particular, do conjunto relativo a Impostos, salienta-se que as rubricas de Imposto Municipal sobre Imóveis, Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis e Imposto Único de Circulação respondem conjuntamente 92% da totalidade dos impostos arrecadados.

Nas demais rubricas que compõem os Impostos, alcançam montantes dignos de registo o Imposto Único de Circulação (1.929.168 €) e, além dos referidos, a Derrama (428.474 €). Já na esfera dos Impostos Indiretos, Taxas, Multas e Outras Penalidades, dá-se relevo para a receita arrecadada por via de Loteamentos e Obras – que ascendem no semestre a 494.214 €, não obstante ter registado uma diminuição face ao período homólogo, no montante de (-) 169.427 €.

Com contributo também relevante para a execução semestral da receita no exercício e exibindo de igual modo uma variação positiva comparativamente com o primeiro semestre de 2018, apresentam-se também as Transferências Correntes, que no exercício em apreço alcançam o montante de 8.121.869 €, (+) 1.171.845 €. Esta variação deve-se ao aumento na execução de todas as classificações económicas que compõem esta rubrica, destacando-se pela sua materialidade as variações observadas nas rubricas de Transferências Correntes com origem no Estado (Administração Central), em particular as que se relacionam com os Acordos de Cooperação do Pré-escolar (que acumulam no primeiro semestre do exercício corrente transferências imputáveis ao último quadrimestre do exercício anterior, aumentando entre os dois períodos em comparação (+) 643.429 €), a que se juntam a Participação variável no IRS e o Fundo de Equilíbrio Financeiro – respetivamente apresentando aumentos de (+) 180.012 € e (+) 97.413 €.

Representando, no período, 25% das receitas totais e 26% das receitas correntes, cumpre recordar a vulnerabilidade desta rubrica ao desfasamento temporal com que por vezes decorre a liquidação das transferências provenientes dos protocolos dos Programas de Enriquecimento Curricular, do Programa de Generalização do Fornecimento de Refeições Escolares do 1.º ciclo, Acordo de Cooperação do Pré-

Escolar Auxiliares da Ação Educativa e da Componente Social de Apoio à Família, a que o Município é alheio.

Alinhada ainda com a evolução verificada na execução dos Impostos, aumentam também de valor as Vendas de Bens e Prestação de Serviços, (+) 66.738 €, que alcançam no momento de reporte o montante de 1.823.442 €.

Em sentido contrário ao das rubricas que até aqui se apreciaram, diminuem relativamente ao exercício anterior, (-) 3%, os Rendimentos de Propriedade que ainda assim ascendem no semestre a 1.335.003 €. Resulta, este facto, da redução dos dividendos e participações nos lucros em empresas privadas face ao que havia sido observado no período homólogo: (-) 80.768 €.

No que concerne às Receitas de Capital, em linha com o que se tem recorrentemente verificado nos anos anteriores, apresentam baixas taxas de execução (10%) a que se associa a já referida representatividade globalmente baixa no cômputo geral da receita (3%).

Contribuindo para a maior parte da componente de receita desta natureza, encontram-se as Transferências de Capital, que ascendem no período a 920.726 €, registando uma ligeira redução face ao semestre homólogo, (-) 6.664 €. Ocorre esta evolução de uma diminuição dos montantes arrecadados a título de comparticipação comunitária em projetos cofinanciados – que se cifram ainda assim em 563.336 €, (-) 195.730 € do que no período homólogo -, variação que foi ainda assim em grande parte esbatida pela execução de receita associada ao mecanismo de compensação (previsto no n.º 3 do art.º 35.º da Lei 73/2013, de 3 de setembro) destinado a limitar as reduções entre exercícios da participação de cada município nos impostos do Estado, por via do Fundo de Equilíbrio Financeiro, do Fundo Social Municipal e do Imposto sobre o Rendimento das pessoas Singulares: 175.446 €.

As receitas relativas a Venda de Bens de Investimento (39.370 €) respeitam a prestação recebida nos termos previstos em sentença homologatória proferida pelo Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto cuja produção de efeitos transita já de exercícios anteriores.

As receitas de Capital associadas a Ativos e Passivos Financeiros cifraram-se nulas no semestre em apreço.

EXECUÇÃO DA DESPESA

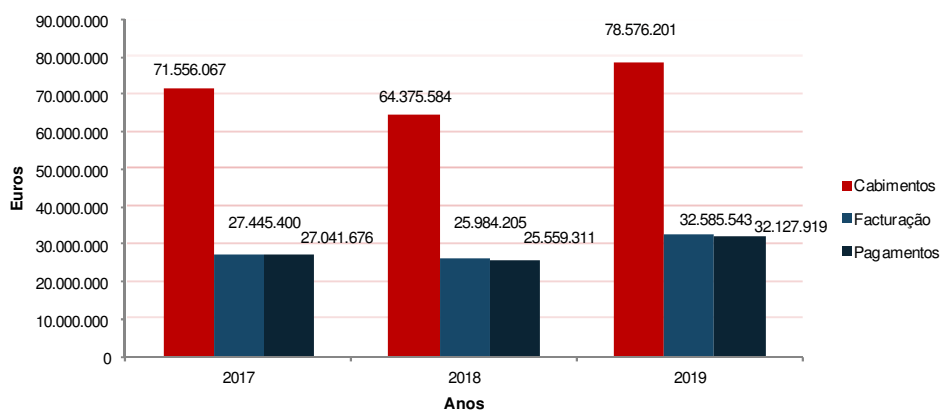
Quadro 8

EXECUÇÃO DA DESPESA													
1.º semestre													
	Dotações Corrigidas 2019	Cabimentos		Tx cresc 2018-2019	Faturação		Tx cresc 2018-2019	Pagamentos		Tx cresc 2018-2019	Tx Execução 2019		
		2018	2019		2018	2019		2018	2019		Cabimentos/ Dotações	Pagamentos/ Cabimentos	Pagamentos/ Faturação
Pessoal	21.579.750	19.748.818	20.774.183	5,2%	9.276.847	9.664.664	4,2%	9.276.847	9.623.285	3,7%	96,3%	46,3%	99,6%
Aquisição de Bens e Serviços	21.557.527	16.995.002	18.583.262	9,3%	7.203.617	7.774.207	7,9%	7.021.525	7.611.761	8,4%	86,2%	41,0%	97,9%
Juros e Outros Encargos	131.324	181.769	128.570	-29,3%	47.345	45.420	-4,1%	47.345	45.420	-4,1%	97,9%	35,3%	100,0%
Transferências Correntes	4.728.180	3.403.736	3.499.884	2,8%	1.717.047	1.673.792	-2,5%	1.717.047	1.562.352	-9,0%	74,0%	44,6%	93,3%
Subsídios	4.954.280	3.242.465	4.926.559	51,9%	870.551	967.011	11,1%	870.551	967.011	11,1%	99,4%	19,6%	100,0%
Outras Despesas Correntes	1.941.190	997.746	1.793.882	79,8%	514.655	1.528.594	197,0%	438.943	1.528.167	248,1%	92,4%	85,2%	100,0%
Total despesas correntes	54.892.251	44.569.535	49.706.340	11,5%	19.630.062	21.653.687	10,3%	19.372.258	21.337.996	10,1%	90,6%	42,9%	98,5%
Aquisição de Bens de Capital	30.393.262	12.022.361	17.643.725	46,8%	2.677.711	3.929.979	46,8%	2.670.816	3.894.843	45,8%	58,1%	22,1%	99,1%
Transferências de Capital	2.346.801	1.738.569	1.888.702	8,6%	573.674	828.093	44,3%	573.674	828.093	44,3%	80,5%	43,8%	100,0%
Ativos Financeiros	2.570.826	475.390	2.570.818	440,8%	320.390	2.543.593	693,9%	160.195	2.436.797	1421,1%	100,0%	94,8%	95,8%
Passivos financeiros	6.766.616	5.569.729	6.766.615	21,49%	2.782.369	3.630.191	30,5%	2.782.369	3.630.191	30,5%	100,0%	53,6%	100,0%
Outras Despesas de Capital	0	0	0	-	0	0	-	0	0	-	-	-	-
Total despesas capital	42.077.505	19.806.049	28.869.861	45,8%	6.354.143	10.931.856	72,0%	6.187.053	10.789.923	74,4%	68,6%	37,4%	98,7%
TOTAL	96.969.756	64.375.584	78.576.201	22,1%	25.984.205	32.585.543	25,4%	25.559.311	32.127.919	25,7%	81,0%	40,9%	98,6%

Un: Euros

Gráfico 3

Execução Despesa - 1.º Semestre



Orientando-se a presente análise agora para o detalhe da execução orçamental, desta feita da despesa, é constatável desde logo um incremento da execução face ao quantificado no período homólogo em comparação nas três vertentes em que esta é apresentada: cabimentos, faturação e pagamentos observam variações positivas, respetivamente de (+) 22%, (+) 25% e (+) 26% face aos registos do primeiro semestre de 2018.

Na esfera dos cabimentos, é constatável que registam aumentos todas as rubricas, quer de natureza corrente, quer de capital, com exceção apenas de uma (Juros e Outros Encargos), revestindo-se de maior

materialidade os aumentos nas rubricas de Aquisição de Bens de Capital e Ativos Financeiros, que aumentam conjuntamente (+) 7.716.793 € face ao cabimentado no primeiro semestre de 2018 nas mesmas rubricas. A estas rubricas, juntam-se ainda e para citar apenas aquelas cuja variação é mais expressiva, os aumentos dos cabimentos das rubricas de Subsídios, Aquisição de Bens e Serviços, Passivos Financeiros e Pessoal.

O aumento global dos cabimentos, comparando os registos observados nos primeiros semestres de 2018 e 2019, é de (+) 14.200.617 €, repartidos entre cabimentos destinados a provir despesa corrente (respondem por um aumento de (+) 5.136.805 €), e destinados a provir despesa de capital (respondendo por (+) 9.063.812 €).

Em valor absoluto, os cabimentos registados no semestre em apreço ascendem a 78.576.201 €, correspondendo 63% deste montante a cabimentos efetuados para acomodar despesa corrente. Em termos relativos são as rubricas de Pessoal, Aquisição de Bens e Serviços e Aquisição de Bens de Capital as que mais ponderam para os totais cabimentados no período, respetivamente respondendo por 26%, 24% e 22% desse total.

No que concerne à faturação, esta alcança no semestre em apreço o montante de 32.585.543 € sendo possível conferir ainda que as rubricas de Pessoal e Aquisição de Bens e Serviços respondem em conjunto por mais de metade deste valor. A este respeito, importa ainda dar nota que menos de 1% deste valor (167.877 €) corresponde a faturação transitada de 2018, correspondendo a maior parte, 32.417.665 €, a faturação emitida no semestre em análise.

Alcançando um montante faturado no período que ascende respetivamente a 9.664.664 € e 7.774.207 €, as rubricas de Pessoal e Aquisição de Bens e Serviços não são contudo responsáveis pelas maiores variações ocorridas entre os dois semestres em comparação: as rubricas de Ativos e Financeiros (registra um aumento de (+) 2.223.204 €), Aquisição de Bens de Capital (com (+) 1.252.269 €) e Outras Despesas Correntes (com (+) 1.013.939 €) respondem, de *per si*, por 68% do aumento observado na faturação do exercício face ao comparativo.

Em termos relativos, verifica-se que pese embora globalmente a faturação de despesa corrente seja preponderante (correspondendo a cerca de dois terços da faturação do semestre), regista entre os dois períodos em comparação um crescimento menor ((+)10%) comparativamente com a despesa de capital (que cresce (+) 72%).

Perspetivando a execução na despesa semestral numa terceira vertente, verifica-se que também quando medida pelo montante dos pagamentos efetuados esta cresceu face ao exercício anterior. O volume de pagamentos alcança, no semestre em apreço, o montante de 32.127.919 €, mais (+) 26% do que no primeiro semestre de 2018.

Este valor cobre a quase totalidade da faturação do período (taxa de execução dos pagamentos face à faturação na ordem dos 99%), transitando por pagar para o semestre seguinte apenas a faturação emitida em datas próximas do final do mês de junho (grande parte desta em conferência e, por maioria de razão, não vencida), cuja materialidade não perturba sequer minimamente a gestão da dívida de curto prazo.

Dedicando especial atenção à despesa faturada, apresenta-se de seguida sob a forma de quadro a decomposição entre despesa transitada de exercícios anteriores e faturada no exercício corrente, por classificação económica (primeiro nível).

Quadro 9

EVOLUÇÃO DA DESPESA FATURADA						
1.º Semestre						
	2018		2019		Variação da Nova Faturação 2018/2019	
	Transitada de 2017	Nova faturação junho	Transitada de 2018	Nova faturação junho	Valor	Taxa Crescimento
Pessoal	0	9.276.847	0	9.664.664	387.817	4,2%
Aquisição de Bens e Serviços	428.965	6.774.652	154.082	7.620.125	845.473	12,5%
Juros e Outros Encargos	0	47.345	0	45.420	-1.925	-4,1%
Transferências Correntes	0	1.717.047	3.299	1.670.494	-46.554	-2,7%
Subsídios	0	870.551	0	967.011	96.460	11,1%
Outras Despesas Correntes	75.712	438.943	192	1.528.402	1.089.459	248,2%
Total despesas correntes	504.677	19.125.385	157.573	21.496.114	2.370.729	12,4%
Aquisição de Bens de Capital	132.388	2.545.323	10.305	3.919.675	1.374.351	54,0%
Transferências de Capital	0	573.674	0	828.093	254.419	44,3%
Activos Financeiros	0	320.390	0	2.543.593	2.223.204	693,9%
Passivos financeiros	0	2.782.369	0	3.630.191	847.821	30,5%
Outras Despesas de Capital	0	0	0	0	0	
Total despesas capital	132.388	6.221.756	10.305	10.921.551	4.699.795	75,5%
TOTAL	637.064	25.347.141	167.877	32.417.665	7.070.524	27,9%

Un: Euros

A nova faturação no primeiro semestre de 2019 totalizou 32.417.665 €, observando um acréscimo de (+) 7.070.524 € face ao observado no primeiro semestre de 2018, em resultado do aumento verificado tanto do lado da despesa corrente ((+) 2.370.729 €), como, com maior expressão, do lado da despesa de capital ((+) 4.699.795 €).

Evidenciando-se agora mais claramente a preponderância da nova faturação do período, reprimam-se para uma análise rubrica a rubrica do quadro anterior os considerandos e observações apresentados anteriormente relativamente às flutuações já apreciadas.

Oferecem-nos uma justificação mais detalhada a variação ocorrida desde logo na rubrica de Ativos Financeiros, no semestre, ascende a (+) 2.543.593 €, que acolhe no período o registo contabilístico do aumento de capital estatutário aprovado (em reunião de Câmara de 11 de junho de 2018 e posteriormente em sessão da Assembleia Municipal decorrida em 28 de junho do mesmo ano) para a participada Espaço Municipal, no montante de 3.450.000 €, cuja consumação se concluiu no exercício corrente, decorrendo desta a primeira transferência relativa à sua realização no montante de 2.330.000 €.

Idêntico apontamento se dedica à rubrica Aquisição de Bens de Capital, que aumenta (+) 1.374.351 € face ao primeiro semestre de 2018, totalizando no momento de reporte atual 3.919.675 € e para cuja evolução em muito contribui a despesa incorrida com modernização e requalificação de Escolas.

No espectro das Despesas de Capital anota-se ainda a variação ocorrida na rubrica de Passivos Financeiros cujo crescimento de (+) 31%, ascendendo a variação em valor absoluto a (+) 847.821 €, fica a dever-se incontornavelmente à amortização do empréstimo transmitido para o Município aquando da dissolução e liquidação do Fundo de Investimento Imobiliário Fechado Maia Golfe e da cessão da posição contratual deste junto da Caixa Geral de Depósitos, que não conhecia comparativo no primeiro semestre de 2018.

No que se refere às despesas correntes, para compreender a variação globalmente ocorrida no exercício importa perceber sobretudo os incrementos ocorridos no seio das rubricas de Outras Despesas Correntes, Aquisições de Bens e Serviços e Pessoal.

Assim, as Outras Despesas Correntes mais do que triplicam o seu valor registado no semestre, comparativamente com o homólogo, verificando-se que é no item de Impostos e taxas que se observa o maior incremento, (+) 1.322.406 €. Incluindo-se aqui quer os encargos com liquidação e cobrança de impostos para o Município debitados pela Autoridade Tributária, quer as restituições e reembolsos processados pela mesma entidade, rapidamente se conclui que esta não é uma variável controlável pela gestão municipal.

Relativamente às Aquisições de Bens e Serviços, dedicar-se-lhes-á adiante, como habitualmente, análise mais pormenorizada, razão por que se dispensam por ora mais considerandos.

Quanto aos encargos com Pessoal, o aumento da despesa incorrida no semestre totaliza (+) 387.817 € face ao ocorrido no primeiro semestre de 2018, corresponde a aproximadamente (+) 4% dos encargos anteriormente assumidos, que se explicam pelas atualizações salariais que por força de lei têm vindo a ser implementadas (atualização da retribuição mínima garantida, reposições salariais e alterações de posicionamento remuneratório decorrentes da aplicação do processo de avaliação do desempenho do biénio 2017/ 2018) e que, por sua vez, alavancam também os encargos que a estes se encontram indexados, subsídios de férias e natal, encargos sociais e seguros de acidentes de trabalho, entre outros.

Como atrás se referiu, a importância de que se reveste a Aquisição de Bens e Serviços no cômputo global da nova despesa faturada no semestre, legitima uma apreciação autónoma deste tipo de despesa, seriando desde logo as compras respeitantes a Bens, das que se destinam a Serviços externos contratualizados.

AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS

Quadro 10

EVOLUÇÃO DA DESPESA FATURADA				
AQUISIÇÃO DE BENS				
1.º Semestre				
	2018	2019	Variação 2018/2019	
	Nova faturação	Nova faturação	Valor	%
Matérias-primas e subsidiárias	54.039	89.231	35.192	65,1%
Combustíveis e lubrificantes				
Gasolina	15.101	11.927	-3.174	-21,0%
Gasóleo	106.539	107.435	896	0,8%
Outros	15.239	11.498	-3.741	-24,5%
Limpeza e higiene	16.160	40.003	23.844	147,6%
Alimentação - Refeições confeccionadas	801.986	809.385	7.399	0,9%
Alimentação - Géneros para confeccionar	3.560	3.366	-194	-5,4%
Vestuário e artigos pessoais	2.075	26.313	24.238	1168,1%
Material de escritório	21.588	21.594	6	0,0%
Produtos químicos e farmacêuticos	11.458	18.518	7.060	61,6%
Material de consumo clínico	5.911	0	-5.911	-100,0%
Material de transporte - Peças	3.484	10.726	7.242	207,8%
Material de consumo hoteleiro	1.411	282	-1.130	-80,0%
Outro material - Peças	760	583	-177	-23,3%
Prémios, condecorações e ofertas	8.022	26.148	18.126	226,0%
Outros	0	1.538	1.538	
Ferramentas e utensílios	2.357	10.229	7.872	334,0%
Livros e documentação técnica	605	903	298	49,3%
Artigos honoríficos e de decoração	0	98	98	
Material de educação, cultura e recreio	20.356	32.144	11.788	57,9%
Outros bens	97.807	136.784	38.977	39,9%
TOTAL	1.188.458	1.358.703	170.246	14,3%

Un: Euros

As Aquisições de Bens totalizam no semestre em análise 1.358.703 €, mais (+) 170.246 € do que no primeiro semestre de 2018 o que corresponde a um crescimento de (+) 14% na faturação do período relacionada com este tipo de aquisições.

A rubrica com maior ponderação no semestre continua a ser a de Alimentação – refeições confeccionadas, com uma representatividade que excede, em ambos os momentos em comparação, metade das aquisições totais - ascendendo mesmo a 60% no momento de reporte, correspondendo em valor absoluto a 809.385 € e observando um crescimento inferior a (+) 1%.

Para a performance global da faturação de bens adquiridos face ao semestre anterior contribuem as variações positivas ocorridas em Outros Bens, (+) 38.977 €, Matérias-primas e subsidiárias, (+) 35.192 €, Vestuário e artigos pessoais (inclui artigos de vestuário de trabalho, calçado, fardamentos, para os

funcionários operacionais do Município) e Limpeza e higiene, registando aumentos respetivamente de (+) 24.238 € e (+) 23.844 €, a que se seguem, para citar as que observam maior materialidade (variações positivas acima de (+) 10.000 €), os Prémios, condecorações e ofertas, (+) 18.126 €, e o Material de educação, cultura e recreio, (+) 11.788 €. Os aumentos acima registados, em Outros Bens, Matérias-Primas, Vestuário e Artigos Pessoais e Higiene e Limpeza, estão diretamente relacionados com os serviços municipais de conservação e manutenção em resultado das solicitações de intervenção técnica nas diversas instalações municipais.

Variações de sentido contrário, porém com expressão insuficiente para contrariar o sentido da variação global (aumento do volume de faturação relativa a aquisição de bens), observam as rubricas de Material de consumo clínico, Outros combustíveis e lubrificantes, Gasolina e Material de consumo hoteleiro com reduções que oscilam entre (-) 5.911 € e (-) 1.130 € em parcelas cuja representatividade individual na execução global não chega a alcançar, no semestre, 1%.

Quadro 11

EVOLUÇÃO DA DESPESA FATURADA				
AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS				
1.º Semestre				
	2018	2019	Variação 2018/2019	
	Nova faturação	Nova faturação	Valor	%
Encargos de instalações	1206.414	1.187.031	-19.384	-1,6%
Limpeza e higiene	105.418	126.418	21.000	19,9%
Conservação de bens	116.739	141.694	24.955	21,4%
Locação de outros bens	238.914	265.095	26.181	11,0%
Comunicações	120.527	131.695	11.168	9,3%
Transportes	108.399	104.892	-3.507	-3,2%
Representação dos serviços	2.872	10.409	7.537	262,5%
Seguros	164.631	152.247	-12.383	-7,5%
Deslocações e estadas	13.518	14.757	1.239	9,2%
Estudos, pareceres, projectos e consultadoria	109.954	290.559	180.605	164,3%
Formação	10.907	16.815	5.908	54,2%
Seminários, exposições e similares	35.213	14.667	-20.546	-58,3%
Publicidade	67.923	143.638	75.715	111,5%
Vigilância e segurança	413.735	383.277	-30.458	-7,4%
Assistência técnica	264.422	266.180	1.759	0,7%
Outros trabalhos especializados	710.176	1.078.429	368.254	51,9%
Serviços de saúde	14.105	10.075	-4.030	-28,6%
Encargos de cobrança de receitas	402.712	399.182	-3.531	-0,9%
Outros serviços				
Iluminação pública	1331.614	1371.549	39.936	3,0%
Outros serviços	148.001	152.811	4.810	3,2%
TOTAL	5.586.195	6.261.422	675.227	12,1%

Un: Euros

A despesa faturada com a Aquisição de Serviços, como houve já ocasião de referir em momento anterior deste relatório, surge alinhada com a evolução da faturação nova (como um todo), assim como com a evolução da faturação relativa a Aquisição de Bens, exibindo entre os dois exercícios em comparação um incremento de (+) 675.227 €, correspondente a um crescimento relativo de (+) 12%. Verifica-se ainda que, no âmbito das aquisições totais, os serviços permanecem dominantes ascendendo a sua representatividade no cômputo global das aquisições do semestre, quer em 2018 quer em 2019, a 82%.

Dentro do conjunto que compõe os serviços, destacam-se pela sua representatividade a Iluminação Pública, os Encargos de Instalações e os Outros trabalhos especializados, que respondem, respetivamente, por 22%, 19% e 17% da faturação total respeitante a aquisições de serviços contabilizada no semestre.

São determinantes, na compreensão desta evolução, as variações observadas nas rubricas de Outros trabalhos especializados, cujo crescimento se cifrou em (+) 368.254 €, logo sucedida pelo crescimento dos encargos com Estudos, pareceres, projetos e consultadoria, cuja variação alcança o montante de (+) 180.605 €.

Para a evolução assinalada em Outros Trabalhos Especializados contribuem variações relativamente dispersas por diversos projetos, registando encargos com atividades que não conheceram comparativo no exercício anterior, como sejam, a Bienal da Maia, MaiaFest Music Meeting, Plano de Marketing Estratégico para reforçar a atratividade da Maia, 2.ª Revisão do Plano Diretor Municipal da Maia, Mês da Arquitetura, Fins-de-Semana Gastronómicos. Converge também para a dita evolução a faturação associada às atividades Hortíssima e Animaia, que em 2019 foi emitida no final do primeiro semestre, enquanto que em 2018 ocorreu no mês de julho. Por último, importa ainda sinalizar que contrato de prestação de serviços celebrado entre o Município da Maia e a "Fundação do Conservatório de Música da Maia", no âmbito do Plano Estratégico de Desenvolvimento Artístico e Fomento da Cultura Musical para o Concelho da Maia, ao ter sido visado pelo Tribunal de Contas em junho de 2018, originou no primeiro semestre daquele ano faturação de valor muito inferior ao montante faturado no semestre em análise.

No que respeita ao aumento dos encargos com consultorias externas, dá-se nota para a alavancagem do projeto INEDIT.Maia (financiado com recurso ao Fundo Social Europeu), cuja execução financeira não tinha expressão no primeiro semestre de 2018, bem assim como para os serviços externos contratados na área da cibersegurança com vista à garantia de proteção de dados e implementação do Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD) no Município, que também não conhece paralelo no semestre homólogo.

A estas duas rubricas, juntam-se ainda os Encargos com Publicidade, que aumentam (+) 75.715 €, sucedidos pela Iluminação Pública, cujos encargos crescem também (+) 39.936 €, cifrando-se no semestre em 1.371.549 €. Quanto à primeira das referidas rubricas, destaca-se pela sua materialidade, a aquisição de serviços para a conceção da imagem gráfica e dos suportes de comunicação da área de reabilitação urbana (ARU) do Centro da Maia. Relativamente à Iluminação Pública cumpre acrescentar apenas que, após notório decréscimo nos encargos suportados pelo Município (em consequência da passagem dos contratos existentes para o mercado liberalizado), o aumento verificado no semestre resulta de meros acertos que redundam num crescimento de (+) 3% face ao período homólogo.

A estes somam-se, com menor impacto, os encargos com Locação de outros bens, Conservação de Bens e Limpeza e higiene, registando aumentos respetivamente de (+) 26.181 €, (+) 24.955 € e (+) 21.000 €, bem assim como (com aumentos inferiores a 10.000 €) os encargos com Representação dos serviços e Formação.

Em sentido contrário não mais do que esbatendo a evolução geral deste conjunto, diminuem entre os dois semestres os encargos com Vigilância e Segurança, (-) 30.458, a que se juntam as rubricas de Seminários, exposições e similares e Encargos de instalações, com (-) 20.546 € e (-) 19.384 € respetivamente.

FLUXOS DE CAIXA E CONTAS DE ORDEM

Na sequência de uma recomendação do Tribunal de Contas, pese embora o que está estabelecido no ponto 7.6 do POCAL, o movimento das cauções em dinheiro está incluído no “Mapa de Fluxos de Caixa”, por estas serem objeto de tratamento contabilístico no sistema de contabilidade patrimonial e estarem convenientemente refletidas no saldo das dotações não orçamentais, assim como na conta de disponibilidades constante do balanço da autarquia.

Conforme o exposto, no “Mapa das Contas de Ordem “ só estão refletidas as cauções e depósitos de garantia que revestem a forma de seguro caução, garantia bancária ou outra forma semelhante titulada por um documento.

FLUXOS DE CAIXA

O mapa de fluxos de caixa apresenta os recebimentos e pagamentos ocorridos no exercício estando associados à execução do orçamento e às demais operações não orçamentais (operações de tesouraria e cauções em dinheiro), neste documento são mencionados os respetivos saldos, da gerência anterior e para a gerência seguinte, decompostos de acordo com a sua origem.

É importante citar, que as operações de tesouraria e as cauções em dinheiro são operações de entrada e saída de fundos sem implicações orçamentais, que os serviços autárquicos realizam para terceiros, sendo unicamente objeto de movimentação contabilística no sistema da contabilidade patrimonial.

O Quadro seguinte exhibe os movimentos dos fluxos de caixa ocorridos no primeiro semestre de 2019.

Quadro 12

RESUMO DOS FLUXOS DE CAIXA					
1.º Semestre de 2019					
Recebimentos			Pagamentos		
Saldo da gerência anterior		24.938.361	Despesas Orçamentais		32.127.919
Execução Orçamental	20.601.236		Correntes	21.337.996	
Operações de Tesouraria	261.278		Capital	10.789.923	
Cauções em dinheiro	4.075.847				
Receitas Orçamentais		31.931.359	Dotações não Orçamentais		1.741.594
Correntes	30.916.170		Operações de Tesouraria	1.568.412	
Capital	1.012.443		Cauções em dinheiro	173.181	
Outras	2.746				
Dotações não orçamentais		1.915.107	Saldo para a gerência seguinte		24.915.314
Operações de Tesouraria	1.772.562		Execução Orçamental	20.404.676	
Cauções em dinheiro	142.545		Operações de Tesouraria	465.427	
			Cauções em dinheiro	4.045.211	
Total		58.784.827	Total		58.784.827

Un: Euros

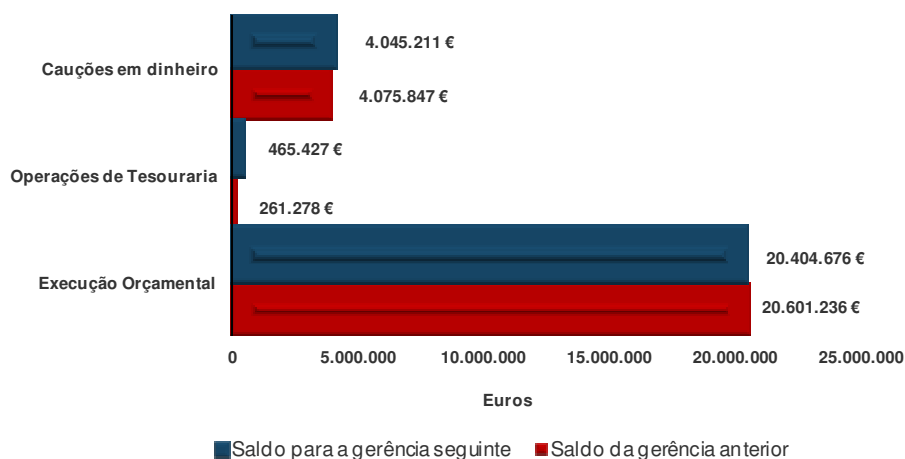
O resultado dos movimentos financeiros ocorridos durante o primeiro semestre de 2019 demonstra que, do total de recebimentos executados no montante de 33.846.466 €, são provenientes de receitas orçamentais 31.931.359 € e de dotações não orçamentais 1.915.107 €, dos quais 1.772.562 € provêm de operações de tesouraria e 142.545 € de cauções em dinheiro.

Já no que se refere ao total de pagamentos executados no montante de 33.869.513 €, correspondem a pagamentos de natureza orçamental 32.127.919 €, sendo os restantes 1.741.594 € de natureza não orçamental, dos quais 1.568.412 € são provenientes de operações de tesouraria e 173.181 € de cauções em dinheiro.

O saldo que transita para o segundo semestre de 2019, em resultado do balanceamento entre recebimentos e pagamentos, corresponde a 24.915.314 €.

Gráfico 4

COMPARAÇÃO ENTRE O SALDO DA GERÊNCIA ANTERIOR E O SALDO PARA O PERÍODO SEGUINTE NO RESUMO DOS FLUXOS DE CAIXA
1.º SEMESTRE DE 2019



CONTAS DE ORDEM

Os factos ou circunstâncias que não produzem modificações no património da autarquia são contabilizados através das contas de ordem, representando possibilidades de futuras alterações ao mesmo. É importante referir que nas contas de ordem só devem estar refletidas as cauções e depósitos de garantia que revestem a forma de seguro caução, garantia bancária ou outra forma semelhante titulada por um documento. Assinala-se que as cauções em dinheiro não estão incluídas no Quadro 13, integrando o mapa de fluxos de caixa.

Quadro 13

RESUMO DAS CONTAS DE ORDEM					
1.º semestre de 2019					
Saldo da gerência anterior		43.772.072	Garantias accionadas		0
Garantias:			A favor da autarquia		
A favor da autarquia	23.842.315		Garantias devolvidas no 1º sem. 2019		1.266.570
A favor de terceiros	18.361.540		A favor da autarquia	499.544	
Recibos para cobrança	1.568.217		A favor de terceiros	767.026	
Garantias prestadas no 1º sem. 2019		464.037	Receita virtual cobrada		0
A favor da autarquia	464.037		Receita virtual anulada		
A favor de terceiros			0 Saldo para a gerência seguinte		42.969.538
Receita virtual liquidada			Garantias:		
			A favor da autarquia	23.806.808	
			A favor de terceiros	17.594.514	
			Recibos para cobrança	1.568.217	
Total		44.236.109	Total		44.236.109

Em conformidade com o resumo das contas de ordem apresentado, e no que respeita às garantias prestadas a favor da Autarquia, é de realçar a prestação de novas garantias no montante de 464.037 €, bem como, a devolução de 499.544 €, uma vez reunidas as condições legais para a sua concretização.

Registadas a favor de terceiros encontram-se ainda:

- A hipoteca sobre o Fórum no montante de 5.175.787 € registada a favor do Ministério das Finanças em 2007, tendo em vista a suspensão do processo de execução fiscal existente, em consequência do município ter contestado a decisão da cobrança do IVA associada ao processo de antecipação das rendas habitacionais realizado em 2004 a favor de terceiros;
- Três garantias prestadas pelo município em 2005 a favor da ARHNORTE, IP – Administração da Região Hidrográfica do Norte, IP, duas de 25.000 € e uma de 50.000 €;
- Uma garantia prestada em 2005 a favor do IEP – Instituto de Estradas de Portugal, no valor de 2.500 €;

Duas garantias no valor unitário de 6.158.113 €, indexadas aos Bancos BPI e Santander Totta, fruto do contrato de cessão de créditos pela antecipação de rendas dos empreendimentos de habitação social, celebrado em 2004 pela Espaço Municipal, que no seu computo global refletem a libertação de 767.026 € em relação ao saldo existente no final da gerência de 2018.

Pese embora a sua não referência em relatos anteriores a 2015, considerando que o Município da Maia não foi a entidade cedente na respetiva operação de cessão de créditos, intervém porém como garante perante eventual incumprimento por parte dos devedores, entendeu-se prudente a sua inclusão a partir do exercício económico de 2015, não obstante, desde 2004 e até à presente data, nunca terem sido acionadas as respetivas garantias dado o cumprimento regular dos arrendatários.

Do exposto resulta que o saldo final a favor da autarquia é de 23.806.808 €, e a favor de terceiros 17.594.514 €.



maia

CÂMARA MUNICIPAL

ANÁLISE DA DÍVIDA DO MUNICÍPIO

ENQUADRAMENTO

Na esfera deste capítulo, dedicado à temática do endividamento municipal, a análise encontra-se estruturada em duas partes distintas mas complementares: endividamento “*Stricto Sensu*” versus “*Lato Sensu*”.

- **Endividamento - *Stricto Sensu***

Confinar-se a uma apreciação circunstanciada à evolução do endividamento do município, suportada no seu balanço individual e desconsiderando a influência das entidades participadas pelo Município, em conformidade com os dados constantes nas peças contabilísticas anexas ao presente documento.

Em primeiro lugar é realizada uma abordagem generalizada à evolução da dívida global, posteriormente procede-se a uma avaliação individualizada de cada uma das suas componentes, ao nível de curto e de médio e longo prazo.

Em consequência das implicações decorrentes da recomendação proferida pelo Tribunal de Contas em sede de homologação das contas de gerência dos exercícios de 2004 e 2005, no que diz respeito à operação de antecipação de rendas oportunamente concretizada pela empresa Espaço Municipal, no quadro da evolução da dívida global apresenta-se a análise distribuída em duas etapas, centrada inicialmente nos valores das operações orçamentais retratados na contabilidade patrimonial, a que se segue uma avaliação agregando a dívida de natureza não orçamental procedente da referida operação de antecipação de créditos.

Permanece com especial importância nesta área o controlo da dívida de curto prazo e dos respetivos atrasos de pagamento do município, por força da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, designada como a Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso (LCPA), e as imposições constantes na Lei do Orçamento de Estado para 2019, e respetivas normas de execução orçamental.

- **Endividamento - *Lato Sensu***

Conceito orientado para o apuramento do endividamento numa ótica de grupo municipal, de acordo com o previsto no artigo 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro (Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais), na sua redação atual, que é o da dívida total de operações orçamentais do município incluindo os efeitos do endividamento das entidades por si participadas, na proporção da sua participação, observados que sejam determinados requisitos.

Incluem-se aqui todas as entidades, independentemente da sua natureza, em que o município participe ou sobre as quais detenha poderes de controlo.

Em síntese, quantifica-se o montante da dívida total de operações orçamentais do município – grupo municipal – e avalia-se o seu posicionamento face aos limites legalmente impostos.

ENDIVIDAMENTO STRICTO SENSU

Sem prejuízo da estrutura da dívida apresentada no balanço, que atende ao grau de exigibilidade para efeitos de classificação em curto prazo e médio e longo prazo, neste capítulo atendeu-se à sua natureza, isto é, considerou-se como dívida de médio e longo prazo aquela cuja contratação ocorreu para um horizonte temporal superior a um ano.

Antes de tudo, assinala-se que com o objetivo de melhorar a leitura dos dados apresentados nos quadros restringe-se a apresentação do período compreendido entre 2010 e 2015 à sua representação gráfica.

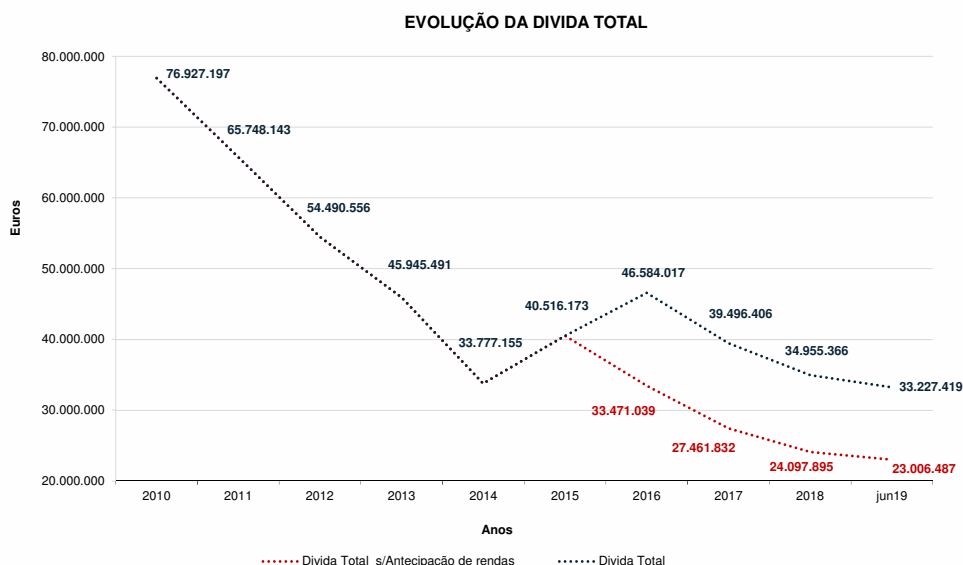
DÍVIDA TOTAL

Quadro 14

EVOLUÇÃO DA DÍVIDA TOTAL						Variação	
	2015	2016	2017	2018	jun19	jun19/2018	jun19/2010
Dívida de Natureza Orçamental	40.516.173	33.471.039	27.461.832	24.097.895	23.006.487	-1.091.409	-53.920.710
Dívida de Médio e Longo Prazo	36.755.669	29.548.408	23.510.996	20.544.024	17.927.037	-2.616.987	-42.314.460
Dívida de Curto Prazo	3.760.504	3.922.631	3.950.836	3.553.872	5.079.450	1.525.578	-11.606.250
Dívida de Natureza Não Orçamental	0	13.112.978	12.034.573	10.857.471	10.220.932	-636.539	10.220.932
Dívida de Médio e Longo Prazo - Antecipação de Rendas	0	13.112.978	12.034.573	10.857.471	10.220.932	-636.539	10.220.932
Dívida Total	40.516.173	46.584.017	39.496.406	34.955.366	33.227.419	-1.727.947	-43.699.777
Taxa de crescimento da dívida	20,0%	15,0%	-15,2%	-11,5%	-4,9%		-56,8%
Natureza Orçamental	20,0%	-17,4%	-18,0%	-12,2%	-4,5%		-70,1%
Médio e longo prazo	23,7%	-19,6%	-20,4%	-12,6%	-12,7%		-70,2%
Curto prazo	-7,4%	4,3%	0,7%	-10,0%	42,9%		-69,6%
Natureza Não Orçamental		-	-8,2%	-9,8%	-5,9%		-
Antecipação de Rendas		-	-8,2%	-9,8%	-5,9%		-

Un: Euros

Gráfico 5



Como nota preambular uma breve menção à alteração do registo contabilístico da operação de cessão de créditos das rendas de habitação social celebrada em 2004, reconduzido para o domínio dos empréstimos bancários de médio e longo prazo a partir do exercício de 2016, na sequência do acolhimento da recomendação do Tribunal de Contas, facto amplamente divulgado nos dois últimos Relatórios de Gestão do transato ano.

Observa-se por isso uma alteração significativa do conteúdo da dívida total de operações orçamentais do município a partir do exercício de 2016, o que fragiliza qualquer análise comparativa que se pretenda coerente, justificando assim uma análise diferenciada à dívida: em primeiro lugar centrada nos valores das operações orçamentais retratados na contabilidade patrimonial, a que se segue uma avaliação agregando a dívida de natureza não orçamental procedente desta operação de antecipação de rendas.

Iniciando a análise na evolução da dívida do município de natureza orçamental, recorda-se que desde 2010 que o nível de endividamento do município tem vindo a diminuir de forma consistente ao longo dos anos (apenas interrompido em 2015) alicerçado num ritmo de reduções anuais significativas de modo nenhum desprezíveis num contexto de apertada gestão de disponibilidades, considerando a conjuntura macroeconómica dos últimos anos, que originou quebras de receita significativas.

Alinhado com esta trajetória persiste o fecho do semestre de 2019, com a dívida individual do município de natureza orçamental a descer para 23.006.487 €. A este valor corresponde uma redução de (-) 1.091.409 € face ao nível do final da gerência de 2018, (-) 4,5%, justificado pelo comportamento da dívida de médio e longo prazo, que reduz (-) 2.616.987 €, em parte atenuado pelo aumento de (+) 1.525.578 € na dívida de curto prazo.

Do total da dívida orçamental do município reportada a 30 de junho de 2019, são de natureza de médio e longo prazo 17.927.037 €, e apenas de curto prazo 5.079.450 €, quantias que em relação aos valores apurados no final do ano antecedente, evidenciam, respetivamente, um decréscimo de (-) 12,7% e um aumento de (+) 42,9%.

Intensifica-se esta trajetória, incluindo na análise o passivo de médio e longo prazo de natureza não orçamental resultante da operação de cessão de créditos das rendas da habitação social (10.220.932€), com a dívida total do município no final do semestre de 2019 a diminuir para 33.227.419 €, (-) 1.727.947 € face a 2018, (-) 4,9%.

Em síntese, em matéria de endividamento o desempenho alcançado pelo município ao longo destes anos, atentos os condicionalismos de austeridade existentes, revela que o município assumiu especiais deveres de controlo da despesa pública, como evidenciam os níveis de redução da dívida alcançados - de 76.927.197 € em 2010 para 33.227.419 € em 30 de junho de 2019, (-) 56,8%.

DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZO

Persistindo como prerrogativa das sucessivas Leis do Orçamento de Estado publicadas desde 2015 que o montante referente à contribuição de cada município para o Fundo de Apoio Municipal não releva para o limite da dívida total previsto no n.º 1 do artigo 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.

Observando ainda que por via das alterações preconizadas pelas Leis do Orçamento de Estado (2016 a 2019) à legislação em vigor, designadamente ao artigo 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, para efeitos do apuramento da dívida total são excluídos determinados tipos de empréstimos em função da sua natureza.

Organiza-se a informação da dívida de médio e longo prazo, diferenciando-se os empréstimos consoante a sua natureza em função do fim a que se destinam, ripristinando no decurso da análise a terminologia outrora aplicável neste tipo de relato quanto à sua diferenciação em “releva” ou “não releva” para a capacidade de endividamento municipal.

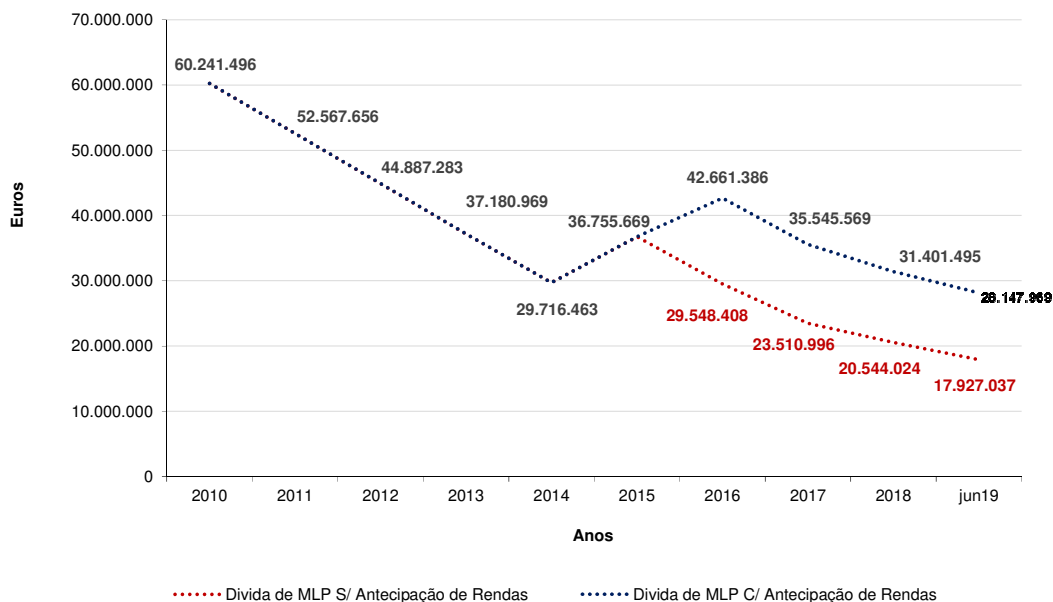
Quadro 15

ESTRUTURA DA DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZO						Variação	Variação
	2015	2016	2017	2018	jun19	jun19/2018	jun19/2010
Dívida de Natureza Orçamental	36.755.669	29.548.408	23.510.996	20.544.024	17.927.037	-2.616.987	-42.314.460
Empréstimos de Médio e Longo Prazo	33.928.222	27.359.613	21.802.253	20.223.634	16.593.444	-3.630.191	-42.326.395
Empréstimos de MLP destinados a fins diversos	19.619.182	14.268.950	9.940.941	9.601.373	6.594.220	-3.007.153	-32.110.270
Empréstimo Bancário de M.L.P com o BTA no montante de 29.927.873,82	4.006.138	2.670.759	1.335.379	0	0	0	-16.483.623
Empréstimo Bancário de M.L. P com BPI no montante de 20.000.000	2.900.295	1.933.530	966.765	0	0	0	-11.933.530
Empréstimo Bancário de M.L. P com BPI no montante de 9.200.000 - Aquisição dos Lotes de Terreno n.ºs 1 e 4 à TECMAIA	9.200.000	7.155.556	6.133.333	5.111.111	4.600.000	-511.111	4.600.000
Empréstimo Bancário de M.L. P ao abrigo do PREDE - 12.545.533	3.512.749	2.509.107	1.505.464	501.821	0	-501.821	-10.287.337
Estado	3.512.749	2.509.107	1.505.464	501.821	0	-501.821	-5.018.213
Assunção da posição contratual do Empréstimo Bancário com a CGD no montante de 3.988.440€, no âmbito do processo de dissolução do FIIF Maia Golf e			0	3.988.440	1.994.220	-1.994.220	1.994.220
Empréstimos de MLP destinados à Habitação Social	14.309.041	13.090.663	11.861.312	10.622.262	9.999.224	-623.038	-10.216.124
Empréstimo Bancário de M.L. P com o BBVA - Complemento PER - no montante de 7.169.214,75	4.678.024	4.359.463	4.033.301	3.699.133	3.528.914	-170.218	-2.650.355
Empréstimo Bancário ao abrigo linha de crédito bonificado - PER 1 - com a C G D - no montante de 7.481.968,46€	2.616.318	2.339.294	2.061.342	1.782.909	1.643.573	-139.336	-2.331.061
Empréstimo Bancário ao abrigo linha de crédito bonificado - PER 2 - com a C G D - até 21.007.737,65	7.014.698	6.391.906	5.766.669	5.140.220	4.826.736	-313.484	-5.234.708
Outras Dívidas de Médio e Longo Prazo	2.827.447	2.188.795	1.708.743	320.390	1.333.593	1.013.204	11.935
Fornecedores de Imobilizado de Médio e Longo Prazo	264.332	52.866	0	0	0	0	-1.321.658
FAM - Fundo de Apoio Municipal	2.563.115	2.135.929	1.708.743	320.390	213.593	-106.797	213.593
Credores por Investimentos Financeiros					1.120.000	1.120.000	1.120.000
Dívida de Natureza Não Orçamental	0	13.112.978	12.034.573	10.857.471	10.220.932	-636.539	10.220.932
Dívidas de Médio e Longo Prazo - Antecipação de Rendas	0	13.112.978	12.034.573	10.857.471	10.220.932	-636.539	10.220.932
Banco Santander Totta	0	6.556.489	6.017.287	5.428.736	5.110.466	-318.269	5.110.466
Banco BPI	0	6.556.489	6.017.287	5.428.736	5.110.466	-318.269	5.110.466
Total da dívida de médio e longo prazo	36.755.669	42.661.386	35.545.569	31.401.495	28.147.969	-3.253.526	-32.093.527
Taxa de crescimento	23,7%	16,1%	-16,7%	-11,7%	-10,4%		

Un: Euros

Gráfico 6

EVOLUÇÃO DA DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZO (NATUREZA ORÇAMENTAL E NÃO ORÇAMENTAL)



Contextualizando a análise na evolução do passivo de médio e longo prazo de natureza orçamental, recorda-se que desde 2002 até 2014 se verifica uma clara tendência de diminuição da dívida de médio e

longo prazo, em patamares de redução muito expressivos em especial no que refere aos empréstimos destinados a finalidades diversas, como se divulga nas respetivas prestações de contas.

Na gerência de 2015 interrompe-se esta tendência com o aumento de (+) 7.039.206 € da dívida de médio e longo prazo do município, devido à concretização de duas novas operações, a celebração do Empréstimo Bancário de M.L.P com o Banco Português de Investimento, no valor de 9.200.000 €, para aquisição dos lotes de terreno números 1 e 4 que integravam o Parque de Ciência e Tecnologia da Maia (TECMAIA), cujo impacto foi em parte atenuado pelas amortizações ocorridas nos demais empréstimos existentes em resultado do cumprimento do serviço de dívida negociado, bem como a obrigatoriedade legal de subscrição do Fundo de Apoio Municipal (FAM), no valor total de 2.990.300,97€.

Estas duas operações assumem especial relevo no contexto municipal, tendo sido determinadas por imposições legais que regem a governação local.

A contratação do Empréstimo Bancário de M.L.P com o Banco Português de Investimento, no valor de 9.200.000 €, foi motivada pela necessidade de serem cumpridas as obrigações que para a Autarquia derivam da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, tendo em conta as responsabilidades já constituídas para o Município em resultado dos invocados normativos, atenta a sua participação de 51% no capital social da TECMAIA. Razão por que se entendeu conveniente para a salvaguarda do superior interesse público a aquisição pela Autarquia dos lotes de terreno n.ºs 1 e 4, de modo a evitar a resolução dos contratos de empréstimo existentes naquela sociedade pelo Sindicato Bancário e competente venda pela via judicial, que determinariam uma desvalorização dos imóveis, face à baixa do mercado imobiliário, e consequentemente uma dissolução compulsiva da própria sociedade com grave prejuízo para o interesse público municipal.

Sobre a subscrição do Fundo de Apoio Municipal impõe-se desde logo anotar que foi uma operação que resultou de uma imposição legal, designadamente da entrada em vigor da Lei n.º 53/2014, de 25 de agosto, que aprovou o regime jurídico da recuperação financeira municipal (RJRFM) e determinou a obrigatoriedade de todos os municípios, sem exceção, contribuírem para este fundo.

O capital social do FAM é representado por unidades de participação a subscrever e realizar pelo Estado e pelos municípios, consubstanciando assim um ativo em investimentos financeiros, tendo o montante imputável ao Município da Maia “*ab initio*” sido fixado em 2.990.300,97 €.

A realização do capital iniciou-se em 2015 tendo sido definido um prazo de concretização de 7 anos, através de duas prestações anuais, mediante o pagamento anual de 427.186,00 € até 2020, e de 427.184,97 € em 2021.

Porém, com a entrada em vigor da Lei do Orçamento de Estado para 2018 (que altera entre outros o art.º 19.º da Lei n.º 53/2014, de 25 de agosto) foi modificada a subscrição do capital social do FAM, por redução dos montantes anuais a realizar pelo Estado e pelos Municípios. Daqui resulta uma redução das prestações anuais a realizar pelo Município da Maia em 2018, 2019, 2020 e 2021, respetivamente, em 25%, 50%, 75% e 100%.

Deste modo a parcela da participação no FAM que se encontrava por realizar passou em 2018 de 1.708.743 € (valor registado no fecho de 2017) para 640.779 €, resultando em (-) 1.067.964 € do que o montante da subscrição inicialmente fixado na lei.

Na Lei de Orçamento de Estado para 2019 continua ainda a prever-se que o montante referente à contribuição de cada município para o Fundo de Apoio Municipal (FAM) não releva para o limite da dívida total previsto no n.º 1 do artigo 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua redação atual.

São estas as duas razões que justificam o aumento sinalizado em 2015 na dívida de médio e longo prazo, decorrentes de factos supervenientes à regular gestão municipal.

No exercício de 2016 recuperam-se os padrões de diminuição do endividamento de médio e longo prazo de natureza orçamental que se mantêm na gerência em apreço, não obstante a existência de duas novas operações com impacto nesta componente da dívida.

Na gerência de 2018 o município assumiu a posição contratual da Sociedade Gestora do Fundo de Investimento Maia Golfe no contrato de empréstimo celebrado com Caixa Geral de Depósitos, em consequência do processo de dissolução e liquidação do Fundo, cujas condições apontam para um capital em dívida no final de 2018 de apenas 3.988.440 €. Por outro lado, foram integralmente amortizados os dois Empréstimo Bancário de M.L. P de maior relevo: o empréstimo bancário contratado com o BTA, no montante de 29.927.873,82 €, e o empréstimo bancário adjudicado ao BPI, no valor de 20.000.000 €.

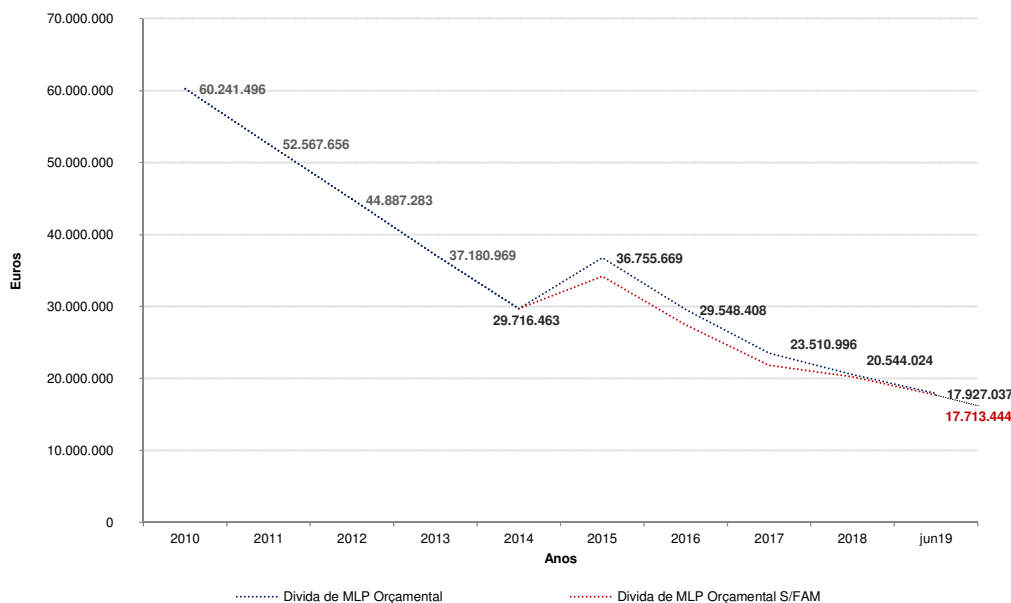
Em 2019 inicia-se a produção dos efeitos financeiros da proposta de Aumento de Capital da empresa Espaço Municipal EM, no montante global de 3.450.000 €, de forma a permitir conferir à empresa a capacidade financeira para suprir os capitais próprios para desenvolver a atividade no âmbito das candidaturas do Portugal 2020, cujas condições apontam para o pagamento de uma última *tranche* de capital subscrito no valor de 1.120.000 € a realizar apenas no ano de 2020, parcela registada, como se impõe, na rubrica de Credores por Investimentos Financeiros.

Não obstante estas operações, no fim do primeiro semestre de 2019 persiste a tendência decrescente assinalada com a dívida de médio e longo prazo de natureza orçamental a descer para 17.927.037 €, (-) 2.616.987 € face ao final do exercício transato, (-) 12,7 %.

Gráfico 7

EVOLUÇÃO DA DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZO

(NATUREZA ORÇAMENTAL)



Desfecho similar estende-se à evolução da dívida imputável à operação de antecipação de rendas – de natureza não orçamental – com o valor total de 10.220.932 €, que se apresenta diminuída em (-) 636.539 € em relação ao final do ano de 2018, (-) 5,9 %.

No quadro global do decréscimo obtido predomina o contributo das amortizações efetuadas por conta da assunção da posição contratual da Sociedade Gestora do Fundo de Investimento Maia Golfe no contrato de empréstimo celebrado com Caixa Geral de Depósitos, em consequência do processo de dissolução e liquidação do Fundo, no valor de (-) 1.994.220 €.

Com menor expressão, seguem-se as amortizações do empréstimo contratado com o BPI, para a aquisição de dois lotes de terreno à TECMAIA, no montante de 9.200.000 €, a par do empréstimo contratado ao abrigo do Programa de Regularização Extraordinária de Dívidas do Estado (PREDE) (decorrente na íntegra da parte imputável ao Estado) responsáveis respetivamente por (-) 511.000 € e (-) 501.821€, evidenciando esta última parcela a integral liquidação do empréstimo PREDE.

No segmento dos empréstimos destinados à Habitação Social, o maior volume de amortizações está indexado aos empréstimos realizados com a CGD ao abrigo das linhas de crédito bonificado (PER), cujo valor total ascendeu a (-) 452.820 €, sendo os demais empréstimos denominados de complemento PER, - presentemente contratados com o Banco Bilbao Viscaya em consequência da operação de “Reestruturação do serviço de dívida de médio e longo prazo” levada a cabo em 2007 -, responsáveis por uma redução de (-) 170.218 €.

As outras dívidas de médio e longo reportam-se à contribuição para o Fundo de Apoio Municipal, única parcela da dívida de médio e longo prazo que não concorre para efeitos de apuramento dos limites de

endividamento, e que determinou um corte adicional na dívida de médio e longo prazo de (-) 106.797 € a que acresce a já referida componente de Credores por Investimentos Financeiros que respeita à última *tranche* de capital subscrito e não realizado aprovado pelos órgãos competentes no âmbito da proposta de aumento de capital social da empresa Espaço Municipal.

Reforçando a trajetória de redução assinalada, posiciona-se a dívida de médio e longo prazo do município à data de 30 de junho de 2019 incluindo o passivo de natureza não orçamental decorrente exclusivamente da operação de cessão de créditos das rendas da habitação social celebrada em 2004, ao totalizar 28.147.969 € o que evidencia um decréscimo de (-) 3.253.526 € em relação ao final do ano transato, (-) 10,4%.

SERVIÇO DE DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZO

Tendo por fim avaliar, numa ótica orçamental, o peso dos encargos decorrentes do endividamento de médio e longo prazo, nomeadamente os juros e as respetivas amortizações, no total da despesa e receita municipais, insere-se um quadro ilustrativo da evolução do serviço de dívida municipal no primeiro semestre de 2019 (Quadro 16) em relação a período homólogo, uma vez que esta avaliação não deve ser descontextualizada da periodicidade semestral com que ocorrem estas obrigações.

Quadro 16

EVOLUÇÃO DO SERVIÇO DE DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZO				
	jun-18	jun-19	Variação	
			Valor	%
Empréstimos MLP destinados a finalidades diversas (1)	2.205.567	3.048.295	842.728	38,21%
Amortizações	2.164.004	3.007.153	843.149	38,96%
Juros	41.563	41.142	-421	-1,01%
Empréstimos MLP destinados à Habitação Social (2)	623.000	627.187	4.187	0,67%
Amortizações	618.365	623.038	4.673	0,76%
Juros	4.635	4.149	-486	-10,49%
Outras Dívidas de Médio e Longo Prazo (3)	160.195	106.797	-53.399	-33,33%
Amortizações	160.195	106.797	-53.399	-33,33%
Juros	0	0	0	-
Total do Serviço de Dívida de Médio e Longo Prazo (1+2+3)	2.988.762	3.782.278	793.516	26,55%
Amortizações	2.942.564	3.736.987	794.423	27,00%
Juros	46.198	45.291	-907	-1,96%
Taxa de Crescimento do Serviço de Dívida de Médio e Longo Prazo	-3,7%	26,5%		
Amortizações	-3,3%	27,0%		
Juros	-23,0%	-2,0%		
Juros / Receita Total Cobrada	0,2%	0,1%		
Juros / Despesa Total Paga	0,2%	0,1%		
Juros / Despesa de Capital Paga	0,7%	0,4%		
Serviço Dívida / Receita Total Cobrada	10,4%	11,8%		
Serviço Dívida / Despesa Total Paga	11,7%	11,8%		

Un: Euros

Atendendo a que a apreciação promovida neste âmbito tem como objetivo avaliar a despesa realizada em juros e amortizações ao abrigo do orçamento municipal e o seu peso no total da receita cobrada e no total da despesa paga, matéria de natureza exclusivamente orçamental, os dados constantes no quadro supra não contemplam os juros e amortizações provenientes do empréstimo de médio e longo prazo associado ao processo de antecipação de rendas da habitação social.

No primeiro semestre de 2019 e não obstante a reiterada diminuição do capital em dívida da generalidade dos empréstimos que foram contratualizados, os encargos com o serviço de dívida municipal de natureza orçamental aumentam de forma expressiva em relação a período homólogo, (+) 793.516 €, (+) 26,55%, devido ao volume das amortizações uma vez que os juros para além de descenderem assumem pouca materialidade.

Tal acréscimo prende-se com as responsabilidades inerentes à assunção da posição contratual da Sociedade Gestora do Fundo de Investimento Maia Golfe no contrato de empréstimo celebrado com Caixa Geral de Depósitos, em consequência do processo de dissolução e liquidação do Fundo, que ditaram uma amortização de 1.994.220 €.

No peso do Serviço de Dívida prevalece o encargo das amortizações que ronda os 99% do seu valor global, sendo que o serviço de dívida representa 11,8% do total da receita e despesa executadas, percentagens que não são, de todo, desproporcionais num contexto de apertada gestão de disponibilidades, o que justifica uma análise mais pormenorizada da rubrica.

No Quadro 17 apresenta-se o detalhe do Serviço de Dívida de Médio e Longo Prazo com impacto orçamental no semestre findo, por tipologia de empréstimo, assim como a respetiva previsão desses encargos para o final do exercício de 2019, para além da ilustração gráfica do peso de cada uma das suas componentes.

Quadro 17

DESCRIÇÃO DO SERVIÇO DE DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZO						
	Realizado 1.º Semestre 2019			Previsto 2.º Semestre 2019		
	Amort	Juros	Total	Amort	Juros	Total
Empréstimos MLP destinados a finalidades diversas						
Empréstimo Bancário de M.L.P com o Banco Santander Totta, de 29.927.873,82 €	501.821	157	501.979	0	0	0
Empréstimo Bancário de M.L.P com Banco Português de Investimento, de 9.200.000,00 € - Tecmaia	511.111	34.819	545.931	511.111	38.873	549.984
Assunção da posição contratual do Empréstimo Bancário com a CGD no montante de 3.988.440€, no âmbito do processo de dissolução do	1.994.220	6.165	2.000.386	1.994.220	2.617	1.996.838
Sub Total	3.007.153	41.142	3.048.295	2.505.331	41.490	2.546.821
Empréstimos MLP destinados à Habitação Social						
Empréstimo Bancário de M.L.P com o BBVA - Complemento PER - de 7.169.214,75 €	170.218	0	170.218	172.381	0	172.381
Empréstimo Bancário ao abrigo linha de crédito bonificado (PER 1) com a C.G.D - até 7.481.968,46 €	139.336	1.066	140.402	139.399	1.062	140.460
Empréstimo Bancário ao abrigo linha de crédito bonificado (PER 2) com a C.G.D - até 21.077.411,44 €	313.484	3.083	316.567	319.314	3.087	322.401
Sub Total	623.038	4.149	627.187	631.094	4.149	635.243
Outras Dívidas de Médio e Longo Prazo						
FAM - Fundo de Apoio Municipal	106.797	-	106.797	106.797	-	106.797
Credores por Investimentos Financeiros	0	-	0	0	-	0
Sub Total	106.797	0	106.797	106.797	0	106.797
TOTAL	3.736.987	45.291	3.782.278	3.243.221	45.639	3.288.860

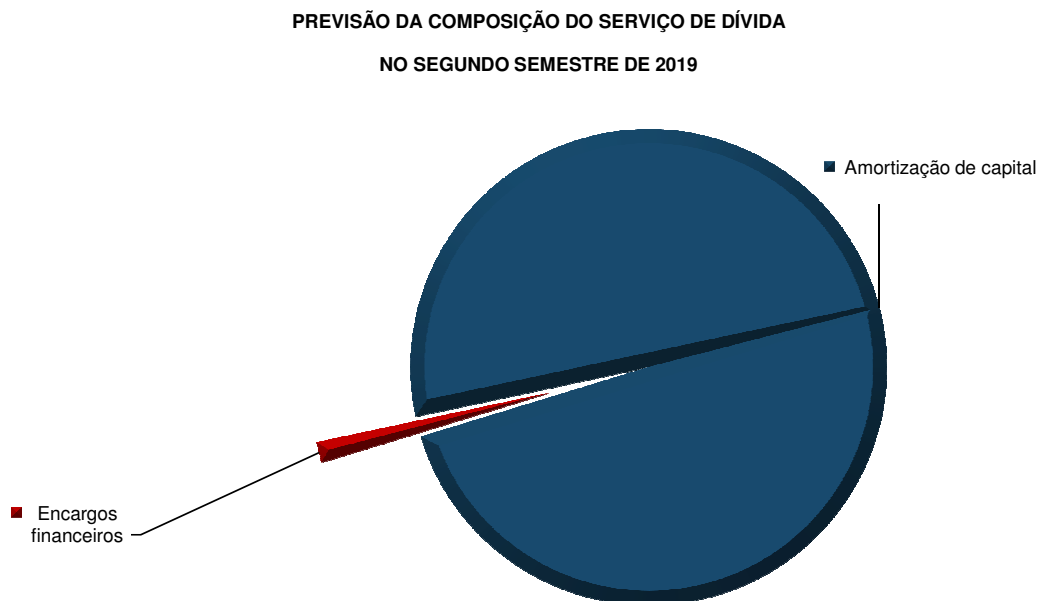
Un: Euros

No panorama global das despesas realizadas com o serviço de dívida municipal destacam-se as relacionadas com empréstimos destinados a finalidades diversas, posicionando-se na primeira linha o contrato de empréstimo celebrado com Caixa Geral de Depósitos, em consequência do processo de dissolução e liquidação do Fundo de Investimento Maia Golfe, logo seguidas pelo empréstimo contratualizado com o BPI para a aquisição dos terrenos à TECMAIA, no valor de 9.200.000€ e pelo empréstimo contratado ao abrigo do Programa de Regularização Extraordinária de Dívidas do Estado (PREDE), decorrente na íntegra da parte imputável ao Estado que, como já foi referido, fica integralmente liquidado neste primeiro semestre.

No âmbito dos empréstimos destinados à habitação social, o maior volume do serviço da dívida permanece indexado aos empréstimos contratados com a CGD ao abrigo das linhas de crédito bonificado PER2.

No contexto das Outras Dívidas de Médio e Longo Prazo, releva-se a existência do encargo anual decorrente da contribuição obrigatória do Município para a realização do Capital Social do Fundo de Apoio Municipal, tendo já ocorrido o pagamento da nona *tranche* no montante de 106.797 €, prevendo-se o pagamento de outra *tranche* de igual montante até ao final do corrente ano.

Gráfico 8



COMPOSIÇÃO DA DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZO NO FIM DA GERÊNCIA

No Quadro 18 sistematizam-se os empréstimos existentes à data de 30 de Junho de 2019 e respetivos valores do capital em dívida, diferenciando-os em função da sua natureza e do seu grau de exigibilidade, com o objetivo de obter uma visão mais pormenorizada da estrutura do endividamento municipal de médio e longo prazo, incluindo a proveniente a operação de cessão de créditos.

Quadro 18

COMPOSIÇÃO DA DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZO POR GRAU DE EXIGIBILIDADE		
	jun-19	
	Valor	Peso
EXIGÍVEL A MÉDIO E LONGO PRAZO	21.249.050	75,49%
Dívida de Natureza Orçamental	12.371.540	43,95%
Empréstimos Bancários de MLP	12.318.142	43,76%
Empréstimos MLP destinados a finalidades diversas	3.577.778	12,71%
Empréstimo Bancário de M.L. P com BPI no montante de 9.200.000 - Aquisição dos Lotes de Terreno n.ºs 1 e 4 à TECMAIA	3.577.778	12,71%
Assunção da posição contratual do Empréstimo Bancário com a CGD no montante de 3.988.440€, no âmbito do processo de dissolução do FIIF Maia Golfe	0	0,00%
Empréstimo Bancário de M.L. P ao abrigo do PREDE - 12.545.533	0	0,00%
Estado	0	0,00%
Empréstimos MLP destinados à Habitação Social	8.740.364	31,05%
Empréstimo Bancário de M.L. P com o BBVA - Complemento PER - no montante de 7.169.214,75	3.181.933	11,30%
Empréstimo Bancário ao abrigo linha de crédito bonificado - PER 1 - com a C G D - no montante de 7.481.968,46€	1.364.730	4,85%
Empréstimo Bancário ao abrigo linha de crédito bonificado - PER 2 - com a C G D - até 21.007.737,65	4.193.701	14,90%
Outras Dívidas de Médio e Longo Prazo	53.398	0,19%
FAM - Fundo de Apoio Municipal	53.398	0,19%
Credores por Investimentos Financeiros	0	
Dívida de Natureza Não Orçamental	8.877.510	31,54%
Dívidas de Médio e Longo Prazo - Antecipação de Rendas	8.877.510	31,54%
Banco Santander Totta	4.438.755	15,77%
Banco BPI	4.438.755	15,77%
EXIGÍVEL A CURTO PRAZO	6.898.919	24,51%
Dívida de Natureza Orçamental	5.555.496	19,74%
Empréstimos de Médio e Longo Prazo	4.275.302	15,19%
Empréstimos MLP destinados a finalidades diversas	3.016.442	10,72%
Empréstimo Bancário de M.L.P com BPI no montante de 9.200.000 - TECMAIA	1.022.222	3,63%
Assunção da posição contratual do Empréstimo Bancário com a CGD no montante de 3.988.440€, no âmbito do processo de dissolução do FIIF Maia Golfe	1.994.220	7,08%
Empréstimo Bancário de M.L. P ao abrigo do PREDE - 12.545.533	0	0,00%
Estado	0	0,00%
Empréstimos MLP destinados à Habitação Social	1.258.859	4,47%
Empréstimo Bancário de M.L.P com o BBVA - Complemento PER - no montante de 7.169.214,75	346.982	1,23%
Empréstimo Bancário ao abrigo linha de crédito bonificado - PER 1 - com a C G D - no montante de 7.481.968,46€	278.843	0,99%
Empréstimo Bancário ao abrigo linha de crédito bonificado - PER 2 - com a C G D - até 21.007.737,65	633.034	2,25%
Outras Dívidas de Médio e Longo Prazo	1.280.195	4,55%
FAM - Fundo de Apoio Municipal	160.195	0,57%
Credores por Investimentos Financeiros	1.120.000	
Dívida de Natureza Não Orçamental	1.343.422	4,77%
Dívidas de Médio e Longo Prazo - Antecipação de Rendas	1.343.422	4,77%
Banco Santander Totta	671.711	2,39%
Banco BPI	671.711	2,39%
TOTAL DA DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZO	28.147.969	100,00%

Um: Euros

Avaliada a constituição da dívida de médio e longo prazo verifica-se que cerca de 36% do seu valor resulta de empréstimos destinados à construção de habitação social que foram contratualizados ao abrigo do Programa Especial de Realojamento, na sua grande maioria abrangidos por uma linha de crédito bonificado para um período de 25 anos.

Esta natureza de empréstimos beneficia de uma bonificação do Estado correspondente a 75% da taxa de juro contratual, que nos primeiros seis meses do ano garantiu um proveito financeiro de 8.197 €.

Ultima-se com a apresentação do Quadro 19, prospetivo da composição da dívida no final do exercício de 2019.

Quadro 19

PREVISÃO DA ESTRUTURA DA DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZO		
31-12-2019		
	Valor	Peso
Dívida de Natureza Orçamental	14.683.815	61%
Empréstimos de Médio e Longo Prazo	13.457.019	55%
Empréstimos MLP destinados a finalidades diversas	4.088.889	17%
Assunção da posição contratual do Empréstimo Bancário com a CGD no montante de 3.988.440€, no âmbito do processo de dissolução do FIIF Maia Golfe	0	0%
Empréstimo Bancário de M.L.P ao abrigo do PREDE - 12.545.533	0	0%
Estado	0	0%
Empréstimo Bancário de M.L.P com BPI no montante de 9.200.000 - Tecmaia	4.088.889	17%
Empréstimos MLP destinados à Habitação Social	9.368.130	39%
Empréstimo Bancário de M.L.P com o BBVA - Complemento PER - no montante de 7.169.214,75	3.356.533	14%
Empréstimo Bancário ao abrigo linha de crédito bonificado - PER 1 - com a C G D - no montante de 7.481.968,46€	1.504.175	6%
Empréstimo Bancário ao abrigo linha de crédito bonificado - PER 2 - com a C G D - até 21.007.737,65	4.507.422	19%
Outras Dívidas de Médio e Longo Prazo	1.226.797	5%
FAM - Fundo de Apoio Municipal	106.797	0%
Credores por Investimentos Financeiros	1.120.000	
Dívida de Natureza Não Orçamental	9.566.239	39%
Dívidas de Médio e Longo Prazo - Antecipação de Rendas	9.566.239	39%
Banco Santander Totta	4.783.119	20%
Banco BPI	4.783.119	20%
TOTAL DA DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZO	24.250.054	100%

Un: Euros

Como se encontra patente no Quadro 19, no final do exercício de 2019 ficará integralmente amortizado o Empréstimo Bancário de M.L. P ao abrigo do PREDE, e o Contrato de Financiamento celebrado com a Caixa Geral de Depósitos, em resultado da cessão da posição contratual no âmbito do processo de liquidação e dissolução do Fundo de Investimento Imobiliário Maia Golfe.

DÍVIDA DE CURTO PRAZO

A componente do endividamento de curto prazo incorpora a dívida proveniente dos fornecedores c/c e de imobilizado, dos credores de transferências para as autarquias locais e credores por investimentos financeiros, e do Estado e Outros Credores, cuja evolução dos últimos anos se retrata no Quadro 20.

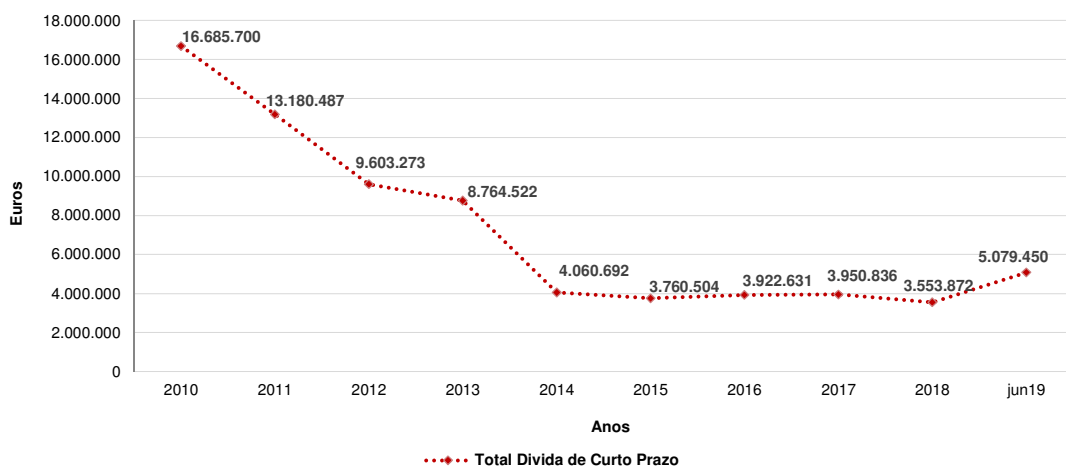
Quadro 20

EVOLUÇÃO DA DÍVIDA DE CURTO PRAZO						Variação	
	2015	2016	2017	2018	jun19		
	Peso					jun19/2018	jun19/2010
Fornecedores c/c	372.752	614.798	482.497	262.589	812.484	16,0%	549.895 -1.688.059
Fornecedores imobilizado	16.196	27.101	134.742	18.201	835.213	16,4%	817.012 -8.634.700
Outros credores	3.371.556	3.280.732	3.333.597	3.273.081	3.431.753	67,6%	158.671 -1.283.491
Total da Dívida de Curto Prazo	3.760.504	3.922.631	3.950.836	3.553.872	5.079.450	100,0%	1.525.578 -11.606.250
Taxa de Crescimento da Dívida de Curto Prazo	-7,4%	4,3%	0,7%	-10,0%	42,9%		-69,6%
Fornecedores c/c	-39,0%	64,9%	-21,5%	-45,6%	209,4%		-67,5%
Fornecedores imobilizado	-69,7%	67,3%	397,2%	-86,5%	4488,9%		-91,2%
Outros credores	-0,7%	-2,7%	1,6%	-1,8%	4,8%		-27,2%

Un: Euros

Gráfico 9

EVOLUÇÃO DA DÍVIDA DE CURTO PRAZO



O caminho percorrido em matéria de dívida de curto prazo no período compreendido entre 2010 e 2018 também evidencia uma trajetória claramente descendente, ao comportar uma redução na ordem dos (-) 11,6 milhões de euros (de 16.685.700 € para 5.079.450 €), isto é, cerca de (-) 70%, pese embora o acréscimo registado nos primeiros seis meses do ano em relação aos dados apurados no final da gerência de 2018, comportamento usual deste agregado nesta época do ano, uma vez que os seus valores espelham o normal e regular registo de faturação no final do mês de junho, parte da qual se encontra em fase de receção e conferência.

Relembra-se que, uma vez estabilizado o nível da dívida inerente à atividade operacional na componente “fornecedores” e posicionado o prazo médio de pagamento muito aquém dos 30 dias, a diminuição dos níveis da dívida de curto prazo a partir do ano de 2015 não assumem, como é natural, a mesma materialidade que tinham até finais de 2014.

Confinando a análise ao desenvolvimento desta rubrica no semestre em apreço, verifica-se que a dívida de curto prazo ao totalizar 5.079.450 € anuncia (+) 1.525.578 € que na gerência anterior, devido à influência dos seus três agregados: Fornecedores – conta corrente e de imobilizado – que aumentam (+) 549.895 € e (+) 817.012 €, respetivamente, e dívida a “Outros Credores”, que dita um acréscimo de (+) 158.671 €.

Com significativa materialidade apresenta-se o débito a “Outros Credores” no valor 3.431.753 €, seguindo-se a dívida a Fornecedores – conta corrente e de imobilizado - com montantes aproximados a perfazer respetivamente 812.484 € e 835.213 €.

Autonomizadas as dívidas de “Outros Credores” que estão a ser dirimidas em sede judicial, a dívida de curto prazo no final do semestre somaria 1.908.169 €, quantia cuja ordem de grandeza é muito inferior à cadência mensal de faturação do Município da Maia, o que indicia pagamentos dentro de um prazo médio muito reduzido, que atualmente se fixa em 4 dias.

Impõe-se ainda referir que os atuais montantes em dívida, à exceção dos que estão pendentes de resolução forense, reportam-se a faturação emitida em datas próximas do final do mês de junho, encontrando-se uma grande parte em receção e conferência e, por maioria de razão, não vencida, pelo que a sua materialidade não oferece qualquer preocupação em matéria de gestão da dívida de curto prazo, estando o seu valor indexado ao ritmo mensal de faturação do Município da Maia, permitindo a concretização de pagamentos dentro do prazo médio acima referido.

Sobre o débito a “Outros Credores” no valor total de 3.431.753 € reiteram-se as alegações constantes em relatos anteriores quanto à sua componente mais influente, a dos “Credores de Transferências das Autarquias”, designadamente, que o seu maior valor respeita a uma dívida de 3.171.281 €, de participações à LIPOR para investimento, a qual está a ser dirimida em sede de compromisso arbitral com a invocação que também são devidas taxas de construção ao município na sequência do licenciamento da estação de tratamento de resíduos Sólidos (LIPOR II) e do aterro sanitário de apoio àquela estação.

Em sede de redução dos pagamentos em atraso, a Lei do Orçamento de Estado para 2019 (artigo 89.º) mantém em idênticas condições, a obrigação de, até ao final do ano, as entidades incluídas no subsector da administração local reduzirem no mínimo 10 % dos pagamentos em atraso com mais de 90 dias, registados no Sistema Integrado de Informação das Autarquias Locais (SIIAL) à data de setembro de 2018, para além da redução já prevista no Programa de Apoio à Economia Local (PAEL), criado pela Lei n.º 43/2012, de 28 de agosto, na sua redação atual.

Esta obrigação não se aplica aos municípios que se encontrem vinculados a um programa de ajustamento municipal, nos termos da Lei n.º 53/2014, de 25 de agosto

No caso de incumprimento da obrigação de redução dos pagamentos em atraso há lugar à retenção da receita proveniente das transferências do Orçamento do Estado, no montante equivalente ao do valor em falta, até ao limite previsto no artigo 39.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua redação atual.

Igualmente neste quadro permanece o Município numa posição confortável, isto é, fora das entidades com pagamentos em atraso, cumprindo integral e pontualmente todas as suas obrigações, situação que remonta a maio de 2012.

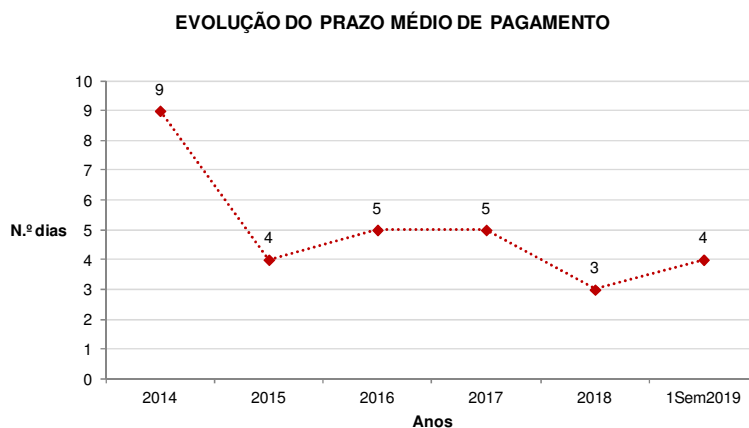
Posicionando-se em níveis francamente satisfatórios, apresenta-se também o prazo médio de pagamento do município, que à data de 30 de junho de 2019 é de apenas 4 dias.

Quadro 21

PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTO						
	2014	2015	2016	2017	2018	1Sem2019
$PMP = \frac{\sum_{t=3}^t DF}{\sum_{t=3}^t A} \times 365$	9	4	5	5	3	4

(*) Cálculo de acordo com a Resolução do Conselho de Ministros n.º 34/2008, excluindo Fornecedores de Imobilizado de MLP

Gráfico 10



ENDIVIDAMENTO – LATO SENSU

Na esteira do consignado no regime financeiro das Autarquias Locais, estabelecido pela Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro (RFALEI), na sua redação atual, em matéria de endividamento autárquico releva-se um conjunto de medidas conducentes ao controlo do endividamento municipal, que justificam que se faça uma breve nota ao seu enquadramento.

Este diploma legal veio, no seu artigo 52.º, estabelecer um novo conceito no que concerne ao endividamento municipal, que é o de dívida total de operações orçamentais.

A dívida total de operações orçamentais é o valor relevante para efeitos de verificação do cumprimento do limite de endividamento estabelecido no referido artigo 52.º, bem como para aferição dos municípios que se encontram em situação de saneamento financeiro (vide art.º 58.º) e em situação de rutura financeira (vide art.º 61.º).

Com este conceito do limite da dívida, passa-se a considerar que a dívida total de operações orçamentais do município – grupo municipal –, não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores. E, sempre que este limite não seja cumprido, deve ser reduzido, no exercício subsequente, pelo menos 10% do montante em excesso, até que o referido limite seja cumprido. Por outro lado, se o referido limite for cumprido, pode aumentar 20% da margem disponível no início de cada exercício, o que claramente beneficia as autarquias locais em matéria de endividamento.

Procede-se ainda ao alargamento das entidades relevantes para efeitos de limites da dívida total do grupo municipal, na medida em que para efeitos do apuramento do montante da dívida total relevante para o limite de cada município, anteriormente referido, passa a ter-se em consideração, como seria desejável, os serviços municipalizados e intermunicipalizados, as entidades intermunicipais e associativas municipais, as empresas locais, exceto se forem empresas abrangidas pelo Sector Empresarial do Estado ou Regional, as cooperativas e fundações e, por fim, as entidades de outra natureza nas quais se verifique um controlo ou presunção de controlo por parte do município.

Ou seja, este regime jurídico vem impor e reforçar a ideia que, em regra, todas as entidades constituídas e participadas por capitais municipais relevam para efeitos de endividamento municipal, cumpridos que sejam determinados requisitos, alargando assim de forma significativa o perímetro de entidades a considerar.

Nos casos em que seja ultrapassado o limite da dívida anteriormente referido, os municípios têm dois mecanismos de recuperação financeira – o saneamento financeiro e a recuperação financeira. No que diz respeito ao saneamento financeiro, entende-se que o município deve contrair empréstimos para a reprogramação da dívida e a consolidação de passivos financeiros. No entanto, estes pedidos de empréstimos têm um prazo máximo de 14 anos e devem ser instruídos com um estudo fundamentado da situação financeira e um plano de saneamento financeiro, elaborados pela câmara municipal e propostos à assembleia municipal, que vigore no período de empréstimo.

Quanto ao mecanismo da recuperação financeira, este é obrigatório sempre que o município se encontre em rutura financeira, isto é, sempre que o limite da dívida referido seja superior a 3 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos últimos três exercícios.

Para estes casos foi criado um Fundo de Apoio Municipal que tem por objeto prestar assistência financeira aos municípios que se encontrem nos casos supra referidos. As fontes de financiamento deste fundo, regulamentado em diploma próprio, incluem obrigatoriamente a participação do Estado e de todos os municípios.

As sucessivas Leis do Orçamento do Estado (LOE) têm vindo a introduzir algumas alterações neste âmbito, pelo que importa destacar as contempladas no Orçamento de Estado de 2019, com relevância para a análise da dívida do município promovida no capítulo em apreço.

Salienta-se assim que, na esteira do consignado LOE de 2018, em 2019, se mantém a previsão de que o montante referente à contribuição de cada município para o Fundo de Apoio Municipal (FAM) não releva para o limite da dívida total previsto no n.º 1 do artigo 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua redação atual.

De igual modo relevante é a alteração ao regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais previsto no artigo 341.º da LOE 2019, concretamente no que se refere à alteração ao n.º 3 do Artigo 51.º que permite que os municípios cuja dívida total prevista no n.º 1 do artigo seguinte seja inferior a 2,25 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores contraíam empréstimos a médio e longo prazos para exclusiva aplicação na liquidação antecipada de outros empréstimos ou acordos de pagamento que já constem do endividamento global da autarquia, desde que cumpridas determinadas condições. Norma esta que habilitou o município a adjudicar a contratação de empréstimo bancário de médio e longo prazo no montante de 10.254.645,79 € ao Banco Português de Investimento (BPI) na sequência da operação de substituição da dívida do Município (SMEAS) à EDP Distribuição Energia, S.A., assumida no âmbito do Protocolo celebrado em 2005, cuja produção de efeitos financeiros depende da obtenção do visto prévio do tribunal de contas, nos termos legais aplicáveis, que só ocorreu no dia 24 de setembro, razão pela qual no decurso deste primeiro semestre nada foi amortizado em matéria de dívida de médio e longo prazo.

LIMITE DA DÍVIDA TOTAL DO GRUPO MUNICIPAL

Quadro 22

Receita Corrente Cobrada Líquida dos últimos três anos			
	2016	2017	2018
Município (+)	65.424.408	64.614.800	67.639.157
Receitas correntes líquida cobrada aos SMAS (-)	-486.209	-515.227	-506.240
SMAS (+)	16.368.313	17.250.721	17.963.578
Receitas correntes líquida cobrada ao Município (-)	-486.357	-515.161	-506.211
Total da Receita Cobrada Líquida	80.820.155	80.835.133	84.590.284
Média dos últimos três anos	82.081.857		
Limite da Dívida Total <=	123.122.786		

Un.Euros

Em conformidade com o disposto no n.º 1 do artigo 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro (Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais), e de acordo com a norma interpretativa da Direção Geral das Autarquias Locais, o limite acima identificado foi calculado com base nas receitas discriminadas. Deste modo, o limite da dívida total para cada município em 2018, é apurado nos seguintes moldes:

«1 — A dívida total de operações orçamentais do município, incluindo a das entidades previstas no artigo 54.º, não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores.».

Para efeitos de apuramento da receita corrente líquida do Município cobrada no ano, foi somada a receita corrente líquida cobrada pelos Serviços Municipalizados da Maia, deduzida da receita corrente líquida cobrada pelos Serviços Municipalizados ao Município e da receita corrente líquida cobrada pelo Município aos Serviços Municipalizados, em cada um dos anos.

O limite identificado é o limite global previsto no n.º 1 do art.º 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, sendo que para os municípios cujo valor da dívida total em cada exercício seja inferior ao valor aqui apurado, a sua margem de endividamento será determinada de acordo com o previsto na alínea b) do n.º 3 do art.º 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, isto é:

«b) (...) só pode aumentar, em cada exercício, o valor correspondente a 20 % da margem disponível no início de cada um dos exercícios.».

ENTIDADES RELEVANTES PARA OS LIMITES LEGAIS

Observada a disposição legal constante no artigo 54.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro (Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais), as entidades participadas pelo Município que relevam para o apuramento da dívida total de operações orçamentais da autarquia são:

- Os serviços municipalizados e intermunicipalizados, neste último caso, de acordo com o critério previsto no n.º 4 do artigo 16.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto - estas entidades relevam sempre.
- As entidades intermunicipais e as entidades associativas municipais, independentemente de terem sido constituídas ao abrigo de regimes legais específicos ou do direito privado, de acordo com o critério a estabelecer pelos seus órgãos deliberativos, com o acordo expresso das assembleias municipais respetivas, ou, na sua ausência, de forma proporcional à quota de cada município para as suas despesas de funcionamento.
- Estas entidades relevam sempre, designadamente as associações de municípios de direito privado, contrariamente ao que se verificava na Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro, para efeitos da contribuição para o endividamento líquido e endividamento de médio e longo prazo.
- As empresas locais e participadas de acordo com os artigos 19.º e 51.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, com exceção de empresas abrangidas pelos setores empresarial do Estado ou regional, por força do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 558/99, de 17 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 300/2007, de 23 de agosto, e pelas Leis números 64-A/2008, de 31 de dezembro, e 55-A/2010, de 31 de dezembro, proporcional à participação, direta ou indireta, do município no seu capital social, em caso de incumprimento das regras de equilíbrio de contas previstas no artigo 40.º daquela lei.

Neste caso tais entidades apenas relevam em caso de incumprimento das regras de equilíbrio de contas.

- As cooperativas e as fundações, proporcional à participação, direta ou indireta, do município, as quais relevam sempre;
- As entidades de outra natureza relativamente às quais se verifique, de acordo com o n.º 4 do artigo 75.º, o controlo ou presunção de controlo por parte do município, pelo montante total. Estas entidades relevam sempre que se verificar a existência de controlo ou presunção do mesmo.

Relevante para a análise em apreço é assinalar que os Fundos de Investimento Imobiliários, 100% detidos, relevam desde 2014 para efeitos de apuramento do endividamento municipal, contrariamente ao que acontecia até 2013, apesar de estarem refletidos no Balanço Municipal, ao justo valor, desde a data da sua constituição.

Impõe-se, de igual modo, referir que na data de fecho de contas deste exercício o único Fundo de Investimento Imobiliário (FII) que permanece detido pelo Município é o FII Maia IMO, uma vez já liquidados os dois outros fundos.

O contributo de cada uma das entidades para a dívida do município – grupo municipal – corresponde ao valor da sua dívida apurada multiplicado pelas respetivas percentagens de capital detido pelo Município.

No Quadro 23 sistematiza-se a informação sobre as entidades participadas pelo Município e respetivas parcelas detidas.

Quadro 23

ENTIDADES PARTICIPADAS	
1.º semestre 2019	
Identificação	% Participação
Serviços Municipalizados e intermunicipalizados	
SMAS - Serviços Municipalizados Águas e Saneamento	100,00%
Entidades intermunicipais e entidades associativas municipais	
Lipor - Serviço Intermunicipalizado de Gestão de Resíduos do Grande Porto	10,55%
Área Metropolitana Porto	5,58%
APCT - Assoc Parque de Ciência e Tecnologias do Porto	2,947%
AdePorto - Agência de Energia do Porto	7,67%
ANMP - Associação Nacional de Municípios Portugueses (3)	0,393%
Rede Intermunicipal de Cooperação e Desenvolvimento	
Associação do Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular	6,07%
Litoral Rural - Associação de Desenvolvimento Regional	16,67%
Entidades Regionais	
Turismo do Porto e Norte de Portugal, ER	1,16%
Empresas Locais e Participadas	
Empresas Locais	
Empresa Metropolitana de Estacionamento da Maia, E.M.	100,00%
Maambiente - Empresa Municipal do Ambiente, E.M.	100,00%
Espaço Municipal - Renovação Urbana Gestão do Património, E.M.	100,00%
Tecmaia - Parque de Ciência e Tecnologia da Maia, S.A., E.M. (2)	51,00%
Município - Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, E.M., S.A.	4,64%
Empresas Participadas	
Net - Novas Empresas e Tecnologias, S.A	0,22%
Águas do Norte, S.A. (1)	124%
Águas do Douro e Paiva, S.A. (1)	2,71%
Metro do Porto, S.A. (1)	0,0001%
Cooperativas e Fundações	
Cooperzo - Cooperativa Zoológica da Maia (2)	13,33%
Fundação do Conservatório de Música	100,00%
Fundação do Desporto	4,093%
Fundação da Juventude	142%
Fundação Serralves	0,3783%
Entidades de outras natureza	
FEI Maímo	100,00%

(1) Setor Empresarial do Estado

(2) Entidade que se encontra em liquidação

(3) a partir de 2018 a DGAL passou a excluir esta entidade do apuramento da dívida

No quadro das entidades participadas pelo Município acima referidas, e contrariamente ao que ocorria até 2017, em que só as entidades abrangidas pelo Setor Empresarial do Estado, Águas do Norte, S.A., Águas do Douro e Paiva, S.A., Metro do Porto, S.A. e a Turismo Porto Norte, E.R., eram excluídas do apuramento da dívida total, na gerência em apreço inclui-se também neste grupo a ANMP – Associação Nacional de Municípios Portugueses, sendo que todas as demais são suscetíveis de relevar para efeitos de apuramento da dívida total de operações orçamentais do município – grupo municipal - no fecho do primeiro semestre de 2019.

Esta alteração resulta do entendimento proferido pela DGAL - Direção-Geral das Autarquias Locais, comunicado ao município em setembro de 2018, e que se mantém, segundo o qual, atenta a natureza da entidade ANMP, a mesma não releva para a dívida do Município a que se refere o n.º 1 do artigo 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro. Com base neste entendimento, o montante relativo à dívida da ANMP passou, em 1 de janeiro de 2018, a ser automaticamente subtraído pela DGAL no apuramento da dívida orçamental dos relatórios do SIAL relativos à “Aferição da Dívida Total”.

Todavia apenas relevam para efeitos dos respetivos limites as entidades que não apresentem resultados anuais equilibrados, cujo enquadramento legal define como sendo o caso dos resultados líquidos antes de impostos se apresentarem negativos, conforme dispõe a alínea c) do n.º 1 do artigo 54.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, uma vez articulada com os artigos 19.º e 51.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, na sua redação atual.

Utilizando a dita regra do equilíbrio anual, da apreciação das contas anuais das entidades que reportaram a informação solicitada, conclui-se que violam esta regra as entidades adiante mencionadas no Quadro 24.

Ressalva-se contudo que dada a ausência de reporte de informação à data de fecho de contas, apesar dos reiterados pedidos formulados pelo Município, não foi possível avaliar o contributo atualizado das seguintes entidades: Fundação Serralves, Cooperzoo - Cooperativa Zoológica da Maia, Associação Parque Ciência e Tecnologia do Porto, e Litoral Rural - Associação de Desenvolvimento Regional utilizando-se para este efeito os últimos dados conhecidos. A pouca materialidade de tais participações do município, e por inerência dos respetivos efeitos no endividamento municipal, determina que não se encontra prejudicada a fiabilidade da informação financeira produzida neste âmbito.

A este respeito, dá-se nota ainda do facto de não ter sido reportada, a posição financeira da Tecmaia, empresa participada em que o município tem influência dominante, designadamente reportada ao fecho do semestre em apreço.

Por este motivo, o apuramento da Dívida do Grupo Municipal, na esfera da sua prestação de contas individual, não considera quaisquer efeitos relacionados com alterações do primeiro semestre de 2019 que venham a materializar-se considerando que o apuramento foi efetuado com base nos dados de fecho de contas de 2018, desta entidade.

Quadro 24

ENTIDADES QUE VIOLAM A REGRA DE EQUILIBRIO ANUAL	
EM PRESAS LOCAIS E PARTICIPADAS	
Identificação	%
Empresas locais:	
Maiambiente	100,00%
Tecmaia	51,00%
Net	0,22%
Municipia	4,64%

APURAMENTO DA DÍVIDA TOTAL DE OPERAÇÕES ORÇAMENTAIS DO GRUPO MUNICIPAL

Um breve apontamento à alteração do registo contabilístico da operação de cessão de créditos das rendas de habitação social celebrada em 2004 – reconduzido para o domínio dos empréstimos bancários de médio e longo prazo a partir do exercício de 2016 –, na sequência do acolhimento da recomendação do Tribunal de Contas, facto amplamente divulgado no Relatório de Gestão do transato ano.

O conteúdo da dívida total de operações orçamentais do município apresenta assim uma alteração substancial em relação ao utilizado até ao final da gerência de 2015, o que fragiliza qualquer análise comparativa que se pretenda coerente.

Neste enquadramento, no apuramento da dívida total de operações orçamentais do município – grupo municipal – para além de estarem incluídas todas as dívidas a terceiros refletidas no balanço das entidades, deduzidas dos acréscimos e diferimentos e das generalidade das operações não orçamentais, que mais não são do que cobranças e/ou retenções de valores que se efetuam a favor de uma entidade externa, não constituindo por isso receita do município, está contemplada a operação de antecipação de rendas de habitação social contabilizada como empréstimo de médio e longo prazo, apesar de não se tratar de dívida de natureza orçamental do município “*stricto sensu*.”

Quadro 25

APURAMENTO DA DÍVIDA TOTAL DE OPERAÇÕES ORÇAMENTAIS DO MUNICÍPIO	
1.º Semestre 2019	
Identificação	Contribuição
Município (1)	33.013.826
Divida bruta sem contrato de antecipação de rendas	22.792.894
Contrato de antecipação de rendas (cessão de créditos)	10.220.932
Serviços Municipalizados e intermunicipalizados (2)	17.483.023
SMAS - Serviços Municipalizados Águas e Saneamento	17.483.023
Entidades intermunicipais e entidades associativas municipais (3)	4.725.035
Lipor - Serviço Intermunicipalizado de Gestão de Resíduos do Grande Porto	4.678.534
Área Metropolitana Porto	19.967
APCT - Assoc Parque de Ciência e Tecnologias do Porto	21.668
AdePorto - Agência de Energia do Porto	3.488
ANMP - Associação Nacional de Municípios Portugueses (***)	
Maialnova - Associação para o Desenvolvimento do Concelho da Maia (*)	
Rede Intermunicipal de Cooperação e Desenvolvimento (**)	
Associação do Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular	539
Litoral Rural - Associação de Desenvolvimento Regional	839
Empresas locais e participadas que violam a regra do equilíbrio (4)	3.658.786
Maiambiente - Empresa Municipal do Ambiente, E.M.	1.597.289
Net - Novas Empresas e Tecnologias, S.A.	207
Município - Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, E.M., S.A.	86.511
Tecmaia - Parque de Ciência e Tecnologia da Maia, S.A., E.M. (*)	1.974.779
Cooperativas e Fundações (5)	127.168
Cooperzo - Cooperativa Zoológica da Maia (*)	3.088
Fundação do Conservatório de Música	83.187
Fundação do Desporto	3.266
Fundação da Juventude	29.776
Fundação Serralves	7.851
Entidades de outra natureza (6)	4.219.922
FEI Maialmo	4.219.922
TOTAL DA CONTRIBUIÇÃO PARA DÍVIDA ORÇAMENTAL DO MUNICÍPIO (7) = (1)+(2)+(3)+(4)+(5)+(6)	63.227.761
LIMITE LEGAL (8)	123.122.786
MARGEM ABSOLUTA (9) = (7) - (8)	-59.895.025
MARGEM UTILIZÁVEL (alínea b) n.º 3 art.º 52 LFL (10) = - (9) * 20%	11.608.899
MARGEM DISPONÍVEL PARA UTILIZAR (11) = (7)_{SI} + (10) - (7)_{Trim}	13.459.427

Un: Euros

notas:

(*) Entidade em processo de dissolução e liquidação

(**) Entidade sem início de atividade

(***) a partir de 2018 a DGAL passou a excluir esta entidade do apuramento da dívida

Analizados os resultados alcançados conclui-se que nos primeiros seis meses do ano em curso a dívida total de operações orçamentais do município – grupo municipal – desce para 63.227.761 €, o que posiciona o município abaixo do limite legalmente imposto em (-) 59.895.025 € e evidencia um decréscimo do endividamento em relação ao final da gerência de 2018 na ordem dos (-) 1,85 milhões de euros, (-) 2,8%.

Esta redução da dívida total do grupo municipal em relação ao fim do ano transato é justificada sobretudo pelo contributo do total da dívida do município “*de per si*”, que diminui (-) 1.621.151 € a par da contribuição proveniente do FII Maia Imo que adita (-) 1.247.619 € à dívida.

Figuram também a contribuir positivamente para a redução do endividamento do grupo municipal, apesar da menor materialidade, a Lipor, ainda com alguma expressão, (-) 759.239 €, a Fundação de Conservatório de Música, (-) 16.939 €, a Fundação de Desporto, (-) 7.254 €, a AdePorto - Agência de Energia do Porto, AdePorto - Agência de Energia do Porto (-) 4.704 €, e a Associação do Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular, (-) 2.993 €.

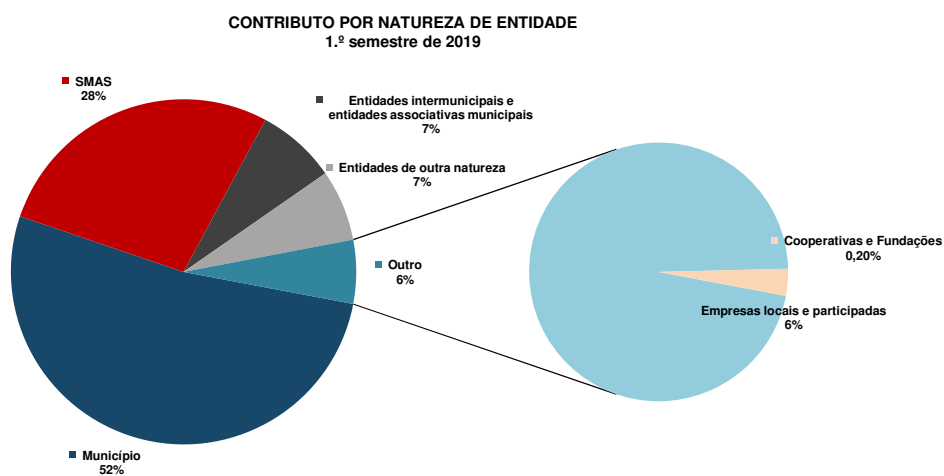
Com impacto diverso, sinaliza-se a performance da empresa Maiambiente - Empresa Municipal do Ambiente, E.M., que à data de fecho de semestre apresentava resultados antes de impostos negativos no valor de (-) 294.582,29 € a contrário do ano transato, o que dita uma contribuição para a dívida no montante de 1.597.289 €. Note-se porém que esta contribuição apenas se materializará caso os resultados antes de impostos permaneçam negativos à data do fecho do exercício de 2019.

Com valores menos expressivos, seguem-se os contributos dos SMAS e da Município que aumentam respetivamente (+) 105.661 € e (+) 86.511 € quando comparados com o final da gerência do ano anterior, logo seguida pela Área Metropolitana Porto que aumenta o seu contributo em (+)19.908 €.

Quanto ao agravamento assinalado pelos SMAS importa não negligenciar o impacto decorrente da adjudicação da contratação do empréstimo bancário de médio e longo prazo no montante de 10.254.645,79€ ao Banco Português de Investimento (BPI) na sequência da operação de substituição da dívida do Município (SMEAS) à EDP Distribuição Energia, S.A., assumida no âmbito do Protocolo celebrado em 2005, operação esta que “*de per si*” implica uma redução substancial da dívida mas cuja produção de efeitos financeiros depende da obtenção do visto prévio do tribunal de contas, nos termos legais aplicáveis, que só ocorreu no dia 24 de setembro, razão pela qual no decurso deste primeiro semestre nada foi amortizado em matéria de dívida de médio e longo prazo.

As restantes entidades participadas mantém ou aumentam ligeiramente os seus níveis de dívida, não assumindo materialidade no cômputo global da variação obtida.

Gráfico 11



No Quadro 26 sistematiza-se a dívida total de operações orçamentais diferenciando-a em função do seu grau de exigibilidade, tendo em vista obter uma visão mais pormenorizada da estrutura do endividamento do município numa lógica de grupo municipal,

Quadro 26

COMPOSIÇÃO DA DÍVIDA TOTAL DE OPERAÇÕES ORÇAMENTAIS DO GRUPO MUNICIPAL POR GRAU DE EXIGIBILIDADE				
1.º Semestre de 2019				
Identificação	%	Dívidas a terceiros de MLP	Dívidas a terceiros de CP	Contribuição
(a)	(b)	(c)	(d) = (b)+(c)	
Município (1)	100%	21.195.652	11.818.174	33.013.826
Serviços Municipalizados e intermunicipalizados (2)		16.439.563	1.043.460	17.483.023
SMAS - Serviços Municipalizados Águas e Saneamento	100%	16.439.563	1.043.460	17.483.023
Entidades intermunicipais e entidades associativas municipais (3)		3.666.143	1.058.892	4.725.035
Lipor - Serviço Intermunicipalizado de Gestão de Resíduos do Grande Porto	10,55%	3.655.859	1.022.675	4.678.534
Área Metropolitana Porto	5,58%	0	19.967	19.966,78
APCT - Assoc Parque de Ciência e Tecnologias do Porto	2,947%	10.284	11.384	21.667,72
AdePorto - Agência de Energia do Porto	7,67%	0	3.488	3.488,44
Rede Intermunicipal de Cooperação e Desenvolvimento (**)		0	0	0,00
Associação do Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular	6,07%	0	539	539,18
Litoral Rural - Associação de Desenvolvimento Regional	16,67%	0	839	838,95
Empresas locais e participadas que violam a regra do equilíbrio (4)		18.560	3.640.226	3.658.786
Maiambiente - Empresa Municipal do Ambiente, E.M.	100,00%	0	1.597.289	1.597.289
Net - Novas Empresas e Tecnologias, S.A	0,22%	0	207	207
Município - Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, E.M., S.A.	4,64%	18.560	67.951	86.511
Tecmaia - Parque de Ciência e Tecnologia da Maia, S.A., E.M. (*)	51,00%	0	1.974.779	1.974.779
Cooperativas e Fundações (5)		65.955	53.362	127.168
Cooperzo - Cooperativa Zoológica da Maia	13,33%	0	3.088	3.088
Fundação do Conservatório de Música	100%	46.181	37.006	83.187
Fundação do Desporto	4,093%	0	3.266	3.266
Fundação da Juventude	1,42%	19.774	10.002	29.776
Fundação Serralves	0,3783%	0	7.851	7.851
Entidades de outra natureza (6)		4.207.729	12.193	4.219.922
FEI Maialmo	100%	4.207.729	12.193	4.219.922
TOTAL DA CONTRIBUIÇÃO PARA DÍVIDA ORÇAMENTAL DO GRUPO MUNICIPAL		45.593.603	17.626.307	63.227.761
(7) = (1)+(2)+(3)+(4)+(5)+(6)				

Un: Euros

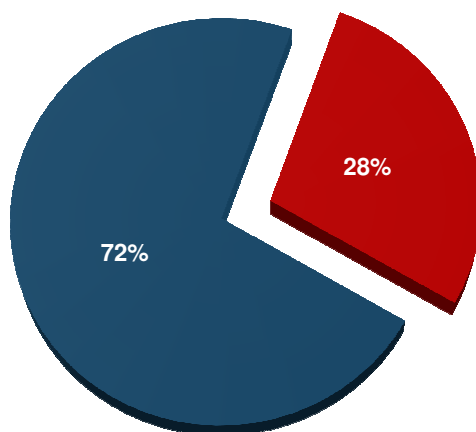
notas:

(*) Entidade em processo de dissolução e liquidação

(**) Entidade sem início de atividade

Gráfico 12

PESO DA DÍVIDA POR GRAU DE EXIGIBILIDADE
1.º semestre de 2019



■ Dívidas a terceiros de MLP ■ Dívidas a terceiros de CP

Nos gráficos ulteriores ilustram-se, não só o posicionamento da dívida total do município – grupo municipal – face ao limite legal imposto, mas também o contributo de cada uma das entidades participadas.

Gráfico 13

DÍVIDA TOTAL DO GRUPO MUNICIPAL
Posicionamento face aos limites legais
1.º semestre de 2019

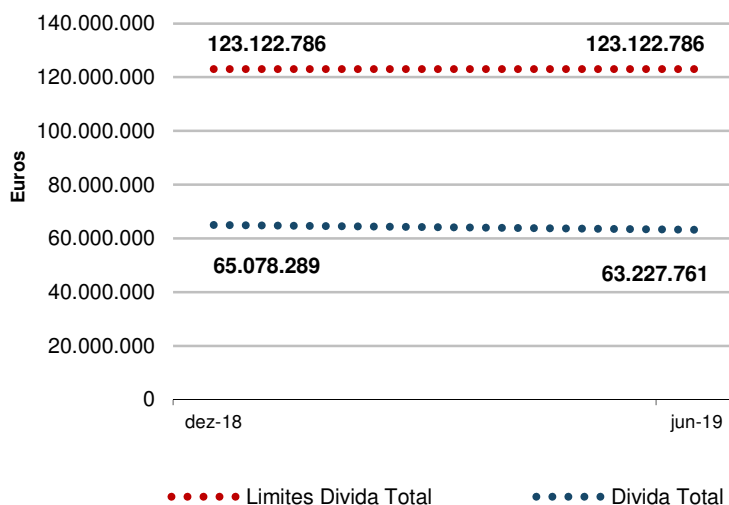
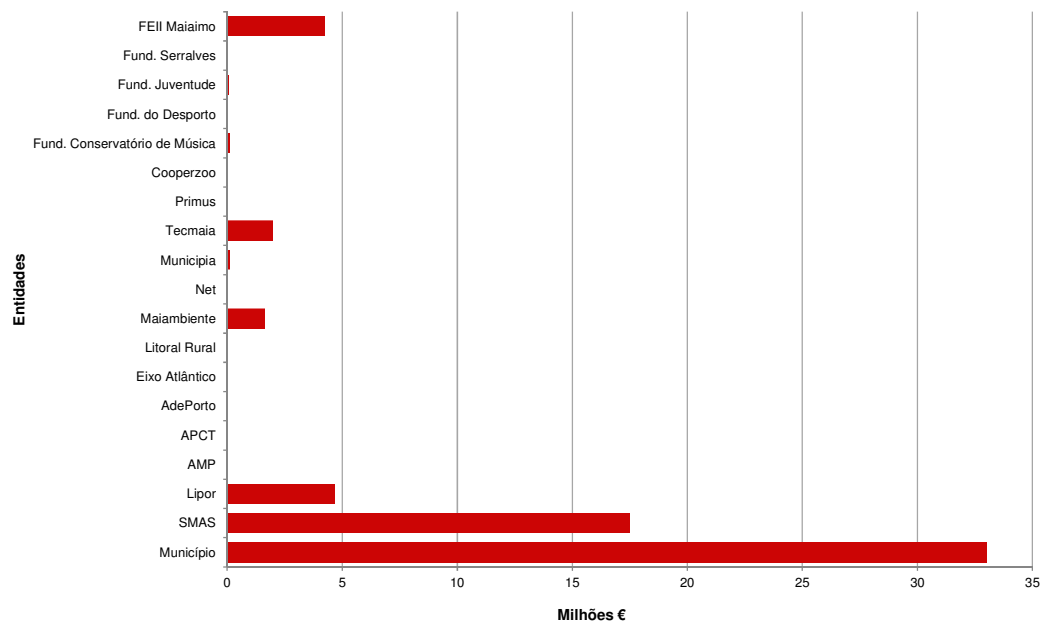


Gráfico 14

DÍVIDA TOTAL DO GRUPO MUNICIPAL
Contribuição das entidades
1.º semestre de 2019



O capítulo que se desenvolve seguidamente incide, no essencial, sobre a apreciação da situação económica e financeira do Município da Maia reportada a 30 de junho de 2019, visando a análise da evolução económico-financeira, expressa desde logo pelo balanço, através da comparação dos saldos do primeiro semestre de 2019 com os valores evidenciados no final do exercício de 2018.

Ao nível da demonstração de resultados, a comparação é efetuada relativamente a período homólogo - isto é, o primeiro semestre de 2018.

Não obstante os documentos de prestação de contas apresentados não terem a profundidade nem a extensão da informação prestada no final de cada ano, os princípios contabilísticos que lhes estão subjacentes são absolutamente idênticos em ambos os casos.



Distinguindo-se entre os elementos que compõem o dossiê de prestação de contas como o quadro que melhor sistematiza as componentes que conjuntamente configuram a posição económica e financeira do Município, o Balanço proporciona uma visão global do Património, enquanto simultaneamente fornece informação acerca dos valores alcançados por Ativos e Passivos.

O Fundo Patrimonial, determinado por diferença entre as duas componentes anteriores, permite uma perceção imediata da capacidade dos bens e direitos do Município para fazer face às obrigações assumidas diante de terceiros, permitindo aferir, por essa via, sobre a solidez da posição financeira da entidade e, inerentemente, da sua capacidade para resistir no imediato ao impacto de mudanças adversas no contexto económico envolvente, que muitas vezes não podem ser antevistas.

O balanço fornece assim informação objetiva, quantificada e suscetível de comparação acerca da posição patrimonial do Município reportada, no documento em presença, ao primeiro semestre de 2019, informação que reveste de capital importância para os diversos interlocutores com que interage – desde logo os Municípios, sem descurar fornecedores, funcionários, instituições financeiras e entidades fiscalizadoras diversas.

Neste quadro e apreciando concretamente a evolução dos Fundos Próprios é também possível avaliar a riqueza líquida acumulada pela entidade até ao momento do reporte, da mesma forma possibilitando a projeção de tendências para o futuro próximo, designadamente no que respeita à sua capacidade de manter a atividade esperada, de modo sustentável e equilibrado.

Prossegue-se neste relatório com a inserção do balanço municipal à data de 30 de junho de 2019, bem como o comparativo relativo às últimas contas aprovadas, refletindo a posição financeira do Município a 31 de dezembro de 2018.

Quadro 27

ESTRUTURA E EVOLUÇÃO PATRIMONIAL DA AUTARQUIA - Balanço Sintético						
Descrição	junho 19		dezembro 18		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Ativo Líquido	429.700.480	100,00%	429.911.907	100,00%	-211.427	-0,05%
Imobilizado	396.029.002	92,16%	396.713.562	92,28%	-684.560	-0,17%
Circulante						
Existências	669.060	0,16%	619.427	0,14%	49.633	8,01%
Dívidas de Terceiros - Curto Prazo	3.741.212	0,87%	4.091.361	0,95%	-350.149	-8,56%
Disponibilidades	24.915.314	5,80%	24.938.361	5,80%	-23.047	-0,09%
Acréscimos e Diferimentos	4.345.892	1,01%	3.549.197	0,83%	796.695	22,45%
Passivo	95.162.957	100,00%	96.949.596	100,00%	-1.786.638	-1,84%
Provisões para riscos e encargos	4.242.266	4,46%	4.967.079	5,12%	-724.813	-14,59%
Dívidas a Terceiros						
Médio e Longo Prazo	21.249.050	22,33%	23.130.054	23,86%	-1.881.004	-8,13%
Curto Prazo	16.489.007	17,33%	16.162.438	16,67%	326.569	2,02%
Acréscimos e Diferimentos	53.182.634	55,89%	52.690.025	54,35%	492.609	0,93%
Fundos Próprios	334.537.523	100,00%	332.962.312	100,00%	1.575.211	0,47%
Património	318.088.126	95,08%	307.097.864	92,23%	10.990.261	3,58%
Ajustamentos Partes Capital em Empresas	-7.913.321	-2,37%	-10.087.773	-3,03%	2.174.453	-21,56%
Reservas	20.964.996	6,27%	20.308.748	6,10%	656.248	3,23%
Resultados Transitados	2.444.154	0,73%	4.139.248	1,24%	-1.695.094	-40,95%
Resultado Líquido do Exercício	953.568	0,29%	11.504.225	3,46%	-10.550.657	-91,71%

Un.: Euros

Verifica-se desde logo que quer o Ativo líquido, quer o Passivo, diminuem de valor no semestre, alcançando a variação ocorrida neste último maior expressão, tanto em termos absolutos, como em termos relativos, o que resulta num reforço dos Fundos Próprios.

O Ativo Líquido alcança no final do semestre o montante de 429.700.480 €, a que corresponde um valor bruto de 733.411.953 €, registando assim uma redução face ao final de 2018 de (-) 211.427 €, (-) 0,05%. Esse decréscimo fica a dever-se em grande parte à evolução conjunta do Imobilizado (cuja materialidade é incontornável e a que se dedicará uma espaço de análise mais detalhado adiante) e das Dívidas de Terceiros – Curto Prazo apurados, compensada em grande parte (mas não na totalidade) pela variação ocorrida nos Acréscimos e Diferimentos ativos cujo valor contabilístico aumenta, esbatendo parte significativa do impacto da diminuição do valor do Imobilizado líquido.

Com maior significado, apresenta-se a variação ocorrida no Passivo no valor de (-) 1.786.638 €, ficando este comportamento a dever-se à evolução das Dívidas a Terceiros – médio longo prazo que diminuem, *de per si*, (-) 1.881.004 €.

Consolidando estes dois efeitos, diminuição alcançada pelo Passivo, no semestre, superior em valor absoluto ao da diminuição dos montantes dos saldos ativos, os Fundos Próprios acabam por registar um aumento de valor atingindo no momento de reporte deste relatório o montante de 334.537.523 €.

De seguida prossegue-se com uma apreciação pormenorizada das rubricas que compõem ambos os membros do balanço.

ATIVO

IMOBILIZADO

Mantendo-se a estrutura que tem vindo a ser observada, por sistema, em relatórios anteriores o Imobilizado persiste como a componente com maior ponderação no Ativo, representando no momento a que reporta este relatório 92% do Ativo líquido total.

Legitimada por esta preponderância, prossegue-se dedicando uma apreciação de pormenor a esta componente que alcança, a 30 de junho de 2019, o montante de 396.029.002 €, (-) 684.560 € do que no período homólogo, cuja decomposição se apresenta no Quadro 2.

Quadro 28

ATIVO LÍQUIDO IMOBILIZADO - Variação 2019/ 2018						
Rubricas	junho 19	%	dezembro 18	%	Variação %	Variação Absoluta
Bens de Domínio Público	74.925.026	18,92%	78.937.359	19,90%	- 5,08%	- 4.012.332
Imobilizações Incorpóreas	1.053.399	0,27%	1.098.716	0,28%	- 4,12%	- 45.318
Imobilizações Corpóreas	298.514.666	75,38%	299.260.413	75,43%	- 0,25%	- 745.747
Investimentos Financeiros	21.535.911	5,44%	17.417.074	4,39%	23,65%	4.118.837
TOTAL	396.029.002		396.713.562		- 0,17%	- 684.560

Un.: Euros

Do valor total deste Ativo líquido, uma proporção superior a 75% corresponde a Imobilizações Corpóreas (totalizam 298.514.666 €), seguida pelos Bens de Domínio Público que, no exercício, se cifram em 74.925.026 € (19% do Imobilizado líquido total). Com caráter residual figuram os Investimentos Financeiros e as Imobilizações Incorpóreas, representando conjuntamente menos de 6% do Imobilizado do exercício.

Verifica-se que a estrutura de contribuições relativas das quatro componentes do Ativo líquido Imobilizado permanece praticamente inalterada face ao contabilizado no fecho do exercício de 2018, registando-se ainda que todas as parcelas, com exceção dos Investimentos Financeiros, perdem valor no decurso do semestre: globalmente a variação quantifica-se em (-) 684.560 €, determinada sobretudo pela redução registada nos Bens de Domínio Público, (-) 4.012.332 €, a que se junta, no mesmo sentido, a evolução das Imobilizações Corpóreas, (-) 745.747 €, e que são, apesar de tudo, grandemente compensadas pelo aumento de valor dos Investimentos Financeiros: (+) 4.118.837 €.

Melhor ilustrando o que atrás foi escrito, apresentam-se de seguida sob a forma gráfica a estrutura e evolução do Ativo Líquido Imobilizado no decurso do primeiro semestre de 2019.

Gráfico 15

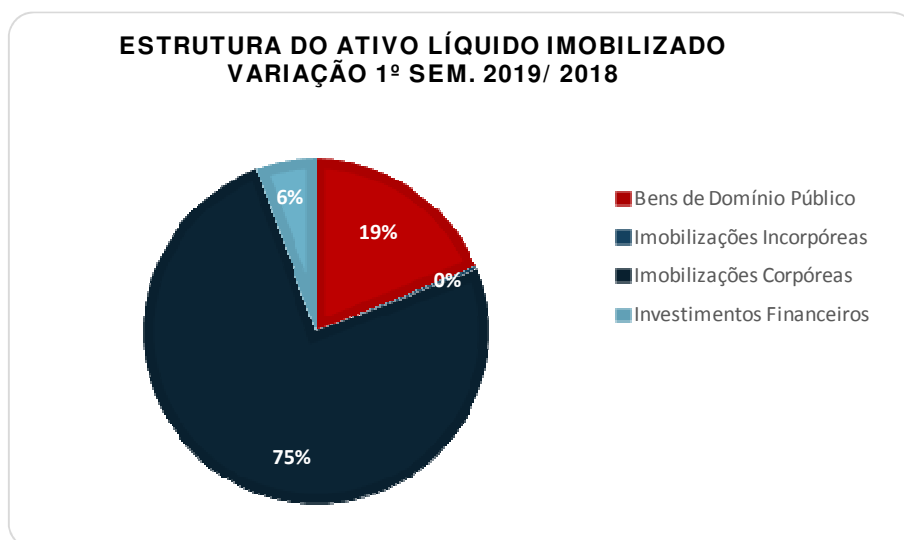
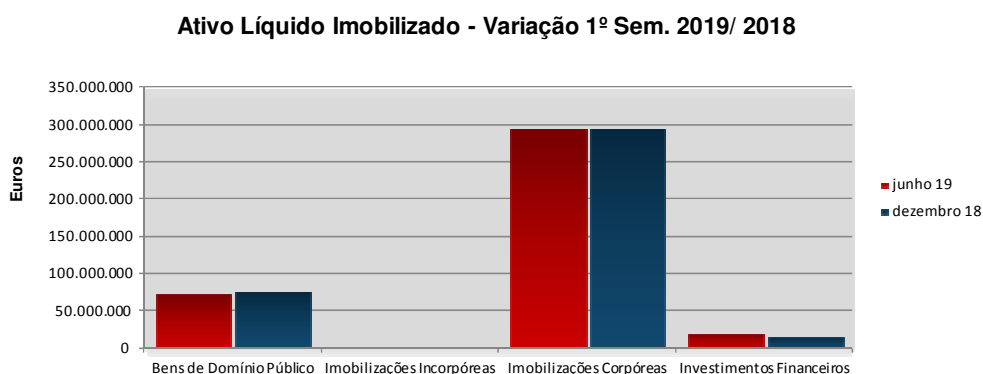


Gráfico 16



A leitura do gráfico permite rapidamente perceber que não ocorreram, comparativamente com os valores finais apurados no final de 2018, alterações de substância, quer em valores absolutos, quer em termos relativos refletidos na composição e estrutura do Imobilizado.

A diminuição global desta componente do Ativo encerra em si variações negativas em todas as parcelas, com exceção dos Investimentos Financeiros: atenta a ordem de grandeza das variações alcançadas,

apresentam-se primeiramente os Bens de Domínio Público, com (-) 4.012.332 € do que no período em comparação, seguidas dos Investimentos Financeiros, que aumentam (+) 4.118.837 €. Com menor impacto, reduzem ainda as Imobilizações Corpóreas, (-) 745.747 €, a par das Imobilizações Incorpóreas, (-) 45.318 €.

Em termos relativos contudo importa dar nota ainda para o facto de as variações ocorridas não traduzirem variações percentuais muito significativas, verificando-se que, de novo com exceção dos Investimentos Financeiros (cujo crescimento alcança os (+) 24% face aos registos ao fecho de 2018), as diminuições observadas nas demais rubricas são iguais ou inferiores a (-) 5%.

Registando a rubrica Bens de Domínio Público a maior quebra do semestre, constata-se também que este comportamento não se afasta do que tem vindo a ser observado em momentos de reporte anteriores: as amortizações contabilizadas para os bens transitados de exercícios anteriores (4.966.876 €) são apenas parcialmente compensadas por entradas de novos bens (no valor de 954.544 €). É determinante nesta evolução a rubrica de Outras Construções e Infraestruturas (em que se incluem Viadutos, Arruamentos e Obras Complementares, onde são contemplados os encargos suportados com recuperação e beneficiação de arruamentos e viadutos do Município) que, regista a maior componente de amortizações relativas a Bens de Domínio Público (4.960.498 €) e simultaneamente o maior volume de entradas novas (1.164.554 €).

Prosseguindo na apreciação das rubricas cujo sentido da variação se alinha com o cômputo global do Imobilizado, as Imobilizações Corpóreas oscilam nos dois momentos em apreciação entre 299.260.413 € e 298.514.666 €, desvalorizando no semestre (-) 745.777 €. Também aqui os itens relacionados com Edifícios e outras construções são determinantes: as entradas (3.716.666 €) cifram-se aquém das perdas de valor (4.030.682 €).

Por último, incorrendo numa análise detalhada das rubricas de Imobilizado que observam variações negativas no semestre, apresentam-se as Imobilizações Incorpóreas que ascendem no momento de reporte a 1.053.399 €, (-) 45.318 € do que no período homólogo, diminuindo aproximadamente (-) 4% face ao registado em 31 de dezembro de 2018, o que no cômputo global do Ativo Líquido imobilizado acaba por não causar impacto relevante.

De acordo com o critério definido, finaliza-se a apreciação às variações ocorridas no seio do Ativo Líquido Imobilizado dedicando uma última parte nesta secção aos Investimentos Financeiros. Como se referiu esta componente regista no semestre um aumento de valor assinalável, (+) 4.118.837 €, alcançando no momento de reporte 21.535.911 €.

À semelhança do que foi feito em relatórios anteriores, prossegue-se com a inserção de um quadro resumo com a quantificação dos investimentos nas empresas cujo capital social é detido maioritariamente pelo Município, valoradas pelo Método da Equivalência Patrimonial (valor dos Capitais Próprios detidos pelo Município, sempre que estes se cifram positivos), dando-se nota ainda que não foi conhecida uma atualização da posição dos Capitais Próprios da Tecmaia reportados a 30 de junho, em tempo útil de poder ser refletida na valoração dessa participação.

Quadro 29

INVESTIMENTOS FINANCEIROS						
	% Detida	Custo de Aquisição	Capital Proprio Ajustado		Varição Investimentos Financeiros	Provisões
Partes de capital			junho 19	dezembro 18		
EMEM - Empresa Metropolitana de Estacionamento da Maia	100%	124.699	433.438	409.931	23.507	
Fundação Conservatório de Música da Maia	100%	22.938	-99.715	-115.936		-16.220
Maiambiente - Empresa Municipal de Ambiente	100%	1.496.394	2.794.860	3.089.442	-294.582	
Espaço Municipal - Ren. Urbana e Gestão Património	100%	12.811.338	12.033.193	7.788.347	4.244.846	
TECMAIA - Parque de Ciência e Tecnologia da Maia	51%	2.799.390	-2.507.915	-2.507.915		
Outras Aplicações Financeiras						
Fundo de Investimento Imobiliário "MAIA IMO"	100%	6.000.000	1.713.598	1.558.097	155.501	-

Un.: Euros

O maior contributo para esta evolução advém de um movimento de que se deu já nota em momento anterior deste relatório (análise à execução orçamental da despesa, particularmente dos Ativos Financeiros) decorrente do aumento de capital estatutário da participada Espaço Municipal, aprovado em reunião de Câmara de 11 de junho de 2018 e posteriormente em sessão da Assembleia Municipal do dia 28 do mesmo mês e ano, no montante de 3.450.000 €, com impacto direto na valoração dessa participação integralmente detida pelo Município. Se a este impacto se somarem as demais valorizações dos Capitais Próprios desta empresa municipal (em que se inclui o resultado líquido positivo do período), maior ponderação alcançam os registos contabilísticos associados a esta participação, ocorridos no semestre, no cômputo global dos Investimentos Financeiros.

Em sentido contrário e esbatendo parte do impacto anterior, regista-se o resultado líquido divulgado para o semestre pela participada Maiambiente, (-) 294.582 €, com impacto direto na valorização contabilística dessa participação.

Uma nota ainda para o ganho registado a título de Outras aplicações financeiras correspondente à evolução da posição patrimonial do Fundo de Investimento Imobiliário Fechado Maia Imo, que se cifrou no semestre em (+) 155.501 €.

No primeiro semestre de 2019, foram efetuados ajustamentos à participação neste Fundo apenas no sentido de atualizar o seu valor, de que decorreu a valorização desta participação, quantificando-o assim à data de reporte em (+) 1.713.598 €. Decorreu este registo contabilístico da manutenção dos critérios contabilísticos observados em anos anteriores, designadamente quanto à valorização das participações desta natureza ao custo, líquido de amortizações e de provisões associadas (conforme dispõe o Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais).

Em termos de contribuição absoluta para o valor contabilizado na totalidade dos investimentos, permanece como maior contribuinte a empresa Espaço Municipal, cuja avaliação cresce, no semestre, (+) 55%.

Em linha com o que já sucedia no final do exercício anterior, segue-se a participação na Maiambiente, que totaliza (+) 2.794.860 € (13% dos Investimentos Financeiros brutos realizados pelo Município), logo seguida, por ordem de grandeza do investimento realizado, pelo FAM (1.922.337 €, permanecendo

inalterada a sua valoração face ao exercício precedente) e o Fundo de Investimento Imobiliário Fechado Maia Imo (1.713.598 €).

Por último, sinaliza-se que no conjunto das participações com maior representatividade, apesar de não serem detidas maioritariamente pelo Município, figuram as Águas do Norte, cuja participação no capital permanece avaliada em 1.380.000 €.

Conjuntamente, as participações apreciadas representam 92% dos Investimentos detidos no semestre. Os restantes investimentos realizados, a que não nos referimos nestes parágrafos (Empresa Metropolitana de Estacionamento da Maia e Águas de Douro e Paiva, com participações que representam mais de 2% dos Investimentos totais, a que se juntam outras de materialidade residual, como a Município, Fundação de Serralves e a Fundação do Desporto), têm representatividade conjunta de aproximadamente 8%, pelo que as variações observadas nos mesmos acabam por ter um impacto globalmente negligenciável.

CIRCULANTE

O Ativo Circulante ascende, no momento a que reporta este relatório, a 29.325.586 €, permanecendo como a segunda componente mais relevante do Ativo líquido Total, precedida pelo Ativo Imobilizado e prosseguida pelos Acréscimos e Diferimentos Ativos.

Diminuindo globalmente o seu valor ao longo do semestre, (-) 323.563 €, verifica-se que esta variação fica a dever-se essencialmente à evolução das Dívidas de Terceiros exigíveis no curto prazo que reduzem (-) 350.149 € face ao valor registado no final do exercício de 2018, a par da descida das Disponibilidades no montante de (-) 23.047, em parte atenuadas pelo comportamento das Existências que registam aumento de valor no semestre de (+) 49.633 €.

Numa apreciação individualizada de cada uma das três parcelas que o compõem (existências, dívidas de terceiros de curto prazo e disponibilidades), verifica-se que a parcela das disponibilidades persiste como a que tem o maior contributo para o montante globalmente apurado, 85%, 24.915.314 €, a que se seguem as Dívidas de Terceiros – Curto Prazo, que alcançam no semestre o valor de 3.741.212 €, e por fim as Existências, perfazendo a 30 de junho 669.060 €.

Considerada a importância de que se reveste a análise à Dívidas de Terceiros, insere-se seguidamente o quadro resumo com as variações ocorridas na sua quantificação.

Quadro 30

DÍVIDAS DE TERCEIROS							
	junho 19			dezembro 18			Variação Jun2019 / 2018
	Ativo Bruto	Provisões	Ativo Líquido	Ativo Bruto	Provisões	Ativo Líquido	
Empréstimos Concedidos	60.806	0	60.806	60.806	0	60.806	0,00%
Clientes/ Contribuintes/ Utentes c/c (incluindo de cobrança duvidosa)	6.176.694	5.061.974	1.114.720	5.496.548	5.096.662	399.886	178,76%
Estado	0	0	0	0	0	0	-
Outros Devedores (incluindo de cobrança duvidosa)	4.087.863	1.522.177	2.565.686	5.107.823	1.477.155	3.630.669	-29,33%
TOTAL	10.325.363	6.584.151	3.741.212	10.665.178	6.573.817	4.091.361	-8,56%

Un.: Euros

Verifica-se que os saldos de Clientes/ contribuintes/ utentes em conta-corrente (que incluem a receita associada à emissão de alvarás de licenciamento e de loteamento e respetivas taxas municipais de urbanização) aumentam de valor, quer em termos brutos (680.146 €), quer em termos líquidos (714.834 €), contrariamente ao que sucede com os saldos de outros devedores, que diminuem no semestre (-) 1.064.983 €.

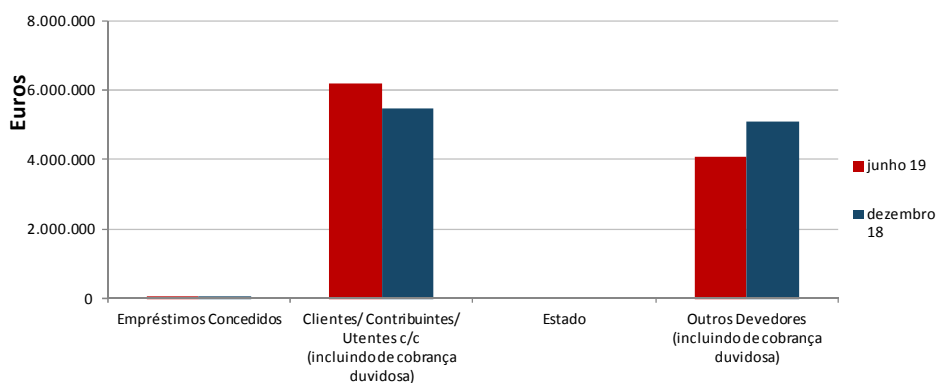
Já as rubricas do Estado e de Empréstimos Concedidos não conhecem variações no semestre, cumprindo apenas recordar, quanto à última, que os montantes transitados de anos anteriores correspondem a empréstimos concedidos no âmbito do programa FINICIA – donde se conclui que não foram, no semestre, amortizados quaisquer montantes a esse saldo.

O montante apurado para cada uma destas rubricas, em termos líquidos, cifra-se, no final do semestre, em 2.565.686 € (Outros devedores), 1.114.720 € (Clientes/ Contribuintes/ Utentes – c/c) e 60.806 € (Empréstimos Concedidos), permanecendo a rubrica do Estado sem qualquer saldo.

Visando tornar mais evidente a evolução das Dívidas (Brutas) de Terceiros no decurso do primeiro semestre de 2019, isto é, afastando o efeito das variações ocorridas nas Provisões contabilizadas, apresenta-se o gráfico seguinte.

Gráfico 17

Dívidas de Terceiros - Ativo Bruto



Encerrando-se a apreciação à evolução do Ativo Circulante, dedica-se ainda um apontamento à componente de Disponibilidades, que totalizam 24.915.314 € no final do semestre, dos quais 24.865.721 € são valores depositados em Instituições Financeiras e apenas o restante (inferior a 1% do saldo de total) a valores em Caixa.

Contrariamente ao que vinha sucedendo em períodos anteriores, constata-se uma redução das Disponibilidades comparativamente com os saldos apurados no final de 2018, o que contudo, atenta a imaterialidade dos valores implicados, não suscita preocupações adicionais na gestão da tesouraria corrente, tal diminuição traduz uma variação de (-) 23.047 €.

ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS ATIVOS

Concluindo a apreciação das três grandes componentes que definem o Ativo, dedica-se agora espaço à análise dos Acréscimos e Diferimentos Ativos.

Resultando do cumprimento do princípio da especialização dos exercícios, são sistematicamente incluídos nas demonstrações financeiras os custos e proveitos que respeitam à atividade do período em apreço, independentemente do momento em que se encontram titulados documentalmente.

No final deste primeiro semestre, o perfil dos Acréscimos e Diferimentos de natureza ativa era o que se apresenta no Quadro seguinte:

Quadro 31

ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS ATIVOS	
Acréscimos de Proveitos	4.165.148
Juros a Receber	8.494
Impostos e Taxas	2.979.577
Transferências /Subsídios Correntes	592.731
Instalações Desportivas	0
Mercados e Feiras	0
Outros Acréscimos de Proveitos	584.347
Custos Diferidos	180.744
Prémios de Seguros	179.720
Rendas Antecipadas	538
Outros Custos Diferidos	486
TOTAL	4.345.892

Un.: Euros

No período em apreço, esta componente do Ativo alcança o montante de 4.345.892 €, decompostos entre Acréscimos de Proveitos (4.165.148 €) e Custos Diferidos (180.744 €).

Assinala-se desde logo um aumento dos valores desta natureza registados contabilisticamente no semestre, sendo possível conferir ainda que a rubrica que mais contribui para o valor total apurado é a de Impostos e Taxas (com uma especialização de 2.979.577 €), em que se destacam as especializações relativas a Impostos Diretos. Para estes valores, contribuem o I.M.I. - Imposto Municipal s/Imóveis, com 1.717.181 €, o I.M.T. - Imposto Municipal s/ Transmissões Onerosas de Imóveis, com 936.716 €, e o I.U.C. - Imposto Único de Circulação, com 322.105 €. Assinala-se aqui uma inversão de posicionamento, assumindo o I.M.I um protagonismo que coube, no exercício anterior, ao I.M.T.

Após os Impostos e Taxas, apresentam-se com montantes similares as rubricas de Transferências /Subsídios Correntes e Outros Acréscimos de Proveitos, respetivamente com 592.731 € e 584.347 €. Recorda-se que é na primeira destas rubricas que se inclui o reconhecimento relativo ao Programa de Expansão Pré-Escolar, 267.785 €, assim como o reconhecimento da receita a arrecadar no âmbito do Fornecimento de refeições escolares, 242.821 €. Na segunda, está contido o reconhecimento do proveito inerente aos débitos processados aos encarregados de educação correspondentes ao fornecimento de refeições escolares, CAF e SAF de Março a Junho de 2019.

PASSIVO

O Passivo, refletindo na sua essência as dívidas do Município perante terceiros, é objeto de análise autónoma, procurando dedicar-se-lhe nos relatórios de gestão o pormenor e detalhe de análise considerados necessários à sua compreensão clara e total.

Sendo habitualmente alvo de maior atenção, esta componente do segundo membro do Balanço articula-se necessariamente com o que já foi, em momento anterior deste relatório, explicado, designadamente aquando da análise da dívida do Município. Nesse capítulo foram apreciados movimentos ocorridos no semestre sobretudo numa perspetiva de natureza orçamental, entendendo-se necessário completar essa

apreciação com um visão que atenda agora à globalidade das operações ocorridas, orçamentais e não orçamentais.

No fecho do primeiro semestre de 2019, o Passivo do Município da Maia totalizou 95.162.957 €, apresentando uma diminuição de (-) 1.786.638 € face ao apurado no fim do exercício de 2018. Para essa evolução contribui principalmente a redução da Dívida a Terceiros exigível no Médio e Longo Prazo, reforçada pela redução observada também nas Provisões para riscos e encargos, em linha com o que vem sendo observado nos últimos relatórios de gestão.

Observando variação de sinal contrário (porém com inferior materialidade), aumentam de valor no decurso do semestre as Dívidas a Terceiros exigíveis no Curto Prazo e os Acréscimos e diferimentos passivos, não alcançando, contudo, taxas de crescimento superiores a 2%.

Prosseguindo a nossa análise pela ordem por que se apresentam as parcelas que compõem o Passivo no Balanço, verifica-se desde logo que essa sequência corresponde simultaneamente à apreciação das mesmas por ordem crescente da sua materialidade e contributo relativo para os valores do Passivo total apurado: as Provisões (4%), as Dívidas a Terceiros (40%) e os Acréscimos e Diferimentos Passivos (56%).

Dedicando-nos à análise da evolução das Provisões para Riscos e Encargos, é constatável que as mesmas conhecem uma diminuição significativa no que respeita aos montantes reconhecidos para Processos Judiciais em curso, (-) 708.593 €, traduzindo uma diminuição do risco de assunção de encargos futuros desta natureza para o Município. A esta variação soma-se o movimento ocorrido nas provisões para Outros riscos e encargos, que se cifra em (-) 16.220 €, traduzindo contabilisticamente o resultado líquido apurado no semestre pela participada Fundação Conservatório de Música da Maia e a consequente melhoria da posição dos respetivos Capitais Próprios.

Importa ainda salientar, no contexto das rubricas agora apreciadas, o facto de não terem sido reportadas, em tempo oportuno, a posição financeira da participada Tecmaia reportada ao fecho do semestre em apreço, impossibilitando, por essa razão, a produção dos efeitos contabilísticos que esta importaria ao próprio Município, na esfera da sua prestação de contas individual.

Orientando esta análise para a rubrica com a segunda maior representatividade no seio do Passivo, prossegue-se o presente relatório com a apreciação das Dívidas a Terceiros que no final do semestre totalizam 37.738.057 €, diminuindo globalmente no decurso dos primeiros seis meses do exercício (-) 1.554.434 €.

Esta variação é consequência direta da evolução das Dívidas a Terceiros de Médio e Longo Prazo, cuja diminuição se reveste de materialidade incontornável: (-) 1.881.004 €, traduzindo um decrescimento de (-) 8% face aos valores de encerramento do exercício anterior. De acordo com o critério de exigibilidade de saldos decrescente com que se apresentam no Balanço, constata-se as diminuições registadas quer nos Empréstimos obtidos de Médio e Longo Prazo, quer nos valores em dívida relacionados com o Contrato de Cessão de Créditos relativo a antecipação de rendas, quer, por último, nos valores ainda não realizados do Fundo de Apoio Municipal, exigíveis a mais de doze meses.

Pelo contrário, no curto prazo verifica-se um aumento das dívidas contabilizadas, não obstante diminuir substancialmente, (-) 2.491.314 €, as amortizações exigíveis nesse espectro temporal relativas a Empréstimos de Médio Longo Prazo, constata-se variação de sinal contrário ocorrida no cômputo global de Fornecedores, cujo saldo aumenta no semestre (+) 1.306.715 €. Aumentam ainda as dívidas tituladas por Outros credores (em sentido lato, incluindo-se aqui os Credores por Investimentos Financeiros - Exigível a curto prazo e Credores das Administrações Públicas - Fundo de Apoio Municipal), sabendo-se contudo que parte deste aumento (que globalmente se cifra em (+) 1.223.110 €) corresponde à parte do aumento de capital estatutário da participada Espaço Municipal aprovado em 2018 que se encontra presentemente por realizar, (+) 1.120.000 €.

Permanecendo como a componente do Passivo com maior materialidade, apresentam-se em último lugar os Acréscimos e Diferimentos de natureza passiva, que conhecem um aumento no primeiro semestre de 2019, no montante de (+) 492.609 €, com origem sobretudo no item de Remunerações a Liquidar em 2020. Para uma análise de maior pormenor, dedicar-se-á adiante neste relatório capítulo próprio.

DÍVIDAS A TERCEIROS

Respondendo por 39% do Passivo, a rubrica de Dívidas a Terceiros impõe uma apreciação individualizada desta componente do Balanço, atentos os impactos que se adivinham da sua evolução no relacionamento do Município com os diversos terceiros com que interage.

Procura sistematizar-se no quadro que segue a evolução da dívida refletida patrimonialmente de acordo com a natureza da mesma:

Quadro 33

DÍVIDAS A TERCEIROS - Operações Orçamentais e não Orçamentais			
	junho 19	dezembro 18	Variação
Dívida de Médio e Longo Prazo	28.147.969	31.401.495	-10,36%
Dívida de Curto Prazo	9.590.088	7.890.997	21,53%
Total	37.738.057	39.292.492	-3,96%

Un: Euros

Nota: Informação evidenciada tendo em consideração a natureza da dívida, independentemente do grau de exigibilidade da mesma.

A parte da dívida contratada para o médio e longo prazo, independentemente do seu grau de exigibilidade, alcança no momento a que reporta o presente relatório o montante de 28.147.969 €, quando na abertura do exercício se cifrava em 31.401.495 €.

Esta parcela perde ligeira representatividade no total da dívida a terceiros (passando de 80% para 75% da dívida total entre o início e fim do semestre), ostentando uma diminuição a rondar os (-) 10%.

Globalmente, e como já se havia aferido na apreciação da dívida a terceiros por grau de exigibilidade (conforme se apresenta no Balanço), a Dívida Total a Terceiros exhibe uma redução de (-) 1.554.434 €, em

consequência da diminuição da Dívida de Médio e Longo Prazo ser, em valor absoluto, substancialmente superior ao aumento observado na de Curto Prazo: esta última alcança um impacto de (+) 1.699.091 €, enquanto a primeira é de (-) 3.253.526 €.

O aumento da dívida de curto prazo não excede os 2% do passivo total quantificado no final do semestre, razão pela qual parece suficiente concluir a apreciação à dívida desta natureza com a inserção do Quadro 34, dando ênfase contudo ao facto (de que se dá nota em rodapé a ambos os quadros anterior e seguinte) de os dados neles vertidos se distribuírem temporalmente de acordo com a classificação da dívida subjacente por natureza – e não por exigibilidade, conforme se apresenta no Balanço.

Quadro 34

DÍVIDAS A TERCEIROS DE CURTO PRAZO				
Operações Orçamentais	junho 19	dezembro 18	Varição	
			%	Valor
Curto Prazo				
Fornecedor c/c (incluindo facturas em receção e conferência)	812.484	262.589	209,41%	549.895,08
Fornecedor imobilizado c/c (incluindo facturas em receção e conferência)	835.213	18.201	4488,86%	817.012,28
Adiantamento por conta de vendas	0	0	-	-
Adiantamento de clientes, contribuintes e utentes	0	0	-	-
Estado e Outros Entes Públicos	5.603	14.872	-62,32%	9.268,83
Outros Credores	3.426.150	3.258.210	5,15%	167.939,96
Sub-Total	5.079.450	3.553.872	42,93%	1.525.578,49
Operações Não Orçamentais	junho 19	2018	%	Valor
Curto Prazo				
Clientes e Utentes c/ Cauções	2.299.785	2.270.230	1,30%	29.555,86
Fornecedores de Imobilizado c/ Cauções	877.757	937.949	-6,42%	60.192,28
Estado e Outros Entes Públicos	401.005	185.424	116,26%	215.580,83
Outros Credores	932.090	943.522	-1,21%	11.431,41
Sub-Total	4.510.638	4.337.125	4,00%	173.513,00
TOTAL	9.590.088	7.890.997	21,53%	1.699.091,49

Un:Euros

Nota: Informação evidenciada tendo em consideração a natureza da dívida, independentemente do grau de exigibilidade da mesma.

Conclui-se que a Dívida a Terceiros (natureza de curto prazo) aumenta, quer seja de cariz orçamental, quer seja não orçamental.

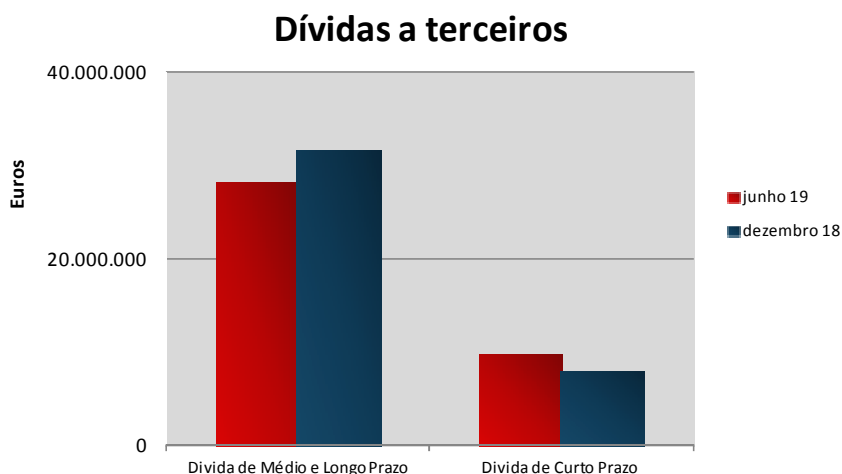
Impõe-se todavia mencionar que autonomizadas as dívidas de “Outros Credores” que estão a ser dirimidas em sede judicial, (3.171.281 €), a dívida de curto prazo de natureza orçamental no fecho do semestre somaria 1.908.169 €, quantia cuja ordem de grandeza é próxima da cadência mensal de faturação do Município da Maia, o que indicia pagamentos dentro de um prazo médio muito reduzido, que atualmente se fixa em 3 dias.

Acresce ainda que os atuais montantes em dívida desta natureza, à exceção dos que estão pendentes de resolução forense, reportam-se a faturação emitida em datas próximas do final do mês de junho, encontrando-se uma grande parte em receção e conferência e, por maioria de razão, não vencida, pelo que a sua materialidade não oferece qualquer preocupação em matéria de gestão da dívida de curto prazo, estando o seu valor indexado ao ritmo mensal de faturação do Município da Maia, permitindo a concretização de pagamentos dentro do prazo médio acima referido.

As operações não orçamentais, recordando apenas o que já foi referido em relatórios anteriores e tendo havido alterações de critério, respeitam a operações de tesouraria e a cauções em dinheiro, correspondendo a cobranças que os serviços autárquicos realizam para terceiros, traduzidas como operações de meras entradas e saídas de fundos, que não se traduzem em custos nem proveitos do Município. Por essa razão, são apenas objeto de movimentação contabilística no sistema da contabilidade patrimonial, sem afetar os resultados do período e sendo concretizados à margem do orçamento municipal.

Para uma melhor perceção das variações ocorridas no semestre, apresenta-se no Gráfico 4 a ilustração da variação das dívidas a terceiros, no curto e no médio/ longo prazo, tendo como referência os valores de fecho do ano de 2018.

Gráfico 18



ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS PASSIVOS

Dando cumprimento ao princípio da especialização dos exercícios (explicado na apresentação da rubrica semelhante, porém com saldos de natureza ativa) resulta, conforme foi feito em exercícios anteriores o reconhecimento, do lado do passivo, da contabilização de Acréscimos de Custos e Proveitos Diferidos, cuja composição no fim do primeiro semestre de 2019 é a que se apresenta no próximo quadro:

Quadro 35

ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS PASSIVOS	
Acréscimos de Custos	4.466.846
Remunerações a Liquidar - ano seguinte	3.399.988
Juros a Liquidar	29.962
Outros Acréscimos de Custos	1.036.896
Proveitos Diferidos	48.715.788
Rendas:	1.321.389
Processo de antecipação de rendas	0
Outras rendas	8.414
Direito de Superfície	1.312.975
Subsídios para Investimentos	44.448.718
Outros Proveitos Diferidos	2.945.681
TOTAL	53.182.634

Un: Euros

Os custos e proveitos de natureza passiva alcançam, no final do semestre, o montante de 53.182.634 €, correspondendo uma porção bastante maior a Proveitos Diferidos (92%), cabendo a Acréscimos de Custos um valor bastante menor.

No cômputo dos Proveitos Diferidos predomina, alinhado com o que sucedeu em exercícios anteriores, o valor contabilizado em Subsídios para Investimentos, 44.448.718 €, mantendo uma proporção idêntica à que se verificava no final de 2018 (84%) no total dos Acréscimos e Diferimentos de natureza passiva. Neste item encontram-se registados os valores relativos a cofinanciamento obtido no âmbito de projetos realizados, ocorrendo o reconhecimento do direito em paralelo com os pedidos de pagamento efetuados, sendo os proveitos correspondentes reconhecidos ao mesmo ritmo e cadência que as amortizações dos equipamentos objeto de financiamento.

Conforme tem sido habitual, a maior parte dos Acréscimos de Custos respeita a remunerações a pagar em 2020 (a título de férias, subsídio de férias e proporcionais de subsídios de natal imputáveis ao semestre cujo direito foi adquirido no momento a que reporta o presente relatório), cujo tratamento contabilístico atendeu às disposições legais em vigor em matéria de despesas com pessoal.

A rubrica de Outros Acréscimos de Custos encerra, como tem acontecido em regra, os custos imputáveis ao primeiro semestre de 2019 correspondentes a fornecimento de serviços externos de comunicações, eletricidade, gás, consumo de água e outros (cuja faturação foi emitida posteriormente ao momento de reporte), totalizando no exercício 1.036.896 €.

FUNDOS PRÓPRIOS

Os Fundos Próprios municipais cifram-se no final do semestre em 334.537.523 €, registando uma variação positiva no período em apreço (+) 1.575.211 € face às contas aprovadas em 2018.

Verificando-se que o resultado líquido apurado no semestre é positivo, (+) 953.568 €, o aumento registado globalmente nos Fundos Próprios fica a dever-se principalmente a esta entrada, a que se associam os movimentos de idêntico sinal ocorridos simultaneamente nas rubricas de Ajustamentos de Partes de

Capital em Empresas (em que se destaca o impacto da valorização da posição da Espaço Municipal, respondendo por uma variação de (+) 479.359 €), a que se juntam as Correções ao Balanço Inicial e Doações, respetivamente nos montantes de (+) 61.248 € e (+) 81.037 €.

Proporcionando uma apreciação mais detalhada das variações ocorridas no semestre em apreço nas diversas componentes que conjuntamente formam a classe 5 – Fundos Próprios, insere-se o quadro seguinte porventura mais elucidativo.

Quadro 36

FUNDO PATRIMONIAL				
junho 19				
	Saldo Inicial	Aumento	Redução	Saldo Final
51 Património	307.097.864	10.990.261	0	318.088.125
511 Património Inicial	243.567.302	61.248	0	243.628.549
511.1 Saldo Abertura POCAL	189.891.029	0	0	189.891.029
511.2 Correções ao Balanço Inicial	53.676.273	61.248	0	53.737.520
512 Património Adquirido	63.530.562	10.929.014	0	74.459.576
55 Ajustamentos de partes de capital em empresas	-10.087.773	2.174.453	0	-7.913.321
56 Reservas de Reavaliação	0	0	0	0
57 Reservas	20.308.748	656.248	0	20.964.996
571 Reservas Legais	3.343.714	575.211	0	3.918.925
575 Subsídios	2.328.234	0	0	2.328.234
576 Doações	5.858.438	81.037	0	5.939.475
577 Reservas decorrentes da transferências ativos	2.123.267	0	0	2.123.267
578 Cedências	3.496.554	0	0	3.496.554
579 Outras	3.158.540	0	0	3.158.540
59 Resultados Transitados	4.139.248	0	1.695.094	2.444.154
88 Resultado Líquido do Exercício	11.504.225	0	10.550.657	953.568
Totais	332.962.312	13.820.962	12.245.751	334.537.523

A Demonstração de Resultados permite aferir acerca dos resultados alcançados no período em apreço, facultando ainda informação detalhada que possibilita apreciar em detalhe a performance da entidade no período analisado:

- por um lado, os custos e perdas incorridos, de natureza operacional, financeira e extraordinária, com a prossecução das atribuições e competências do Município, decorrida no primeiro semestre de 2019;
- por outro, os proveitos e ganhos gerados no âmbito da disponibilização dos bens e serviços públicos.

Balanceados custos e proveitos, é possível concluir ainda se os primeiros se encontram totalmente cobertos pelos segundos - ou não.

No quadro seguinte (Demonstração dos Resultados por natureza) apresentam-se os resultados do Município apurados no primeiro semestre de 2019, estabelecendo um paralelo com os do período homólogo anterior.

Seguidamente, prossegue o presente relatório para uma apreciação de maior pormenor aos factos tidos por relevantes pelo seu contributo para a formação do Resultado Líquido do Exercício apurado.

Quadro 32

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS			
	junho 19	junho 18	Variação
CUSTOS E PERDAS			
Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas	394.644	342.690	15,16%
Fornecimentos e Serviços Externos	7.467.452	6.903.286	8,17%
Custos com Pessoal	10.532.198	10.147.953	3,79%
Transferências e Subsídios Correntes Concedidos e Prestações Sociais	2.514.036	2.232.071	12,63%
Amortizações do Exercício	9.309.370	8.560.381	8,75%
Provisões do Exercício	10.334	373.435	-97,23%
Outros Custos e Perdas Operacionais	39.697	72.095	-44,94%
(A)	30.267.732	28.631.911	5,71%
Custos e Perdas Financeiras	343.212	654.340	-47,55%
(C)	30.610.944	29.286.251	4,52%
Custos e Perdas Extraordinárias	1318.325	1430.636	-7,85%
(E)	31.929.269	30.716.887	3,95%
Resultado Líquido do Exercício	953.568	2.144.187	-55,53%
	32.882.837	32.861.074	0,07%
PROVEITOS E GANHOS			
Vendas e Prestação de Serviços	4.037.788	3.805.963	6,09%
Impostos e Taxas	17.987.048	19.503.390	-7,77%
Trabalhos para a própria entidade	0	0	-
Proveitos Suplementares	28.071	34.689	-19,08%
Transferências e Subsídios Obtidos	8.435.606	7.877.923	7,08%
Outros Proveitos e Ganhos Operacionais	639	1.570	-59,31%
(B)	30.489.150	31.223.535	-2,35%
Proveitos e Ganhos Financeiros	300.489	265.508	13,18%
(D)	30.789.640	31.489.043	-2,22%
Proveitos e Ganhos Extraordinários	2.093.197	1.372.031	52,56%
(F)	32.882.837	32.861.074	0,07%
RESUMO			
Resultados Operacionais antes de Amortizações e Provisões	9.541.122	11.525.440	-17,22%
Resultados Operacionais após Amortizações e Provisões: (B-A)	221.418	2.591.624	-91,46%
Resultados Financeiros: (D-B)-(C-A)	-42.722	-388.832	89,01%
Resultados Correntes: (D-C)	178.696	2.202.792	-91,89%
Resultados Líquido do Exercício:	953.568	2.144.187	-55,53%

Un.:Euros

A primeira conclusão importante a retirar é que o resultado líquido alcançado no período se quantifica positivo em (+) 953.568 € e que tal facto fica a dever-se ao sinal dos resultados operacionais e extraordinários (ambos positivos), cujo excedente mais do que cobre o défice de natureza financeira apurado no semestre.

Numa análise de pormenor à Demonstração de Resultados, pode concluir-se ainda que o resultado líquido do período permanece inalterado no seu sinal (positivo em ambos os períodos em comparação), não obstante a redução muito expressiva observada ao nível dos Resultados Operacionais: pese embora permanecendo com sinal positivo, (+) 221.418 €, vêem diminuída a sua capacidade para absorver os

prejuízos apurados de natureza financeira, (-) 42.722 €, permanecendo contudo, em valor absoluto, superiores a estes últimos.

Prosseguindo o presente relatório, constata-se que os Resultados Operacionais quebram cerca de 92% face ao apurado no primeiro semestre de 2018, resultando esse facto da diminuição dos proveitos do período, (-) 2%, a par de um aumento dos custos de idêntica natureza que observam crescimentos na ordem dos (+) 6%.

Em detalhe verifica-se que, com exceção das rubricas de Provisões do Exercício e da residual Outros Custos e Perdas Operacionais, todas as demais rubricas de custos operacionais conhecem aumentos entre o semestre homólogo e o presente, sucedendo-se por ordem de grandeza os aumentos observados nas Amortizações do Exercício, (+) 748.989 €, em Fornecimentos e Serviços Externos, (+) 564.166 €, em Custos com Pessoal, (+) 384.246 €, e em Transferências e Subsídios Correntes Concedidos e Prestações Sociais (+) 281.965 €. Globalmente os custos de natureza operacional totalizam 30.267.732 €, aumentando cerca de (+) 6% face ao contabilizado no primeiro semestre de 2018.

Por seu turno, os proveitos operacionais ascendem a 30.489.150 €, (-) 734.384 € do que o total registado no período homólogo resultando essa variação em grande parte da significativa redução dos Impostos e Taxas.

Dedicando-nos primeiramente à análise dos Proveitos Operacionais, o comportamento observado nos Impostos e Taxas é determinante na variação global, constatando-se uma quebra face ao valor arrecadado no primeiro semestre de 2018, no montante de (-) 1.516.342 €. Verifica-se que esta evolução decorre do crescimento substancial dos Reembolsos e Restituições, que passam de 145.937 € (em 30 de junho de 2018) para 1.730.075 € (em 30 de junho de 2019), em consequência de correções à cobrança liquidada em exercícios anteriores relativas a Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas de Imóveis, cujo ritmo é ditado pela Autoridade Tributária, cabendo ao Município nada mais do que conformar-se com a execução comunicada.

Excluído esse efeito, permanecem os Impostos Diretos como parcela determinante nesta rubrica, responsável por 92% dos Proveitos reconhecidos no semestre neste âmbito: para o total de 18.226.449 € alcançados por via desta fonte de receita, contribui o Imposto Municipal sobre Imóveis com 11.069.269 €, seguido pelo Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas de Imóveis, com 4.921.047 €, e pelo Imposto Único de Circulação, com 2.010.351 €.

Ainda a este respeito recorda-se que o valor tomado por referência para comparação era, ele próprio, anormalmente elevado: conforme se referiu no relatório de gestão semestral reportado ao período homólogo (página 92, parágrafo quinto), era notória uma *“(...) evolução dos proveitos anormalmente elevados que se verificaram no primeiro semestre de 2018, advindos do Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas de Imóveis, a que se junta ainda uma redução dos montantes contabilizados a título de Reembolsos e Restituições.”* Por esta razão, qualquer apreciação crítica dos montantes arrecadados por conta de Impostos deverá ter em consideração esse contexto.

Os Impostos Indiretos observam uma redução ligeira, alcançando no exercício o valor de 1.281.976 €, (-) 116.751 €.

Registando aumentos expressivos, porém insuficientes para inverter a variação ocorrida nos Impostos e Taxas, crescem os proveitos relacionados com Transferências e Subsídios Obtidos, (+) 557.683 €, a par das Vendas e Prestações de Serviços, (+) 231.824 €.

A rubrica com o segundo maior contributo, para os Proveitos e Ganhos Operacionais, é a que regista as verbas atribuídas para o exercício a título de Transferências e Subsídios Obtidos. O valor contabilizado no semestre, a este título, alcança o montante de 8.435.606 €, aumentando (+) 557.683 € face ao período homólogo. Para o montante contabilizado no semestre concorre a Participação no IRS (com 4.042.776 €), o Fundo de Equilíbrio Financeiro – Corrente (1.637.502 €) e Outras (Transferências Correntes), de que se destacam as verbas recebidas ao abrigo do Acordo de Cooperação do Pré-escolar com a DREN (que no semestre ascende a 915.725 €, (+) 57.761 € do que no comparativo), e no âmbito do Programa de Generalização do Fornecimentos de Refeições no 1º Ciclo que perfaz no semestre 175.534 €.

Com uma contribuição que se cifra em 4.037.788 € no momento de reporte, apresentam-se como terceiro maior contribuinte para os Proveitos e Ganhos apurados no semestre as Vendas e Prestações de Serviços (responsáveis por 13%), verificando-se ainda que o que verdadeiramente cresce são as Prestações de Serviços, cuja variação ascende a (+) 207.667 € com origem sobretudo na cedência de Instalações desportivas, culturais e recreativas e nas Senhas de Refeições Escolares (cuja variação alcança respetivamente (+) 132.024 € e (+) 73.207 €). As rendas aqui incluídas conhecem variações pouco expressivas, crescendo face ao semestre homólogo menos de (+) 2%.

Sem relevância material apresentam-se, por fim, os Proveitos Suplementares e Outros Proveitos e Ganhos Operacionais, respetivamente com 28.071 € e 639 € apurados para o semestre.

Prosseguindo no relatório em apreço com a apreciação detalhada das rubricas de natureza operacional, verifica-se que, conforme se referiu em momento anterior, os custos desta natureza aumentaram próximo de (+) 6% comparativamente com o exercício homólogo.

A estrutura estabelecida de acordo com a hierarquia de contribuições para os custos operacionais totais permanece inalterada face à que se apresentava no primeiro semestre de 2018, respondendo os Custos com Pessoal pela maior fatia de encargos suportados no semestre (35%), seguido pelas Amortizações do Exercício (com 31%) e os Fornecimentos e Serviços Externos (25%). Estas três componentes respondem conjuntamente por 90% dos custos e perdas operacionais totais, relegando os valores restantes para as rubricas de Transferências e Subsídios Correntes Concedidos e Prestações Sociais e Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas.

Em termos de alinhamento com o sentido da variação global, é possível conferir numa apreciação de pormenor que todas as rubricas de custos e perdas operacionais, com exceção das Provisões do Exercício e os Outros Custos e Perdas Operacionais), observam variações positivas entre os dois semestres em comparação, registando crescimentos que oscilam entre os (+) 4% e os (+) 15%.

No cômputo dos custos desta natureza, persiste destacada a contribuição dos Custos com Pessoal, que totalizando 10.532.198 € crescem menos de (+) 4% face aos registos contabilísticos processados para o período homólogo (a que corresponde uma representatividade total nos custos desta natureza na ordem dos 35%). Não surpreende tal facto, pelos motivos que já foram amplamente explanados no capítulo de análise à execução orçamental da despesa: as atualizações salariais que por força de lei têm vindo a ser

implementadas (atualização da retribuição mínima garantida, reposições salariais e alterações de posicionamento remuneratório decorrentes da aplicação do processo de avaliação do desempenho do biénio 2017/ 2018), a que se associam encargos que lhes estão diretamente indexados (subsídios de férias e natal, encargos sociais e seguros de acidentes de trabalho e outros).

Numa ótica estritamente patrimonial, crescem as Remunerações do exercício (em particular as do Pessoal, (+) 229.281 €), os Encargos sobre Remunerações, (+) 75.299 €, os Seguros de acidentes de trabalho e doenças profissionais, (+) 4.422 €, e os Outros custos com Pessoal, (+) 74.554 €, numa variação total que se aproxima dos 4% de crescimento face aos registos contabilísticos no período homólogo.

Seguidamente, respondendo por 31% dos custos operacionais totais, apresentam-se as Amortizações do Exercício que totalizam no semestre 9.309.370 €, (+) 748.989 € do que se apurou no primeiro semestre de 2018. Não obstante a materialidade dos valores implicados, a evolução dos montantes registados a este título é produto da continuidade dos critérios aplicados nesta matéria, designadamente os que se relacionam com a vida útil estimada para os bens (definida pelo Cadastro e Inventário de Bens dos Estado).

Os Fornecimentos e Serviços Externos registam um aumento de (+) 8% face aos encargos assumidos no semestre homólogo, traduzidos num aumento dos custos desta natureza que totalizam (+) 564.166 €, totalizando no semestre 7.467.452 €.

Numa análise detalhada é verificável que esta variação fica a dever-se ao crescimento do Fornecimentos e Serviços, (+) 658.289 €, que acabam por ser parcialmente compensados pela redução ocorrida na rubrica de Subcontratos, (-) 94.123 €.

Sobre este último item, Subcontratos, cumpre acrescentar que a variação observada entre os dois períodos em comparação redonda das diminuições observadas no Fornecimentos de refeições escolares, (-) 38.842 €, na Manutenção de espaços verdes/ ajardinados, (-) 37.913 €, e nos Transportes escolares, (-) 17.369 €.

No tocante aos Fornecimentos e Serviços, o aumento observado globalmente fica em grande parte a dever-se ao crescimento dos encargos com Trabalhos Especializados, que alcançam no semestre 881.204 €, observando uma variação positiva de (+) 470.959 €, traduzida num crescimento de (+) 115%. A esta variação junta-se o crescimento dos encargos com Honorários, totalizando no semestre 299.293 €.

Com variações ainda alinhadas com o aumento globalmente registado e com materialidade ainda relevante no espectro total apresentam-se ainda os Outros fornecimentos e serviços, que alcançam no semestre os 337.992 €, aumentando (+) 41%.

Aumentam ainda, com menor impacto, os Encargos com Eletricidade (iluminação pública), os Artigos adquiridos para Oferta, as Despesas de Representação e os serviços de Limpeza e higiene.

Em sentido contrário, registam diminuições os encargos com Rendas e alugueres, Água, Outros fluídos, Seminários Exposições e Similares, Assistência Técnica, Encargos de Cobrança e, destacadamente, o Contencioso, registos e notariado, globalmente, estas diminuições totalizam (-) 277.981 €.

A rubrica de Encargos de Cobrança, como já se explicou em relatórios anteriores, tem uma performance indexada ao montante de impostos diretos arrecadados no período (cuja cobrança diminuiu consideravelmente no período, como já se referiu na análise aos proveitos e ganhos operacionais).

Com menor materialidade no exercício do que as rubricas apreciadas anteriormente apresenta-se ainda digna de apreciação individualizada a rubrica de Transferências e Subsídios Correntes Concedidos e Prestações Sociais, que conhece aumentos face ao fecho do primeiro semestre de 2018 de (+) 281.965 €.

Fica esta progressão a dever-se ao incremento registado nas rubricas associadas a Transferências correntes concedidas para Administrações Públicas e Privadas, a que se juntam os Subsídios correntes concedidos (em que se incluem as verbas assumidas a título de compensação financeira pela obrigação de serviço público acometida à STCP por via de contrato interadministrativo celebrado com esta empresa, Área Metropolitana do Porto e 5 outros Municípios, que no exercício totalizam 276.610 €.

Aumenta ainda o Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas, que entre os fechos dos primeiros semestres de 2018 e 2019 cresce (+) 51.954 €, cifrando-se em 394.644 €.

Exibindo montantes materialmente menos relevantes, apresentam-se as Provisões do Exercício e os Outros Custos e Perdas Operacionais, respetivamente com 10.334 € e 39.697 €, reduzindo ambas face ao período homólogo em comparação.

Avançando na análise da performance do semestre e prosseguindo com a apreciação dos resultados de natureza financeira apurados, verifica-se que, se do lado dos custos se assinala a redução conseguida na rubrica de Perdas em entidades participadas (que contrariamente ao período homólogo se assinalam nulas), bem assim como nos Juros suportados, (-) 42.336. Já nos espectro dos Proveitos de natureza semelhante, verificam-se variações assinaláveis ocorridas nas rubricas de Ganhos em entidades participadas, (+) 122.637 € do que no primeiro semestre de 2018, e Rendimentos de participações de Capital, com (-) 80.768 € do que no homólogo.

Os resultados correntes, consolidando os impactos ocorridos a nível operacional e financeiro, acabam assim por diminuir face ao exercício anterior, alcançando o montante de (+) 178.696 € e registando uma diminuição de (-) 2.024.096 €. Esta performance é o corolário da capacidade evidenciada ainda pelo Resultado Operacional para cobrir o défice gerado pela atividade de cariz financeiro levada a cabo pelo Município.

Os Resultados Extraordinários, contrariamente ao que ocorreu no período em comparação, cifram-se positivos, em (+) 774.872 €, reforçando-se assim a posição obtida pelo Resultado Corrente do exercício, também ele positivo, como se viu.

Verifica-se, na atividade desta natureza, que as variações quer em custos, quer em proveitos, ocorrem de modo a favorecer a performance municipal: diminuem os custos, (-) 112.312 €, enquanto simultaneamente aumentam os proveitos, (+) 721.165 €.

Do lado dos Custos e Perdas Extraordinárias assinalam-se no exercício as Transferências de Capital concedidas (a Administrações Públicas) e as Correções relativas a Exercícios Anteriores, respetivamente com (+) 863.340 € e (+) 433.269 €, representando 98% dos custos totais aqui assinalados, enquanto nos proveitos de análoga natureza a rubrica de Outros Proveitos e Ganhos Extraordinários responde pela

maior parte dos proveitos totais (52%), sendo a maior parte destes relacionada com subsídios para investimentos. Assinala-se aqui também o aumento de proveitos reconhecidos no semestre relacionados com Reduções de amortizações e provisões (designadamente, com a diminuição dos riscos quantificados associados a processos judiciais em curso).

O resultado líquido, conforme se referiu no texto que inicia a incursão detalhada pela Demonstração dos Resultados por Naturezas e suas diversas componentes, apresenta-se positivo, em resultado do facto de os resultados operacionais serem suficientes para continuar a acomodar os resultados financeiros negativos, contudo em valor absoluto inferior à soma dos anteriores. A este efeito, junta-se ainda a atividade extraordinária que, pese embora não observando um carácter intrinsecamente regular (como a própria designação indica), contribui para reforçar no semestre o resultado obtido.

Considerando-se suficiente a informação detalhada apresentada neste relatório acerca da demonstração dos resultados do primeiro semestre do exercício económico de 2019, encerra-se a sua apreciação com a ilustração gráfica da evolução de custos e proveitos, comparativamente com a informação registada contabilisticamente no primeiro semestre de 2018.

Gráfico 19

Variação dos Custos e Perdas do Exercício

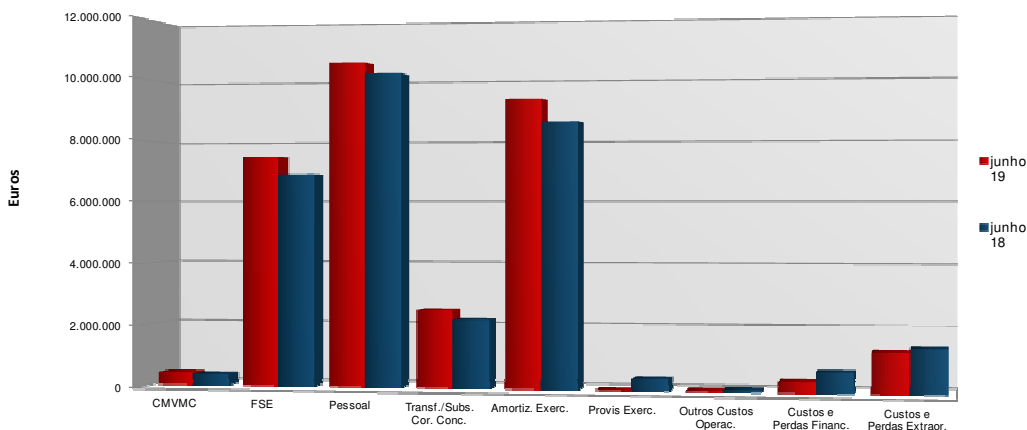
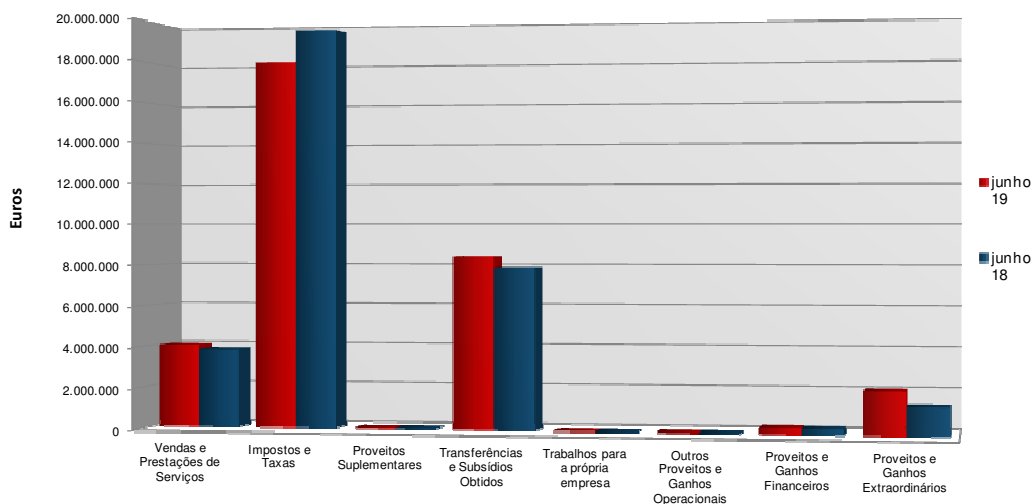


Gráfico 20

Variação dos Proveitos e Ganhos do Exercício





maia
CÂMARA MUNICIPAL

ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

BALANÇO

jun-19
PAG. 1

MUNICÍPIO DA MAIA

CÓDIGO DAS CONTAS	ACTIVO	EXERCÍCIOS			
		jun-19			2018
		AB	A/P	AL	AL
	Imobilizado:				
	Bens de domínio público				
451	Terrenos e recursos naturais	22.356.592,07		22.356.592,07	22.000.047,67
452	Edifícios	0,00	0,00	0,00	0,00
453	Outras construções e infra-estruturas	200.558.095,15	151.221.215,55	49.336.879,60	53.574.272,66
455	Bens do património histórico, artístico e cultural	1.333.707,62	203.863,72	1.129.843,90	1.136.222,38
459	Outros bens de domínio público	0,00	0,00	0,00	0,00
445	Imobilizações em curso	2.101.710,91		2.101.710,91	2.226.815,96
446	Adiantamentos por conta de bens de domínio público	0,00		0,00	0,00
		226.350.105,75	151.425.079,27	74.925.026,48	78.937.358,67
	Imobilizações incorpóreas				
431	Despesas de instalação	1.812.143,53	1.710.081,23	102.062,30	123.439,05
432	Despesas de investigação e de desenvolvimento	43.320,00	43.320,00	0,00	0,00
433	Propriedade industrial e outros direitos	1.932.510,07	1.772.321,18	160.188,89	184.129,74
443	Imobilizações em curso	791.147,57		791.147,57	791.147,57
449	Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas	0,00		0,00	0,00
		4.579.121,17	3.525.722,41	1.053.398,76	1.098.716,36
	Imobilizações corpóreas				
421	Terrenos e recursos naturais	63.507.528,15		63.507.528,15	63.681.569,34
422	Edifícios e outras construções	332.295.414,98	113.340.238,40	218.955.176,58	220.195.184,22
423	Equipamento básico	14.354.591,94	11.748.020,73	2.606.571,21	2.820.140,29
424	Equipamento de transporte	2.408.891,97	2.068.516,65	340.375,32	378.383,53
425	Ferramentas e utensílios	545.063,73	487.463,86	57.599,87	56.950,92
426	Equipamento administrativo	1.934.657,35	1.859.283,87	75.373,48	64.093,57
427	Taras e vasilhame	0,00	0,00	0,00	0,00
429	Outras imobilizações corpóreas	16.555.400,88	12.670.928,76	3.884.472,12	3.902.514,46
442	Imobilizações em curso	9.087.569,17		9.087.569,17	8.161.576,71
448	Adiantamento por conta de imobilizações corpóreas	0,00		0,00	0,00
		440.689.118,17	142.174.452,27	298.514.665,90	299.260.413,04
	Investimentos financeiros				
411	Partes de capital	17.739.192,53	2.000,00	17.737.192,53	13.773.856,71
412	Obrigações e títulos de participação	1.940.876,77	67,85	1.940.808,92	1.940.808,92
414	Investimentos em imóveis	144.311,64		144.311,64	144.311,64
415	Outras aplicações financeiras	1.713.597,98	0,00	1.713.597,98	1.558.096,67
441	Imobilizações em curso	0,00		0,00	0,00
447	Adiantamentos por conta de investimentos financeiros	0,00		0,00	0,00
		21.537.978,92	2.067,85	21.535.911,07	17.417.073,94
	Circulante				
	Existências				
36	Matérias Primas, subsidiárias e de consumo	639.463,63		639.463,63	589.830,21
35	Produtos e trabalhos em curso	0,00		0,00	0,00
34	Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00		0,00	0,00
33	Produtos acabados e intermédios	0,00		0,00	0,00
32	Mercadorias	29.596,79		29.596,79	29.596,79
37	Adiantamentos por conta de compras	0,00		0,00	0,00
		669.060,42		669.060,42	619.427,00
	Dívidas de terceiros - Médio e longo prazos (a)				
	Dívidas de terceiros - Curto prazo				
28	Empréstimos concedidos	60.806,11		60.806,11	60.806,11
211	Clientes c/c	1.330,00		1.330,00	2.842,50
212	Contribuintes c/c	784.524,67		784.524,67	172.964,24
213	Utentes c/c	240.112,49		240.112,49	86.748,33
218	Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa	5.150.726,67	5.061.973,85	88.752,82	137.331,06
251	Devedores pela execução do orçamento	0,00		0,00	0,00
229	Adiantamentos a fornecedores	0,00		0,00	0,00
2619	Adiantamentos a fornecedores de imobilizado	0,00		0,00	0,00
24	Estado e outros entes públicos	0,00		0,00	0,00
264	Administração autárquica	0,00		0,00	0,00
262+263+267+268	Outros devedores	4.087.862,90	1.522.177,20	2.565.685,70	3.630.668,60
		10.325.362,84	6.584.151,05	3.741.211,79	4.091.360,84
	Títulos negociáveis				
151	Ações	0,00			0,00
152	Obrigações e títulos de participação	0,00			0,00
153	Títulos de dívida pública	0,00			0,00
159	Outros títulos	0,00			0,00
18	Outras aplicações de tesouraria	0,00			0,00
					0,00
	Depósitos em instituições financeiras e Caixa				
12	Depósitos em instituições financeiras	24.865.720,72		24.865.720,72	24.932.442,37
11	Caixa	49.593,07		49.593,07	5.918,66
		24.915.313,79		24.915.313,79	24.938.361,03
	Acréscimos e diferimentos				
271	Acréscimos de proveitos	4.165.147,94		4.165.147,94	3.505.376,99
272	Custos diferidos	180.743,88		180.743,88	43.819,59
		4.345.891,82		4.345.891,82	3.549.196,58
	Total de amortizações		297.125.253,95		
	Total de provisões		6.586.218,90		
	Total do activo	733.411.952,88	303.711.472,85	429.700.480,03	429.911.907,46

BALANÇO
jun-19
PAG. 2
MUNICÍPIO DA MAIA

CÓDIGO DAS CONTAS	FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO	EXERCÍCIOS	
		jun-19	2018
	Fundos próprios		
51	Património	318.088.125,52	307.097.864,07
55	Ajustamento de partes de capital em empresas	-7.913.320,86	-10.087.773,36
56	Reservas de reavaliação	0,00	0,00
	Reservas		
571	Reservas legais	3.918.925,07	3.343.713,82
572	Reservas estatutárias	0,00	0,00
573	Reservas contratuais	0,00	0,00
574	Reservas livres	0,00	0,00
575	Subsídios	2.328.234,12	2.328.234,12
576	Doações	5.939.475,12	5.858.438,10
577	Reservas decorrentes de transferências de activos	2.123.267,31	2.123.267,31
578	Cedências	3.496.554,26	3.496.554,26
579	Outras	3.158.540,34	3.158.540,34
59	Resultados transitados	2.444.153,98	4.139.248,04
88	Resultado líquido em exercício	953.567,86	11.504.224,99
		334.537.522,72	332.962.311,69
	Passivo		
292	Provisões para riscos e encargos	4.242.265,89	4.967.078,92
		4.242.265,89	4.967.078,92
	Dívidas a terceiros - Médio e Longo Prazos (a)		
2312	Empréstimos obtidos de MLP	12.318.142,00	13.457.018,73
2312	Contrato Cessão Créditos - Antecipação de Rendas	8.877.510,07	9.566.238,73
2685302	Credores por Investimentos Financeiros MLP	0,00	0,00
2681	Credores das Administrações Públicas - Fundo Apoio Municipal MLP	53.398,25	106.796,50
		21.249.050,32	23.130.053,96
	Dívidas a terceiros - Curto Prazo		
2311	Empréstimos de curto prazo	0,00	0,00
2312	Empréstimos obtidos de MLP - Amortizações exigíveis a curto prazo	4.275.301,63	6.766.615,44
2312	Contrato Cessão Créditos - Antecipação de Rendas - Exigíveis a curto prazo	1.343.422,30	1.291.232,30
2685301	Credores por Investimentos Financeiros - Exigível a curto prazo	1.120.000,00	0,00
269	Adiantamentos por conta de vendas	0,00	0,00
221+223	Fornecedores c/c	14.077,90	68.350,37
227+228	Fornecedores - Facturas em recepção e conferência	798.406,56	194.239,01
252	Credores pela execução do orçamento	0,00	0,00
217	Clientes e utentes c/ cauções	2.299.785,49	2.270.229,63
219	Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	0,00	0,00
611+2612+2613+2614	Fornecedores de imobilizado c/c	1.623.972,68	938.724,36
2615	Fornecedores Imobilizado - Facturas em recepção e conferência	88.997,67	17.425,99
2681	Credores das Administrações Públicas - Fundo de Apoio Municipal	160.194,75	213.593,00
24	Estado e outros entes públicos	406.608,33	200.296,33
264	Administração autárquica	0,00	0,00
262+263+267+268	Outros credores	4.358.239,73	4.201.731,18
		16.489.007,04	16.162.437,61
	Acréscimos e diferimentos		
273	Acréscimos de custos	4.466.845,68	3.652.871,87
274	Proveitos diferidos	48.715.788,38	49.037.153,41
		53.182.634,06	52.690.025,28
		95.162.957,31	96.949.595,77
	Total dos fundos próprios e do passivo	429.700.480,03	429.911.907,46

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

MUNICÍPIO DA MAIA

Código das Contas	Demonstração de Resultados	Exercícios			
		jun-19		jun-18	
	Custos e Perdas				
61	Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas				
	Mercadorias	1.537,50		862,00	
	Matérias	393.106,59	394.644,09	341.828,35	342.690,35
62	Fornecimentos e serviços externos		7.467.451,92		6.903.285,63
64	Custos com o pessoal:				
641+642	Remunerações	8.132.292,75		7.901.190,05	
643 a 648	Encargos sociais:				
	Pensões	2.750,85		3.883,84	
	Outros	2.397.154,73	10.532.198,33	2.242.878,81	10.147.952,70
63	Transferências correntes concedidas e prestações sociais		2.514.036,40		2.232.070,93
66	Amortizações e Ajustamentos do Exercício		9.309.369,97		8.560.381,27
67	Provisões		10.334,20		373.434,93
65	Outros custos e perdas operacionais		39.697,21		72.094,76
	(A)		30.267.732,12		28.631.910,57
68	Custos e Perdas Financeiras		343.211,80		654.340,40
	(C)		30.610.943,92		29.286.250,97
69	Custos e perdas extraordinárias		1318.324,79		1430.636,47
	(E)		31.929.268,71		30.716.887,44
88	Resultado líquido do exercício		953.567,86		2.144.186,94
			32.882.836,57		32.861.074,38
	Proveitos e Ganhos				
71	Vendas :				
	Mercadorias	625,83		338,12	
	Venda de produtos	2.344,35		18.235,09	
	Prestações de Serviços	1.825.837,71		1.618.171,04	
	Rendas + Seminários, exposições e similares	2.208.979,67	4.037.787,56	2.169.218,82	3.805.963,07
72	Impostos, taxas, Outros		17.987.047,75		19.503.389,67
	Variação da produção				
75	Trabalhos para a própria empresa				
73	Proveitos suplementares		28.070,65		34.689,25
74	Transferências e subsídios correntes obtidos:				
741	Transferências - Tesouro				
742+743	Outras		8.435.605,81		7.877.922,91
76	Outros proveitos e ganhos operacionais		638,63		1.569,62
	(B)		30.489.150,40		31.223.534,52
78	Proveitos e Ganhos Financeiros		300.489,34		265.508,39
	(D)		30.789.639,74		31.489.042,91
79	Proveitos e ganhos extraordinários		2.093.196,83		1.372.031,47
	(F)		32.882.836,57		32.861.074,38
Resumo:					
Resultados Operacionais:(B)-(A)=			221418,28		2.591.623,95
Resultados Financeiros:(D-B)-(C-A)=			-42.722,46		-388.832,01
Resultados Correntes:(D)-(C)=			178.695,82		2.202.791,94
Resultado Líquido do Exercício:(F)-(E)=			953.567,86		2.144.186,94

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS FINANCEIROS

Custos e Perdas		junho 19	junho 18	Proveitos e Ganhos		junho 19	junho 18
681	Juros suportados	326.917	369.253	781	Juros obtidos	25.510	26.663
682	Perdas em entidades participadas	0	275.326	782	Ganhos em entidades participadas	207.699	85.062
683	Amortizações invest. em imóveis	0	0	783	Rendimentos de imóveis	35.648	36.195
684	Provisões p/ aplicações financ.	2.000	0	784	Rendimentos participações capital	23.425	104.193
685	Diferenças câmbio desfavor.	0	0	785	Diferenças de câmbio favoráveis	0	0
687	Perdas na alienação aplic. tesour.	0	0	786	Descontos pronto pagat. obtidos	10	10
688	Outros custos e perdas financ.	14.294	9.761	787	Ganhos na alienação aplic. tesour	0	0
Total de Custos Financeiros		343.212	654.340	788	Outros proveitos e ganhos financ.	8.197	13.387
Resultados Financeiros		-42.722	-388.832	Total de Proveitos Financeiros		300.489	265.508
Total		300.489	265.508				

Un:Euros

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS

Custos e Perdas		junho 19	junho 18	Proveitos e Ganhos		junho 19	junho 18
691	Transferências capital concedidas	863.340	627.980	791	Restituição de impostos	0	0
692	Dívidas incobráveis	0	0	792	Recuperação de dívidas	0	0
693	Perdas em existências	0	0	793	Ganhos em existências	0	0
694	Perdas em imobilizações	349	15.048	794	Ganhos em imobilizações	26	4.058
695	Multas e penalidades	938	344	795	Benefícios de penalidades contr	93.296	126.570
696	Aumento de amortiza. Provisões	0	246.725	796	Reduções de amortiz.e provisões	708.593	0
697	Correções relativas exerc. anteriores	433.269	524.535	797	Correções relativas exerc. anteriores	200.096	169.955
698	Outros custos e perdas extraor.	20.430	16.003	798	Outros proveitos e ganhos extraor.	1.091.186	1.071.449
Total de Custos Extraordinários		1.318.325	1.430.636	Total de Proveitos Extraordinários		2.093.197	1.372.031
Resultados Extraordinários		774.872	-58.605				
Total		2.093.197	1.372.031				

Un:Euros



Ao
Órgão Deliberativo do
Município da Maia
Praça do Doutor José Vieira de Carvalho
4474-006 Maia

Maia, 11 de Novembro de 2019

**Relatório Síntese de Conclusões Individual – Situação Económica e Financeira a
30-06-2019 – MUNICÍPIO DA MAIA**

Exmos. Senhores,

Nos termos da alínea d) do nº 2 do Artº 77 da Lei nº 73/2013, de 3 de Setembro, remetemos a V. Exas. o Relatório Síntese de Conclusões com referência ao período findo em 30-06-2019.

Nos pontos seguintes apresentamos uma síntese das conclusões mais relevantes, tendo em consideração a informação preparada pelo Município para o efeito (valores em milhões – M de €).

Relembramos que os procedimentos de auditoria utilizados na revisão desta informação semestral consistiram essencialmente na execução de Procedimentos Analíticos Substantivos (indagações; comparações; testes/análises de razoabilidade; etc.), os quais não permitem assegurar um nível de confiança idêntico ao proporcionado pelos procedimentos subjacentes à auditoria das contas anuais. No entanto, pese o facto de existir essa limitação, e tendo em conta o conhecimento acumulado do passado relativamente ao Município, os mesmos são desenhados de forma a que eventuais diferenças materialmente relevantes possam ser detetadas.

Relativamente ao Exercício findo em 31-12-2018 foi por nós emitida uma Certificação Legal das Contas (individuais) datada de 18-04-2019, sem Reservas, com Ênfases e Outras Matérias, onde constam algumas referências que poderão ser relevantes para a compreensão de alguns pontos mencionados no Relatório Síntese ora emitido.

Os dados Semestrais inerentes às conclusões ora apresentadas são os seguintes: Balanço – 429.700.480 €; Passivo – 95.162.957 €; Fundos Próprios – 334.537.523 €; Resultado Líquido do Exercício – 953.568 €; Despesa Paga – 32.127.919 € e Receita Cobrada bruta – 31.931.359 €.

Município da Maia

1 Imobilizações Corpóreas, Incorpóreas, em Curso e Bens de Domínio Público
(30.06.2019 – 374 M €; 31.12.2018 – 379 M €)

Como aspectos mais relevantes nesta área destacamos os seguintes:

- i) O Imobilizado global do Município, incluindo o Incorpóreo e os Investimentos Financeiros, representa, à data de 30-06-2019, cerca de 92% do total do Activo (idêntica % no final de 2018), dos quais 19% são constituídos por Bens do Domínio Público;
- ii) Neste 1º Semestre/2019 foram transferidos de “Imobilizado em Curso” para firme cerca de 3,2 M €, permanecendo em curso 11,9 M €;
- iii) O aumento do “Imobilizado em Curso” no período ascendeu a 4 M €, estando o principal investimento do Semestre associado às obras de requalificação das escolas, designadamente: obra de requalificação e modernização da EB 2/3 de Gueifães, na freguesia da Cidade da Maia, acordo de colaboração com o poder central no valor de 1 M €; obra de requalificação e modernização da EB 2/3 de Gonçalo Mendes Maia, freguesia da Cidade da Maia, acordo de colaboração celebrado com o poder central no montante de 0,6 M €; e beneficiação da Escola EB 1 de Moutidos, na freguesia de Águas Santas no valor de 0,5 M €. Note-se que estas obras foram efectuadas no âmbito do acordo de colaboração entre o Ministério da Educação e o Município da Maia, não sendo certa a transferência de propriedade destes imóveis para a esfera municipal;
- iv) Existência de diversas obras sem evolução nos últimos anos, classificadas como obras em curso, no valor global aproximado de 2 M € (em 31-12-2018 o valor ascendia a cerca de 1 M €), relativamente às quais sugeríamos a sua análise. Adicionalmente, caso as obras relacionadas tivessem sido transferidas para imobilizado firme poderiam originar amortizações, com impacto nos resultados, cujo montante à data não conseguimos quantificar com rigor.

2 Investimentos Financeiros
(30.06.2019 – 21,5 M €; 31.12.2018 – 17,4 M €)

2.1 No final do 1º Semestre/2019 o Município detém 100% do Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado (FEIIF) Maia IMO. No final de 2014, em resultado da publicação da Lei nº 73/2013, de 3 de Setembro (Regime Financeiro das Autarquias Locais), o Município procedeu à alteração da política contabilística para a contabilização dos FEIIF, passando a reflectir todos os Activos e Passivos como se todas as operações dos Fundos estivessem a ser efectuadas pelo próprio Município, de acordo com as regras do POCAL.

Município da Maia

À data de 30-06-2019 as Demonstrações Financeiras do Município da Maia evidenciam um valor de FEIIF que ascende a cerca de 1,7 M € (em 31-12-2018 este valor ascendia a 1,6 M €). O valor líquido global deste Fundo (VLGF) de acordo com a CMVM ascendia a 3.200.813 € no final do 1º Semestre/2019.

Em Assembleia Municipal de 30-06-2017 foi deliberado, no âmbito no projeto de reversão de fundos de investimento, encetar o processo com vista à dissolução e liquidação do FEIIF Maia Golfe, por via da cessão da posição contratual com a CGD, com a contrapartida da integração dos terrenos respetivos no próprio Município. O processo de liquidação foi concluído em 2018, tendo sido celebrada escritura em 25-09-2018, e reconhecido no património do Município o valor de 8,9 M € de bens transitados do FEIIF Maia Golfe.

2.2 Foram realizados no Semestre 106.797 € referentes ao capital subscrito no Fundo de Apoio Municipal aprovado e regulamentado pela Lei nº 53/2014, de 25 de Agosto. O valor subscrito neste Fundo ascende a 2.990.301 € tendo-se alterado para 1.922.377 € pela Lei do Orçamento de Estado para 2018, e o valor realizado até à data totaliza 1.708.744 €, em conformidade com o plano de realização definido para o efeito.

2.3 O Município contabiliza as suas participações financeiras relevantes aplicando o Método da Equivalência Patrimonial (MEP), procedimento com o qual concordamos. A aplicação deste Método teve por base contas semestrais das empresas participadas.

Adicionalmente, entendemos levar ao V/ conhecimento o seguinte:

- i) Foram por nós emitidos os seguintes relatórios semestrais/2019, os quais proporcionam uma análise sobre a actividade de cada uma das entidades participadas:
 - *Empresa Metropolitana de Estacionamento da Maia, E.M.* – datado de 09-09-2019, dirigido ao Órgão Executivo do Município da Maia;
 - *Espaço Municipal – Renovação Urbana e Gestão do Património, E.M.* – datado de 04-10-2019, dirigido ao Órgão Executivo do Município da Maia;
 - *Maiambiente, E.M.* – datado de 10-09-2019, dirigido ao Órgão Executivo do Município da Maia; e
 - *SMAS da Maia* – datado de 11-11-2019, dirigido ao Conselho de Administração.¹

¹ Relativamente a esta entidade, ver comentários do ponto 13 deste Relatório.

Município da Maia

- ii) No período em apreço foi efectuado um aumento de capital na participada “*Espaço Municipal – Renovação Urbana e Gestão do Património, E.M.*” no montante de 3.450 milhares €, dos quais 1.120 milhares € ainda se encontram por realizar;
- iii) Encontra reconhecida uma “*Provisão Acumulada para Investimentos Financeiros*” na TECMAIA – Parque de Ciência e Tecnologia da Maia, S.A. (Em Liquidação), no montante aproximado de 2.508.000 €, considerando os Capitais Próprios negativos da participada, bem como o ajustamento associado à mais-valia não realizada pela alienação de património efectuada em 2015 por esta participada ao Município da Maia. Os dados considerados respeitam a 31-12-2018, dado não existirem contas disponibilizadas até à data relativas ao 1º Semestre/2019, não se esperando, contudo, que possam existir diferenças materialmente relevantes;
- iv) Relativamente a esta participada TECMAIA, auditada por outros colegas, importa ainda referir o seguinte:
 - a) fomos informados pelos mesmos que as contas dos Exercícios de 2016, 2017 e 2018 ainda se encontram por aprovar pela Assembleia Geral (AG) de acionistas, apesar de terem sido emitidos os respectivos pareceres do Órgão de Fiscalização² sobre as mesmas. Quanto aos dados do 1º Semestre/2019, foi-nos transmitido não ter ainda sido efectuado qualquer trabalho. Segundo o Fiscal Único desta participada no passado dia 19-09-2019 ter-se-á realizado uma AG de accionistas, com a seguinte ordem de trabalhos:

“Um: Retomar o ponto 2 da Ordem de Trabalhos da Assembleia Geral de 28 de Julho de 2017 e deliberar sobre o Relatório de Gestão e Contas da Sociedade relativos ao Exercício de 2016;

Dois: Deliberar sobre a proposta de aplicação dos resultados de 2016 (ponto 3 da Ordem de Trabalhos da Assembleia Geral de 28 de Julho de 2017, suspenso);

Três: Deliberar sobre o Relatório de Gestão e Contas da Sociedade relativos ao Exercício de 2017;

Quarto: Deliberar sobre a proposta de aplicação dos resultados de 2017;

Quinto: Deliberar sobre o Relatório de Gestão e Contas da Sociedade relativos ao Exercício de 2018;

Sexto: Deliberar sobre a proposta de aplicação dos resultados de 2018;

Sétimo: Discutir e apreciar os Relatórios da Comissão Liquidatária relativos ao período de Setembro de 2016 a 31 de Março de 2019;

Oitavo: Deliberar sobre propostas de medidas a tomar com vista ao encerramento da liquidação da sociedade;

Nono: Outros assuntos de interesse para a sociedade.”


² Certificação Legal das Contas e Relatório e Parecer do Fiscal Único.

Município da Maia

Tendo-nos sido transmitido pelo Fiscal Único da entidade que a AG terá sido suspensa para continuar em data a acordar e que nenhum ponto terá sido votado, na qualidade de auditor externo do Município da Maia solicitamos à Comissão Liquidatária cópia da acta da referida AG, tendo-nos sido transmitido que a mesma se encontraria ainda em fase final de elaboração pelo respectivo Presidente da Mesa.

- b) a Certificação Legal das Contas (CLC) do Exercício de 2018 continha uma reserva por limitação de âmbito relativamente à problemática da reversão das dívidas fiscais e ao Passivo associado desta entidade para com o Município da Maia, matéria igualmente objecto de referência na CLC por nós emitida (alínea f)), datada de 18-04-2019;
- c) relativamente às operações constantes da alínea anterior, tomamos conhecimento da existência dum Relatório Preliminar emitido no início de Setembro pelo Tribunal de Contas, sobre o qual é pedida salvaguarda e confidencialidade, para o exercício de contraditório institucional e pessoal, respeitante às referidas dívidas fiscais apuradas pela AT e entretanto revertidas para os administradores nos montantes de 634.782 € e 1.472.429 €.

Excepto quanto ao facto de já ter sido recebido pelo Município no decurso de 2019 o montante de 814.857 €, devolvido pela AT em resultado do trânsito em julgado de parte do valor impugnado, não dispomos de informações adicionais sobre este assunto.³

3 Fundos Próprios (30.06.2019 – 334,5 M €; 31.12.2018 – 332,9 M €)

As variações nos Fundos Próprios entre o final de 2018 e 30-06-2019 devem-se essencialmente à aplicação do Método da Equivalência Patrimonial (MEP) com impacto negativo nos Capitais Próprios (cerca de 479.000 €), a doações (cerca de 81.000 €), a correções ao Balanço Inicial (cerca de 61.000 €) e ao Resultado Líquido do período. As alterações entre rubricas contemplam adicionalmente a aplicação do Resultado Líquido positivo do período anterior e a reclassificação para “Resultados Transitados” do valor de “Ajustamentos partes de Capital em Empresas” relacionada com a Maia Golfe.

³ Assunto que já constava dos documentos de prestação de contas do Exercício de 2018, dado ser um evento subsequente com impacto relevante.

Foi, entretanto, considerada procedente por decisão proferida pelo Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto, datada de 24-10-2019, a impugnação apresentada pela TECMAIA contra a AT relativamente às liquidações adicionais de IVA e correspondentes juros compensatórios referentes aos exercícios de 2012 e 2013 no valor de 146.219 €. Esta decisão ainda não transitou em julgado.

Município da Maia

4 Fornecedores de Imobilizado e Outros Credores

(30.06.2019 – 7,4 M €; 31.12.2018 – 5,4 M €)

As duas rubricas representam conjuntamente cerca de 19% do total do Passivo exigível. A oscilação das mesmas face a 31-12-2018 rondou os 2 M €. Esta variação está essencialmente relacionada com o aumento do investimento realizado, consequentemente, aumento na dívida a “Fornecedores de Investimento” em cerca de 760.000 € e reconhecimento do montante de 1.120.000 €, a liquidar apenas em 2020, de capital por realizar na “Espaço Municipal, E.M., S.A.”

5 Empréstimos e Contrato de Cessão de Créditos – Antecipação de Rendas

Médio e Longo Prazo (30.06.2019 – 21,2 M €; 31.12.2018 – 23 M €)

Curto Prazo (30.06.2019 – 5,6 M €; 31.12.2018 – 8,1 M €)

São as rubricas do Passivo exigível com maior peso, representando 71% do total do Passivo exigível e 28% do Passivo total.

Na rubrica “Contrato de Cessão de Créditos – Antecipação de Rendas” encontra-se incluída a operação de cessão de créditos das rendas de habitação social, com o tratamento preconizado pelo Tribunal de Contas e aplicada desde o 1º Semestre/2016, como resultado do processo de homologação das Contas de Gerência de 2004 e 2005, comunicada por aquele Tribunal em 04-08-2016.

Entre 31-12-2018 e 30-06-2019 o Município amortizou um total aproximado de 3,6 M € de capital em dívida de empréstimos e 0,64 M € do total em dívida relacionado com os contratos de cessão de créditos – antecipação de rendas, totalizando cerca de 4,3 M €. Da alteração efectuada no 1º Semestre/2016 por recomendação do Tribunal de Contas relativamente ao processo de cessão de créditos, resulta a apresentação pelo Município de uma dívida ao BPI e ao Santander TOTTA, no valor global de 10,2 M € (em 31-12-2018 ascendia a 10,9 M €). Este Passivo, apesar de não implicar qualquer operação orçamental (i.e. apesar de não implicar a saída de fluxos financeiros do Município), passou a contribuir directamente para o Endividamento do Município, de acordo com o entendimento do Tribunal de Contas.

6 Provisões para Riscos e Encargos

(30.06.2019 – 4,2 M €; 31.12.2018 – 5 M €)

De acordo com a informação disponibilizada pela Divisão dos Assuntos Jurídicos e do Contencioso do Município, o risco associado aos processos existentes à data de 30-06-2019 encontra-se adequadamente mitigado pelo valor provisionado para o efeito, o qual ascende a cerca de 1,6 M € (aproximadamente 709.000 € abaixo do montante registado em 2018, com impacto nos resultados do 1º Semestre/2019). O montante remanescente (cerca de 2,6 M €) registado na rubrica de “Provisões para Riscos e Encargos” está relacionado com os impactos negativos da aplicação do MEP aos “Investimentos Financeiros”.

Município da Maia

7 Impostos e Taxas

(30.06.2019 – 18 M €; 30.06.2018 – 19,5 M €)

As principais subrubricas que compõem esta rubrica podem ser apresentadas da seguinte forma (valores em €):

Descrição	30.06.2019	30.06.2018	Variação
<u>Impostos Diretos:</u>			
• IMI	11 069	10 901	168
• IUC	2 010	1 948	62
• IMT	4 921	4 796	125
• Outros discriminados	226	446	-221
Subtotal	18 226	18 091	135
<u>Impostos Indiretos:</u>			
• Compensação não cedência áreas	82	312	-230
• Outras ocupações domínio público	800	745	56
• Outros discriminados	399	342	58
Subtotal	1 282	1 399	-117
<u>Taxas:</u>			
• TMU	94	64	30
• Outros discriminados	140	101	38
Subtotal	234	166	69
<u>Reembolsos e restituições</u>	-1 730	-146	-1 584
<u>Anulações</u>	-26	-6	-19
Total	17 987	19 503	-1 516

Principais considerações:

- O montante relatado no 1º Semestre/2019 ascende a cerca de 18 M €, sendo a rubrica de Proveditos mais relevante do Município, representando cerca de 55% do total dos Proveditos do Semestre (no período homólogo ascendeu a cerca de 19,5 M € e representava 59%);
- Ao nível dos “*Impostos Directos*”, os proveitos associados ao IMT registaram um aumento face ao período homólogo de cerca de 125.000 € (ascendendo a cerca de 5 M € em 30-06-2019). Os proveitos relacionados com o IMI tiveram um comportamento semelhante ao do período homólogo, apresentando uma variação positiva pouco relevante de 168.000 € (montante a 30-06-2019 de cerca de 11 M€); e

Município da Maia

- iii) Ao nível dos “*Impostos Indirectos*” (ocupação da via pública, loteamento e obras, publicidade, mercados e feiras e outros impostos indirectos), o Município apresentou uma diminuição aproximada de 117.000 € face ao período homólogo, justificado essencialmente pela arrecadação de valores relacionados com a compensação pela não cedência de áreas (menos de 230.000 € face ao período homólogo).
- iv) Quanto aos “*Reembolsos e Restituições*”, os quais representam 1,7 M € em 30-06-2019, estão relacionados com montantes devolvidos de IMT. Após análise, detectou-se que estes valores dizem respeito a pedidos de reembolsos pela AT referentes a cobranças de períodos anteriores, nomeadamente, 2018 e 2017.

8 Custos com o Pessoal

(30.06.2019 – 10,5 M €; 30.06.2018 – 10,1 M €)

Os custos com pessoal no final do 1º Semestre/2019 representam cerca de 33% do total dos custos do período em análise. Entre períodos homólogos regista-se um aumento de cerca de 384.000 €, justificado essencialmente pelos aumentos salariais.

9 Resultados Extraordinários

Proveitos Extraordinários (30.06.2019 – 2,1 M €; 30.06.2018 – 1,4 M €)

Custos Extraordinários (30.06.2019 – 1,3 M €; 30.06.2018 – 1,4 M €)

9.1 Os “*Custos Extraordinários*” representam cerca de 4% do total dos Custos no período sendo a rubrica mais relevante a relacionada com as “*Transferências de Capital Concedidas a Freguesias*” (montante de 371.702 €), “*Instituições Particulares*” (valor de 116.943 €) e “*Transferências para a LIPOR*” (montante de 374.694 €). O valor das transferências de capital, registadas nesta rubrica, ascendeu no Semestre a 863.000 €.

Nesta rubrica estão ainda reconhecidos cerca de 414.000€ referentes a amortizações retroactivas, relacionadas essencialmente da passagem de curso para firme das obras realizadas no âmbito dos Contratos Programa celebrados com a Espaço Municipal, E.M., S.A., terminadas em períodos anteriores, mas cuja informação das contas finais apenas foi recepcionada pelo Município ao longo do 1º Semestre/2019.

9.2 Os valores mais representativos dos “*Proveitos Extraordinários*” (que ascendem a cerca de 2,1 M €) estão maioritariamente relacionados com a imputação periódica dos proveitos relativos a subsídios ao investimento (cerca de 1 M €) e com a reversão de provisões (cerca de 709.000 €).

Município da Maia

10 Cobertura de Seguros

10.1 Tendo em conta a importância do assunto, e não obstante tratar-se de uma questão já referida por diversas vezes em relatórios anteriores onde são apresentados dados concretos sobre a matéria, dado estarmos em presença da adequada salvaguarda, ou não, do património do Município, reiteramos a necessidade de ser despoletado com a celeridade possível um trabalho exaustivo sobre a matéria que assente, pelo menos, nos seguintes termos:

- i) identificação, no “terreno”, dos bens propriedade do Município a segurar (edifícios; equipamentos; material escritório; etc.) de forma a elaborar uma lista discriminativa da totalidade dos mesmos e posterior conciliação com o Património;
- ii) análise do estado em que os bens se encontram e quantificação do valor estimado de reconstrução³ (no caso dos edifícios) e de substituição em novo (no caso dos equipamentos e mobiliário); e
- iii) análise e identificação dos principais riscos a que os mesmos se encontram sujeitos (p.e. incêndio; avarias de equipamentos; riscos elétricos; etc).

10.2 Apesar da quantidade assinalável de bens propriedade do Município, do trabalho e consequente afectação de recursos que uma tarefa dessa grandiosidade acarreta e do potencial impacto em termos financeiros que a alteração dos capitais cobertos provocará, não podemos deixar de alertar novamente V. Exas., entre outros aspectos, para o seguinte:

- i) a cobertura de seguros poderá constituir um dos meios mais eficazes de adequada salvaguarda do património de qualquer entidade, implicando naturalmente a ponderação da relação custo-benefício daí resultante;
- ii) embora a “*optimização total*” da relação cobertura/risco dificilmente será conseguida, nunca será demais referir que as apólices remetem para o segurado a responsabilidade pela determinação do valor dos bens seguros, o que implica um trabalho acrescido e atenção redobrada; e
- iii) apesar do objectivo principal ser diminuir a probabilidade de que possa estar em causa a salvaguarda dos activos do Município (em caso de insuficiência de capitais cobertos ou de não inclusão da totalidade dos bens), este trabalho pode também conduzir, em sentido inverso, à diminuição de pagamento de prémios desnecessários (se o valor dos bens seguros for superior às coberturas das apólices, ou as apólices contemplarem riscos inexistentes / desnecessários).

Nunca será demais relembrar que, se os encargos com os prémios serão certos e facilmente calculáveis, o risco, constituindo um dos elementos essenciais do contrato de seguro, tem naturalmente e apenas de ser possível, ser futuro e ser incerto.

³ O qual poderá ser muito diferente do custo de aquisição registado contabilisticamente no Património.

Município da Maia

11 Execução Orçamental (final do 1º Semestre/2019)

Como aspetos mais relevantes destacamos os seguintes:

- a) *“Receitas Correntes”* – o nível de execução ascende a cerca de 45%, com especial destaque para os Impostos Directos (40%), para os Impostos Indiretos (33%), para Transferências Correntes que apresenta um nível de execução de cerca de 50% e para a Venda de Bens e Serviços com uma execução de 55%;
- b) *“Receitas de Capital”* – o nível de execução ascende a cerca de 10% (executados cerca de 1 M € para um orçamento anual de 10 M €). Para a execução do Semestre contribuíram essencialmente as transferências de capital (cerca de 921.000 €);
- c) *“Despesas Correntes”* – o nível de execução ronda os 39% (no final do 1º Semestre/2018 ascendia a 38%). Nesta execução destaque para a despesa com pessoal, com execução de 45%, aquisição de bens e serviços e juros e outros encargos, cuja execução ascendeu, em ambos, a cerca de 35% do orçamento anual e para as transferências correntes, cuja execução ascendeu a cerca de 33%; e
- d) *“Despesas de Capital”* – apresentam um nível de execução de 26% (cerca de 10,8 M € face a um orçamento de 42,1 M €).

12 Endividamento

A Lei 73/2013, de 3 de Setembro, que estabelece o Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, em vigor a partir de 01-01-2014, apresenta uma nova forma de cálculo para o endividamento, face à anterior Lei das Finanças Locais. De acordo com o diploma vigente, a dívida total de operações orçamentais do Município, incluindo a dos Serviços Municipalizados, das Entidades Intermunicipais e as Entidades Associativas Municipais, das Empresas Locais e Participadas que se encontrem em desequilíbrio de contas, das Cooperativas e Fundações, todas na proporção da participação, bem como das Entidades de Outra Natureza em que haja controlo ou presunção de controlo, não pode ultrapassar, em 31 de Dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores.

À data de 30-06-2019, a dívida total de operações orçamentais do Município (entendido aqui como Grupo Municipal), ascende a 63,2 M €. O limite global estabelecido para a dívida total é de 123,1 M €, existindo uma “folga” de aproximadamente 59,9 M €. O valor da dívida total incorpora o efeito da alteração da contabilização da cessão de créditos das rendas de habitação social, em resultado da recomendação do Tribunal de Contas.

Município da Maia

13 Serviços Municipalizados de Electricidade, Águas e Saneamento (SMAS da Maia) ⁴

Como aspectos mais relevantes que entendemos levar ao V/ conhecimento, destacamos os seguintes:

- i) Os SMAS da Maia são um organismo dotado de autonomia administrativa e financeira, cujos documentos contabilísticos evidenciam, no final do 1º Semestre/2019, um Activo no montante de 70.159.846 €, Fundos Próprios de 36.814.093 €, incluindo um Resultado Líquido do exercício de 550.641 €, e um Passivo de 33.345.753 €, incluindo neste último Proveitos Diferidos no montante de 12.403.403 €.

No período homólogo, os dados eram os seguintes: Activo – 69.346.855 €; Fundos Próprios – 35.283.139 €; Resultado Líquido do Período – 375.896 €; e Passivo – 34.063.717 €;

- ii) Relativamente ao exercício findo 31-12-2018, foi por nós emitida em 04-03-2019 a Certificação das Contas com uma ênfase, relativamente ao acordo negociado com a EDP para liquidação antecipada da dívida existente no final de 2018 (cerca de 17.100.000 €), operação da qual poderia resultar um perdão de dívida no montante aproximado de 5.300.000 €, com impactos significativos no Passivo e Capital Próprio da Entidade.

Sobre esta matéria foi obtido visto do Tribunal de Contas datado de 24-09-2019. Nos dados semestrais apresentados não se encontra ainda reflectido o impacto desta operação, registando-se por isso uma sobrevalorização da rubrica de Fornecedores e uma subvalorização da rubrica de Fundos Próprios em cerca de 5.300.000 €;

- iii) Quanto à Execução Orçamental no final do 1º Semestre/2019 a mesma apresenta os seguintes dados:

- “*Receitas Correntes*” – orçamento anual de 18.285.000 € e nível de execução de 47%;
- “*Receitas de Capital*” – o nível de execução ascende a cerca de 22%, para um orçamento anual de 436.000 €;
- “*Despesas Correntes*” – orçamento anual de 18.821.910 € e nível de execução a rondar os 35%; e
- “*Despesas de Capital*” – apresentam um nível de execução de 13% (cerca de 740.000 € face a um orçamento de 5,5 M €).

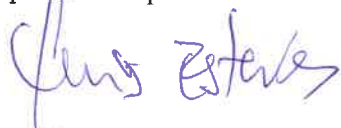
⁴ Dado o nosso relatório semestral ser remetido ao Conselho de Administração da entidade, e as suas contas semestrais não se encontrarem evidenciadas contabilisticamente nas contas semestrais do Município, sintetizamos neste ponto os aspectos mais relevantes constantes do referido relatório. Uma análise mais aprofundada sobre a evolução da actividade desenvolvida, requer a sua leitura completa.

Município da Maia

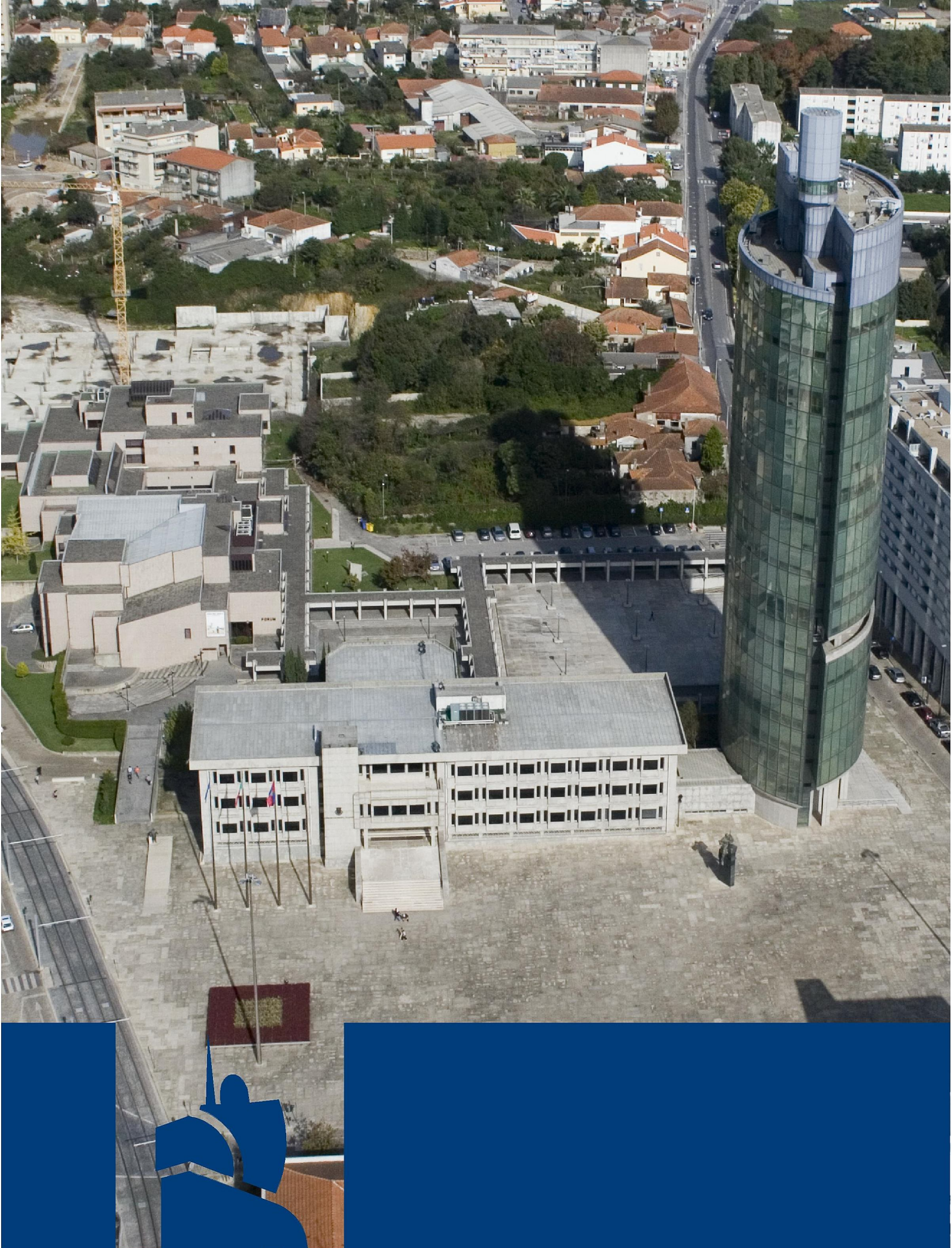
Agradecemos a disponibilidade e colaboração prestada pelos Serviços do Município e Órgão Executivo, e apresentamos os nossos melhores cumprimentos,

Esteves, Pinho & Associados, SROC, Lda.

Representada por:



Luís Manuel Moura Esteves, ROC



maia

CÂMARA MUNICIPAL